

Sentidos do trabalho na percepção de pessoas que exercem trabalho comum

Rosiane Dutra Martins¹, Priscila Sardi Cerutti²,
Elem Duarte Vaz³ e Shalimar Gallon⁴

Faculdade Meridional (Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil)

O trabalho comum é entendido como algo repetitivo, maçante, muitas vezes perigoso, penoso, sujo e fisicamente esgotante. Diante dessas características, ele passa despercebido pela sociedade frente à invisibilidade pública e ao desprestígio social que lhe é atrelado. Para tanto, este estudo busca analisar os sentidos do trabalho para aqueles que exercem esses trabalhos. Por meio de uma pesquisa qualitativa, foram realizadas 32 entrevistas com trabalhadores que exercem trabalhos comuns na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semiestruturado, gravadas, transcritas e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, com o auxílio do *software* Max-Qda. O trabalho apresentou-se como central na vida dos pesquisados, estando relacionado à sobrevivência, inserção social e ao prazer em realizar as atividades que lhes são atribuídas. Para tanto, independentemente da função que ocupam e do nível de instrução que possuem, o trabalho que exercem tem uma finalidade e um valor para sociedade.

Palavras-chave: Sentidos do trabalho, Trabalho comum, Desprestígio social, Relação de trabalho.

Meaning of work in the perception of people who carry out common work

Common work is understood as repetitive, dull, often dangerous, painful, dirty, and physically grueling. In face of these characteristics, the common work goes unnoticed by the society in front of the public invisibility and the social discredit that is attached to it. Therefore, this study seeks to analyze the meaning of work for professionals who carry out common work. Through a qualitative research, 32 interviews were carried out with workers who performed common work in the northern region of the state of Rio Grande do Sul. Interviews were conducted based on a semi-structured script, recorded, transcribed and analyzed using the analysis technique with the help of Max-Qda software. The work presented as central in the life of the researched ones, being related to the survival, social insertion and pleasure in carrying out the activities that are attributed to them. For doing so, regardless of the function they occupy and the level of education they have, the work they carry out has a purpose and a value for society.

Keywords: Meaning of work, Common work, Social discredit, Work relationship.

Introdução

Como consequência das inúmeras transformações do sistema capitalista vivenciadas no último século, o trabalho humano tem sofrido modificações (Wadsworth, Chaplin & Smith, 2010). Frente à classificação do trabalho em braçal e intelectual; manual e mental; conhecimento informal e formal; e operacional e especializado, é reafirmado um preconceito histórico sobre as atividades laborais que impede de compreender as contribuições socioeconômicas e organizacionais, bem como as implicações individuais do trabalho operacional para os sujeitos que o exercem (Rose, 2007).

Esses trabalhadores realizam tarefas imprescindíveis à sociedade, mas geralmente não são percebidos como seres humanos, e sim como pessoas que realizam atividades que uma pessoa com mais recursos financeiros e melhor instrução não se submeteria (Celeguim & Roesler, 2009; Costa, 2008).

1 Mestranda em Administração pela Faculdade Meridional (Imed). Empresária no ramo da moda.

2 Mestra em Administração pela Faculdade Meridional (Imed). Professora na Faculdade Anhanguera, Passo Fundo - RS.

3 Mestranda em Administração pela Faculdade Meridional (Imed).

4 Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Imed Business School (Imed).

Para tanto, o que leva as pessoas a exercerem um trabalho comum – repetitivo, maçante, muitas vezes perigoso, penoso, sujo e fisicamente esgotante (Rose, 2007) – frente à invisibilidade pública e ao desprestígio social da atividade exercida?

Mesmo sendo um trabalho duro, alvo de reclamações, instável e uma ameaça ao corpo e a dignidade, o indivíduo tende a procurar sentido no desenvolvimento da sua atividade, pois tem no trabalho um amparo contra a pobreza, visto que, na sua ausência, as implicações podem ser graves (Rose, 2007). Assim, o trabalho é essencial na vida das pessoas para a manutenção da saúde mental (Morin, 2001), por permitir a sobrevivência (Morin, Tonelli & Pliopas, 2007), bem como é fonte de satisfação e realização (Morin, 2001), estando relacionado ao reconhecimento por seus pares na organização (Morin et al., 2007). É através dele que o sujeito tem a oportunidade de construir sua identidade, interagir socialmente, encontrar um propósito e desafios, adquirir *status* e obter renda (Zanelli, Silva & Soares, 2010).

Mesmo que os apontamentos mencionados sejam atribuídos, de forma geral, a todas as ocupações profissionais, existem variações quanto ao sentido encontrado em cada atividade laboral, ocasionado pela peculiaridade de cada ocupação e pelo tipo de atividade desenvolvida (Silva & Simões, 2015). Para tanto, cada ocupação oferece distintos riscos, pressões, exigências e esforços, quando comparadas entre si.

Portanto, estudar os sentidos do trabalho torna-se fundamental para entender as implicações das mudanças no comportamento dos indivíduos em seus ambientes de trabalho (Silva & Simões, 2015). Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar a percepção sobre os sentidos do trabalho para pessoas que exercem um trabalho comum frente à invisibilidade pública e ao desprestígio social da atividade exercida.

Para isso, apresenta-se na próxima seção estudos sobre o trabalho comum, bem como os sentidos do trabalho para os indivíduos. Após, são elucidados os procedimentos metodológicos da pesquisa, a análise das informações coletadas e as considerações finais.

O trabalho comum

Ao adotar a perspectiva sociológica, Rose (2007, p. 40) entende que o trabalho pode ser compreendido como “um esforço intencional, remunerado e que fornece mercadorias ou serviços a terceiros” e, do ponto de vista humano, implica na mobilização da inteligência, na capacidade de refletir, interpretar e reagir às situações, bem como de poder sentir, pensar e inventar (Dejours, 2004). Dessa forma, trabalhar não é somente uma atividade ou a produção de algo; é sim a transformação de si mesmo e uma possibilidade de realização (Dejours, 2004).

No entanto, a atividade produtiva, sobretudo a manual, é considerada uma prática sem inteligência, visto que, historicamente, o trabalho braçal é realizado “de modo geral, do pescoço para baixo e não do pescoço para cima” (Rose, 2007, p. 30); enquanto o trabalho especializado envolve atribuições de cognição e inteligência que conferem um lugar na ordem social às pessoas que o desenvolvem (Rose, 2007), conforme corrobora Costa (2008, p. 11):

Bater o ponto, vestir o uniforme, executar trabalhos essencialmente simples (como varrer ruas, cortar mato, retirar o barro que se acumula junto às guias), estar sujeito a repreensões mesmo sem motivo, transportar-se diariamente em cima da caçamba de caminhonetes ou caminhões em meio às ferramentas ou lixo, são as tarefas delineadoras do trabalho daqueles homens. Tarefas nas quais pudemos reconhecer ingredientes psicológicos e sociais profunda e fortemente marcados pela degradação e pelo servilismo. São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens proletarizados; homens que se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político.

Para tanto, essa dicotomia do trabalho é resultado de um longo processo histórico (Costa, 2004; Rose, 2007) e tem perpetuado um desprestígio social da atividade laboral realizada. Tal desprestígio se faz presente quando os trabalhadores são considerados desqualificados intelectualmente e vistos apenas como executores de um trabalho braçal e precário (Diniz, Carrieri & Barros, 2013). Ademais, o desprestígio social acontece quando se ignora a presença do sujeito que se encontra ali presente, não necessariamente pela não percepção física da pessoa, mas por ignorá-la propositalmente (Ventura, 2011).

Esse contexto acarreta em rejeição social, estendida a seus familiares (Nascimento, Santos & Pinho, 2017), sentimento de humilhação social e sofrimento psicológico ao serem tratados com desprezo, indiferença (Diniz et al., 2013; Lourenço, 2014), sendo que, muitas vezes, ocorrem agressões físicas e verbais por parte dos clientes, bem como falta de apoio dos superiores (Lourenço, 2014). Assim, as características do desprestígio também estão relacionadas à falta de reconhecimento organizacional, ao desgaste físico e psicológico que a ocupação profissional ocasiona (Ulmann, 2014) e aos riscos aos indivíduos, tanto de ordem física como psicológica (Diniz et al., 2013).

Coerente ao exposto, o conceito de invisibilidade pública emerge ao abordar o desaparecimento de um homem no meio de outros homens (Costa, 2004). A invisibilidade pública na atividade laboral é corroborada quando a pessoa veste o seu uniforme e utiliza suas ferramentas de trabalho (Costa, 2004). Nesse sentido, essas vestimentas e ferramentas conferem ao indivíduo muito mais do que o *status* de trabalhador braçal; elas lhe legam a invisibilidade pública (Costa, 2004, 2008). Para tanto, ao olhar da maioria das pessoas, os trabalhadores são seres invisíveis, sem nome e que, ao vestirem o uniforme de gari, não são reconhecidos nem mesmo pelos seus amigos. O sujeito não é ignorado ou rejeitado, mas sim, não é percebido, como se não estivesse presente.

A invisibilidade pública é um processo pelo qual o homem é tornado invisível por sua insignificância ou irrelevância social (Costa, 2004, 2008). Assim, a sociedade valoriza determinados tipos de trabalho em função da representatividade que possuem, sendo que algumas profissões, como médicos, engenheiros e advogados, historicamente reforçaram suas posições de prestígio produzindo práticas monopolistas que estabeleceram barreiras frente às demais profissões (Coelho, 1999). Por exemplo, a atividade de um médico é mais valorizada que outras, em função do *status* e pelo tempo que os profissionais dedicam à sua formação (Gallon, Bitencourt, Viana & Antonello, 2016; Silva, Melo & Vasconcelos, 2014).

Neste contexto, a atividade de um médico exemplificada pode ser considerada uma profissão liberal, que, originalmente do termo latino *liberalis*, “designava o indivíduo que, ademais de liberdade política, gozava de boa situação material, o que lhe permitia dedicar horas de lazer ao estudo” (Coelho, 1999, p. 21). De modo contrário, o ofício de um garçom não possui o mesmo prestígio (Gallon et al., 2016), sendo considerado desqualificado intelectualmente por ser executor de um trabalho braçal e precário, conforme apontam Diniz et al. (2013).

Os estudos sobre o trabalho devem buscar um olhar contemporâneo diante de sua contribuição socioeconômica. Ademais, é importante entender o trabalho na perspectiva organizacional – processos de aprendizagem e resolução de problemas – e individual – criação de identidade e interação social – para esses sujeitos (Rose, 2007). Conseqüentemente, o trabalho comum tem despertado interesse na academia e vem sendo estudado em diferentes ocupações, como manicures e pedicures (Gallon et al., 2016), garçons e garçonetes (Diniz et al., 2013), auxiliares de limpeza (Diogo, 2007), cabeleireiras (Rose, 2007), carpinteiros (Rose, 2007), doceiras (Dantas, 2014), catadores de lixo (Medeiros & Macedo, 2006), garis (Costa, 2008) e agentes funerários (Nascimento et al., 2017).

Por todo exposto, a fim de caracterizar o trabalho comum (Rose, 2007), esta pesquisa utiliza o conceito de desprestígio social (Diniz et al., 2013), considerada uma desvalorização da ocupação profissional (Santos, 2015), tendo em vista que as características são construídas por uma parcela da sociedade, a qual, não necessariamente, condiz com a perspectiva das pessoas que exercem o trabalho comum.

Os sentidos do trabalho

Além de fonte de sustento (Morin, 2001) e atividade autodeterminada, externa à relação dinheiro-mercadoria (Dourado, Holanda, Silva & Bispo, 2009), o trabalho é também um meio para se relacionar com os outros, uma ocupação e uma forma de se sentir pertencente a uma comunidade (Morin, 2001). Assim, o trabalho tem diversos sentidos para os sujeitos, sendo do interesse dos pesquisadores investigar a temática em diferentes esferas organizacionais.

As primeiras pesquisas sobre sentidos do trabalho foram realizadas por Hackman e Oldham (1975), que buscaram relacionar o sentido do trabalho com a qualidade de vida (Tolfo & Piccinini, 2007). Esses autores reconheceram que um trabalho que possui sentido deve ser legítimo, útil e importante para o sujeito que o realiza, apresentando três características essenciais: possuir variedade nas tarefas, oferecer possibilidade de realizar algo com começo e fim demonstrando resultados e, ainda, oferecer retorno ao sujeito sobre seu desempenho (Hackman & Oldham, 1975).

Para tanto, embasada nos estudos do grupo Meaning of Work International Research Team (MOW), Morin (2001) expõe suas reflexões sobre um trabalho com sentido, no qual suas proposições estão voltadas em constructos, como motivação e comprometimento. Nesse contexto, à medida que o sujeito encontra sentido no que realiza, suas ações para com seu trabalho e com a organização tornam-se mais comprometidas (Morin, 2001; Rohm & Lopes, 2015). Morin (2001) investigou os sentidos do trabalho e do emprego em estudantes de Administração e administradores profissionais da França e Quebec. A pesquisa concluiu que, para os estudantes, o trabalho possui uma concepção positiva e vários são os fatores que os motivam a trabalhar, entre eles: contribuição social, sentimento de vínculo, fonte de realização, atualização do potencial, bem como ter um sentido. Para o grupo de administradores, o trabalho também possui uma visão positiva e tem sentido quando é feito de maneira eficiente, conduz a algum objetivo, beneficia outras pessoas, permite o aprendizado, a realização e exerce poder.

Nesse contexto, Morin (2001) ressalta que as características essenciais de um trabalho com sentido são compostas por dimensões que aludem envolvimento cognitivo e afetivo por parte daquele que o realiza. A finalidade da ação, a eficiência da atividade, a possibilidade de satisfação intrínseca e a garantia de segurança e autonomia são os pontos que conduzem o trabalhador a realizar um trabalho com sentido. Juntamente a isso, o fato de trabalhar é considerado moralmente aceitável, proporcionando o desenvolvimento de uma rotina diária, bem como a afiliação do trabalhador em um determinado grupo social.

Coerente a isso, as atividades diárias laborais, mesmo que sejam de um trabalho comum, sem prestígio social, como o da garçonete, têm grande valor para as pessoas que o exercem, pois envolvem um misto de utilidade e de cuidados a outros (Rose, 2007) gerando tanto valor pessoal (Dourado et al., 2009) quanto para comunidade pertencente (Nascimento et al., 2017).

Esta valorização pode ser percebida no estudo realizado sobre o sentido do trabalho com agente funerário. Os achados deste estudo apontam que na dimensão organizacional, os agentes funerários encontram sentido principalmente no reconhecimento dos seus serviços pelos clientes e em relação à sua utilidade para a empresa. Na dimensão individual, percebem sentido no que se refere à valorização, desenvolvimento, independência, sobrevivência e alienação – essa última refere-se quando o profissional desconhece o objetivo do seu trabalho e não sabe o porquê de estar sendo realizado – (Oliveira, Piccinini, Fontoura & Schweig, 2004; Tolfo & Piccinini, 2007). Contudo, a dimensão social apresentou mais pontos de um trabalho sem sentido diante da valorização do seu ofício nas relações interpessoais do agente funerário. Assim, os entrevistados relatam que sua ocupação é alvo de curiosidade e perplexidade por parte de sua família e de brincadeiras por parte dos amigos, sendo alvo de preconceito pela sociedade (Nascimento et al., 2017).

O trabalho também pode ser entendido e vivenciado como sofrimento, esforço doloroso, tortura e fonte de alienação (Zanelli et al., 2010). Tal compreensão vincula o labor à exploração e deterioração da qualidade de vida que possui, quando o sujeito despende esforço físico e psíquico com significados negativos ou pouco relevantes (Nascimento et al., 2017; Silva & Tolfo, 2012). Por isso, pode-se dizer que o trabalho não é, por si só, fator de adoecimento, mas determinadas condições e seus contextos podem causar prazer e desgaste no indivíduo, que poderão interferir na qualidade de vida dos trabalhadores (Glanzner, Olschowsky & Kantorski, 2011).

Assim, caso o homem perceba o trabalho somente como algo necessário à sua sobrevivência e aquisições, entendendo como atividade obrigatória, deixa de compreender este trabalho como atividade de integração individual e social (Tolfo & Piccinini, 2007). Torna-se, portanto, meramente alienado, um produtor e consumidor de capital que deixa de buscar sua identidade nas atividades que executa e, conseqüentemente, deixa de atribuir sentido ao que faz (Tolfo & Piccinini, 2007).

Deste modo, compreende-se que o trabalho é uma atividade que agrega valor e possui sentido à medida que proporciona prazer e sentimento de realização ao executá-lo, permitindo exercer seus talentos e competências (Morin, 2001), realizar-se e aumentar a autonomia (Morin, 2001; Tolfo & Piccinini, 2007). Um trabalho que tem sentido é influenciado pela variedade das tarefas (Hackman & Oldham, 1975; Morin et al., 2007); é promotor dos laços sociais, fonte de realização; e mostra que o sujeito é capaz de contribuir e ser útil para a sociedade (Bitencourt, Gallon, Batista & Piccinini, 2011; Hackman & Oldham, 1975; MOW, 1987; Morin, 2001; Piccinini, Oliveira, Fontoura & Schweig, 2005; Rose, 2007; Tolfo & Piccinini, 2007), possibilitando construção da identidade pessoal e social do indivíduo (Rose, 2007; Tolfo & Piccinini, 2007).

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa por detalhar um fenômeno social que aborda a relação de configuração, estrutura, mudanças e relacionamentos do elemento em questão com outros dados (Godoy, 2005). Adotando o enfoque exploratório e descritivo, as pesquisadoras estavam abertas para as descobertas do campo (Godoy, 1995) a fim de analisar a percepção sobre os sentidos do trabalho para pessoas que exercem um trabalho comum, frente à invisibilidade pública e ao desprestígio social da atividade exercida.

Para tanto, a coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista com base em um roteiro semiestruturado, desenhado a partir do referencial teórico exposto anteriormente. O roteiro tinha 31 questões divididas em três blocos: (1) perfil do entrevistado e características do emprego; (2) trabalho; e (3) sentidos do trabalho. O instrumento de coleta de dados passou por um pré-teste e foi adaptado ao perfil dos entrevistados, proporcionando assim melhor entendimento aos participantes da pesquisa. O instrumento contemplou perguntas sobre relações sociais e familiares, valorização do trabalho que desenvolvem, aspectos financeiros e perspectivas futuras. Foram entrevistados 32 trabalhadores que exerciam diferentes ocupações com vínculo empregatício e autônomos e sem distinção de sexo e idade, em uma cidade do Norte do estado do Rio Grande do Sul. Optou-se por trabalhadores com baixa escolaridade – até ensino fundamental completo – em virtude de que os trabalhos comuns são caracterizados pela baixa escolaridade, salário e renda (Rose, 2007), visto que o conhecimento formal é dispensável, não sendo um requisito para exercer o trabalho.

Ao total, foram entrevistados 18 homens e 14 mulheres: entre 20 a 59 anos; pessoas solteiras, casadas, divorciadas ou com união estável; e escolaridade de analfabeto até a oitava série completa. As ocupações dos entrevistados eram de auxiliar de serviços gerais, auxiliar de limpeza, babá, cabeleireira, carpinteiro, coletor de lixo, encarregado de almoxarifado, frentista, garçom, gari, manicure, operador de grua, pedreiro, pintor, porteiro, servente de pedreiro, vigilante e zeladora (Quadro 1).

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Ocupação Profissional	Escolaridade	Estado Civil	Regime de Trabalho
E1	Feminino	44 anos	Auxiliar de serviços gerais	Analfabeta	União estável	Celetista
E2	Feminino	25 anos	Auxiliar de serviços gerais	6ª série	União estável	Celetista
E3	Masculino	29 anos	Operador de grua	8ª série	Casado	Celetista
E4	Masculino	25 anos	Pedreiro	8ª série	Casado	Celetista
E5	Masculino	21 anos	Servente de pedreiro	8ª série	Solteiro	Celetista
E6	Masculino	45 anos	Servente de pedreiro	4ª série	Casado	Celetista
E7	Masculino	23 anos	Encarregado de almoxarifado	8ª série	Casado	Celetista
E8	Feminino	32 anos	Serviços gerais	8ª série	Solteira	Celetista
E9	Feminino	49 anos	Auxiliar de limpeza	5ª série	Casada	Celetista
E10	Feminino	27 anos	Serviços gerais	8ª série	Solteira	Celetista
E11	Masculino	59 anos	Vigilante	8ª série	Casado	Celetista
E12	Masculino	42 anos	Porteiro	8ª série	Casado	Celetista
E13	Masculino	45 anos	Pedreiro	6ª série	Casado	Celetista
E14	Masculino	24 anos	Pintor	4ª série	Casado	Celetista
E15	Masculino	47 anos	Frentista	5ª série	Casado	Celetista
E16	Feminino	40 anos	Auxiliar de limpeza	5ª série	Casada	Celetista
E17	Feminino	57 anos	Babá	7ª série	Casada	Celetista
E18	Masculino	53 anos	Vigilante	7ª série	Solteiro	Celetista
E19	Feminino	53 anos	Manicure	8ª série	Solteira	Autônoma
E20	Feminino	42 anos	Cabeleireira	4ª série	Casada	Autônoma
E21	Feminino	23 anos	Auxiliar de limpeza	8ª série	Casada	Celetista
E22	Masculino	43 anos	Coletor de lixo	6ª série	Casado	Celetista
E23	Feminino	44 anos	Manicure	5ª série	Casada	Autônoma
E24	Feminino	20 anos	Auxiliar de limpeza	8ª série	União estável	Celetista
E25	Masculino	53 anos	Carpinteiro	2ª série	Solteiro	Celetista
E26	Feminino	35 anos	Gari	6ª série	Separada	Celetista
E27	Masculino	37 anos	Frentista	5ª série	Casado	Celetista
E28	Feminino	38 anos	Zeladora	5ª série	Casada	Celetista
E29	Masculino	28 anos	Garçom	8ª série	Casado	Celetista
E30	Masculino	24 anos	Garçom	8ª série	Solteiro	Celetista
E31	Masculino	55 anos	Coletor de lixo	4ª série	Solteiro	Celetista
E32	Masculino	25 anos	Frentista	8ª série	Casado	Celetista

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Os entrevistados foram escolhidos através de contatos diretos na rua ou estabelecimentos, como com garis e auxiliares de limpeza, e através de redes sociais, em que os trabalhadores eram sugeridos para as entrevistas. Após verificar se as pessoas indicadas atendiam o perfil definido, escolheram-se os trabalhadores que tivessem diferentes ocupações e aos quais as pesquisadoras tinham fácil acesso. Alguns entrevistados foram abordados em seu ambiente de trabalho; outros, enquanto estavam almoçando, durante seu intervalo; e alguns, em momentos de lazer. Houve também aqueles em que as pesquisadoras encontravam realizando seu trabalho, mas como não podiam ser entrevistados naquele momento, informavam o número do telefone para contato posterior. Assim, algumas entrevistas também foram realizadas em pontos estratégicos da cidade, conforme disponibilidade dos trabalhadores, fora do expediente.

Procurou-se entrevistar trabalhadores que não pertencessem ao convívio das pesquisadoras, com o intuito de que eles ficassem à vontade em suas colocações. As entrevistas tiveram duração de 50 minutos, em média; aconteceram nos meses de junho e julho de 2017; e foram realizadas individualmente. No entanto, algumas vezes, houve interrupção por parte de colegas de trabalho dos entrevistados ou até mesmo por necessidade de atender ao telefone.

As entrevistas foram gravadas com gravador de áudio e transcritas posteriormente. Após a explicação do objetivo do estudo, os trabalhadores assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido concedendo a autorização para realizar as entrevistas com uso exclusivo em pesquisa científica. As entrevistas só iniciaram após a assinatura do termo e quando os trabalhadores estavam cientes da pesquisa, sem dúvidas ou outras questões pertinentes ao estudo.

Um fato que chamou a atenção das pesquisadoras durante as entrevistas foi o receio ou vergonha inicial dos trabalhadores em ceder suas respostas. No início, as respostas dos entrevistados eram mais objetivas, porém, com o desenrolar da conversa, observou-se maior interação entre pesquisador e entrevistado. Assim, os trabalhadores ficaram mais à vontade, traziam exemplos de vivências do trabalho e a conversa fluía naturalmente.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, através de três etapas: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento, inferência e interpretação dos resultados (Bardin, 2009). Para a organização das categorias, utilizou-se o *software* Max-Qda versão 2007, que não automatiza e nem executa a análise dos dados (Flick, 2002), sendo responsabilidade das pesquisadoras realizarem a categorização das informações.

O processo de codificação resultou em 20 códigos, que incluíram as categorias iniciais estruturadas de acordo com o roteiro de entrevistas, categorizando 636 segmentos de dados. A partir dessa estruturação, realizou-se uma análise mais aprofundada que buscou encontrar outros dados que estavam ocultos e, também, para melhor estruturação das categorias finais. A partir disso, cinco categorias de análise foram encontradas (trabalho comum, relações sociais e familiares, valorização da ocupação profissional, importância financeira e visão de futuro), possibilitando a organização do dicionário (Bardin, 2009), ou seja, uma compilação de termos com suas respectivas ideias-chave, que resumem os sentidos do trabalho para os indivíduos que exercem trabalhos comuns (Quadro 2).

Quadro 2: Categorias finais e ideias chave das categorias

Categorias	Ideias-chave
Relações sociais e familiares	<ul style="list-style-type: none"> – Família é o eixo principal. – Sustento e sobrevivência familiar e individual. – Espaço para dialogar. – Recomendação da ocupação profissional. – Pertencimento. – Companheirismo e apoio.
Valorização da ocupação profissional	<ul style="list-style-type: none"> – Utilidade social. – Sentimento de dever cumprido. – Desenvolver autonomia e responsabilidades. – Dignifica a pessoa. – Essencial na vida. – Gostar do que se faz. – Tornam a vida das pessoas mais fácil.
Importância financeira	<ul style="list-style-type: none"> – Fundamental para sobreviver. – Aquisição de bens materiais. – Pagar as contas do mês. – Independência. – Meio de receber um salário. – Não deixariam de trabalhar se tivessem bastante dinheiro.
Visão de futuro	<ul style="list-style-type: none"> – Contemplar sonhos, projetos e desejos. – Continuar no emprego atual. – Continuar trabalhando. – Aposentadoria. – Empreender.
Trabalho comum	<ul style="list-style-type: none"> – Eixo essencial na vida. – Falta opção. – Baixa escolaridade. – Autonomia.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

A análise e a interpretação das informações de acordo com a literatura proposta nesta pesquisa são expostas na próxima seção.

Análise dos resultados

Nesta seção, é apresentada a análise das entrevistas a partir das cinco categorias elencadas (relações sociais e familiares, valorização da ocupação profissional, importância financeira, visão de futuro e trabalho comum), com base nas principais ideias-chave que compõe cada categoria.

A primeira categoria analisada descreve a percepção dos entrevistados quanto às relações sociais e familiares. Os entrevistados relatam a importância da família, mais especificamente dos filhos, colocando-a em primeiro lugar, seguida pelo trabalho. É através do trabalho que os trabalhadores têm a oportunidade de construir sua identidade, interagir socialmente, encontrar um propósito e desafios, adquirir *status* e obter renda (Zanelli et al., 2010) para o sustento da família.

Dessa forma, o trabalho apresenta um papel central na vida dos entrevistados, ao passo que até mesmo no momento em que chegam em casa ele é citado nas conversas com seus familiares. Eles relatam sobre como foi seu dia, desabafam sobre aspectos que não foram tão positivos no trabalho, como também compartilham as conquistas diárias, como pode ser percebido: *“eu falo com a família sobre o trabalho, falo sobre a firma, que é uma firma boa de trabalhar, coisa assim. A gente fala só de coisas boas, coisa ruim não tem”* (E13, 45 anos, pedreiro). No mesmo sentido, outro entrevistado menciona que *“converso mais com a esposa, quando acontece alguma coisa, eu chego e falo com ela, desabafar um pouco”* (E12, 42 anos, porteiro), ou seja, eles encontram espaço na família para dialogar sobre seu trabalho.

Outro ponto que se destacou nas narrativas foi a convivência com os colegas de trabalho, o que deixa claro o sentimento de pertencimento adquirido nas relações diárias. As experiências vividas no trabalho apresentam uma positividade, considerando que no trabalho as pessoas podem desenvolver laços de afeição duráveis, ou seja, na dimensão organizacional, o trabalho aparece como uma oportunidade que a pessoa tem de se relacionar com outras pessoas (Morin, 2001). As relações sociais podem ser percebidas ao relatarem que *“até mesmo porque saindo de casa a gente convive mais com as pessoas do trabalho do que com a família da gente, né. Então, eu vejo meu trabalho como minha segunda família”* (E2, 25 anos, serviços gerais). Outro relata que *“fico feliz de acordar e vim trabalhar, encontrar os colegas, a gente conversa bastante”* (E27, 37 anos, frentista). Dessa forma, o trabalho proporciona o sentimento de pertencimento, fazendo com que os trabalhadores se sintam bem com as relações advindas do trabalho.

Este fato se torna ainda mais evidente ao serem questionados do que mais sentiriam falta no caso de perderem o trabalho, e a maioria dos entrevistados não hesitaria em colocar os colegas de trabalho em primeiro lugar, reforçando o sentimento de vinculação e pertença, como se pode observar quando é mencionado que *“sentiria falta da galera em geral, todo mundo gente boa, porque tipo, a questão financeira iria sentir falta também, mas isso tem uma válvula de escape para ti correr atrás e repor o que está faltando”* (E30, 24 anos, garçom). Outro trabalhador reafirma o sentimento afirmando que também *“sentiria mais falta das amizades e dos companheiros. Vou dar um exemplo, ficamos três dias e meio trabalhando junto, nós éramos companheiros, o que um precisa, liga para o outro, nós éramos assim, sempre foi assim”* (E12, 42 anos, porteiro). O apoio recebido dos colegas de trabalho reforça os relacionamentos organizacionais e contribui de forma positiva com o sentimento de vínculo.

Como exposto, os entrevistados consideram a importância dos relacionamentos no trabalho, uma vez que passam a maior parte do seu dia convivendo com seus colegas, conforme relata a E20 (42 anos, cabeleireira): *“eu sentiria falta da convivência também né, porque a gente conversa faz amizades, não seria só do dinheiro, mas dessa convivência, dessas amizades”*. Este sentimento de coleguismo,

de reciprocidade aparece fortemente associado ao gosto pelo trabalho. Assim, o relacionamento com as pessoas, o sentimento de vinculação, de pertença e o fato de ter algo a fazer para evitar o tédio no trabalho possuem um lugar de destaque no meio social (Morin, 2001).

Na segunda categoria buscou-se compreender a valorização da ocupação profissional pelo sentido que os entrevistados encontram no trabalho, ao entender suas histórias e seu cotidiano, suas realizações e dificuldades proporcionadas pelo trabalho considerado de baixo prestígio social.

Ao serem questionados sobre qual o sentido do trabalho, destacou-se a utilidade; os entrevistados expressaram que o trabalho possui sentido ao passo que se torna útil para as pessoas, pois *“muitos ainda enxergam o trabalho da gente, a gente deixa tudo limpinho para ajudar, porque é ruim tu chegar num lugar que o ambiente está sujo”* (E8, 32 anos, auxiliar de serviços gerais) e, dessa forma, o trabalhador é capaz de mostrar a utilidade do seu trabalho. Outros relatam que o sentido do trabalho encontra-se em: *“ocupar tua mente eu acho, fazendo alguma coisa útil não só para ti, mas pra mais pessoas e sendo remunerado por isso”* (E30, 24 anos, garçom), assim como: *“trabalhar te faz bem, uma pessoa que fica inútil, sem fazer nada, acredito que nem se sintam bem, não tem prazer para nada, acho que meu trabalho ajuda na questão, assim, interior da pessoa, o trabalho dignifica a pessoa, ela é bem vista”* (E20, 42 anos, cabeleireira). Sendo assim, o trabalho, além de ser útil, proporciona o sentimento de dignidade para os trabalhadores que o realizam.

Nos relatos, o trabalho apresenta sentido na dimensão social em relação à sua utilidade (Nascimento et al., 2017), pois percebem sua contribuição à sociedade e demonstraram que se sentem bem em poder fazer com que a vida das pessoas direta ou indiretamente envolvidas se torne mais fácil e agradável, como consequência do seu trabalho, pois *“nisso de limpeza tem sentimento, porque a gente vê tudo limpo. As pessoas tão satisfeitas, aí elas comentam que está limpinho e tu fica melhor ainda”* (E10, 27 anos, auxiliar de serviços gerais), e isso proporciona o sentimento de dever cumprido.

Assim, os entrevistados demonstraram que suas atividades são úteis à sociedade, por mais que esta nem sempre os perceba como seres humanos, e sim apenas como trabalhadores invisíveis, imperceptíveis, com baixo prestígio social e que se submetem a atividades que outros trabalhadores não se submeteriam. Neste contexto, se torna nítida a rejeição social (Nascimento et al., 2017), sentimento de humilhação social e sofrimento psicológico ao serem tratados com desprezo, indiferença (Diniz et al., 2013; Lourenço, 2014), até mesmo porque *“eles não davam assistência nenhuma pra gente: tipo se tu molhava teus pé, tu ia ficar o dia inteiro molhada, se tu se molhasse, não tinha um tênis, nada, nada, nada”* (E8, 32 anos, serviços gerais). O desprezo e indiferença narrados interferem na forma como projetam o futuro de seus filhos.

Nas narrativas, o sofrimento e o desejo que seus filhos não passem pela mesma situação ficam aparentes, pois *“não recomendaria de jeito nenhum, porque a gente quer o melhor pros filhos, não vai querer que passem o que a gente passa, a gente sofre, não é fácil esse serviço”* (E8, 32 anos, serviços gerais), mas se submetem pois percebem o trabalho como um amparo contra a pobreza, visto que, na sua ausência, as implicações podem ser graves (Rose, 2007).

A terceira categoria aborda a questão financeira. A maioria dos entrevistados demonstra gostar muito do trabalho que fazem, porém, sempre lembrando a necessidade financeira, que os obriga a se manterem ativos no mercado de trabalho, pois *“se tu não tem o dinheiro, tu não pode fazer nada, desde comprar um alimento, se não tem tu tem que fica sem”* (E6, 45 anos, servente de pedreiro). A questão financeira, proporcionada pelo trabalho, diversas vezes foi comentada pelos entrevistados, demonstrando sua importância. Esse achado corrobora com estudos anteriores (Piccinini et al., 2005; Tolfo & Piccinini, 2007) nos quais destaca-se que o fator financeiro, por si só, não traz sentido para o trabalho, mas sim quando ele é percebido como algo complementar na vida do indivíduo.

Observa-se que, para alguns, a finalidade do trabalho é a renda, enquanto as demais características seriam complementares. Para outros, no entanto, a recompensa financeira é um complemento, pois a importância do trabalho está em gostar daquilo que faz, está na independência,

no sentimento de pertencimento, que ele proporciona, como relata E9 (49 anos, auxiliar de limpeza): “*me sinto bem trabalhando. Eu trabalho porque eu gosto e outra porque eu preciso*”.

Todos os respondentes manifestaram a mesma percepção, de que não conseguiriam viver sem trabalhar, mesmo se tivessem bastante dinheiro para viver confortavelmente o resto da vida, conforme o relato da E16 (40 anos, auxiliar de limpeza):

Bastante dinheiro? Nunca pensei nisso, eu não sei, mas alguma coisa tu tem que fazer, sempre vai ter que fazer, não tem como só ficar deitada, não existe. Eu não me imagino só deitada, só sentada, sem ter o que fazer. É uma coisa boa para ti, tipo eu tirei férias, meu Deus! Eu não aguentava mais. Eu queria voltar a trabalhar. Eu acho que se eu ficasse mais um pouco, eu ia entrar em depressão.

Estes achados corroboram com alguns estudos já realizados anteriormente (Morin, 2001; Teixeira & Lorenzton, 2016), em que as pessoas pesquisadas disseram que mesmo que fossem abastados financeiramente, continuariam trabalhando. A importância do trabalho também é reforçada, ao passo que proporciona o sentimento de independência, conforme depoimento do E1 (44 anos, serviços gerais):

É o meio que a gente tem de ser independente né, querer fazer o que tu quer, né, tu ter o direito de ir e vir, não pedir, ficar esperando pelo marido, chegar no final do mês, tem que estar contando para ele o que tu vai fazer o que tu não vai fazer, o que tu tem para pagar, entende? Assim, a gente é independente, entende?

Dessa forma, o salário possibilita que os trabalhadores entrevistados sejam mais independentes, e que os compromissos financeiros mensais sejam cumpridos: “*nós dois estávamos há pouco tempo sem serviço, eu estava trabalhando de faxina e não era todo dia, só de vez em quando e imagina, pagar aluguel, água, luz essas coisas assim, e não ter um trabalho fixo, né?*” (E2, 25 anos, auxiliar de serviços gerais).

Já na quarta categoria, que se refere à visão de futuro, fica evidente que o trabalho proporciona aos entrevistados oportunidades de realizações pessoais, as quais sem o trabalho não seriam possíveis. O interesse por trabalhar está vinculado com as oportunidades proporcionadas pelo trabalho, como viver de acordo com os valores pessoais, ter a oportunidade para realização de ambições, vencer desafios ou perseguir ideias (Morin, 2001), como pode ser visto:

O trabalho, na realidade na minha vida assim é o que mantém a possibilidade da gente sonhar, sabe? Em ter uma condição de vida melhor, de ter um carro melhor, de dar uma oportunidade para a família, de um passeio, né? Através deste pensamento, assim que, tipo, a gente vem trabalhar, tu sempre está focando no dia de amanhã (E3, 29 anos, operador de grua).

Desta forma, os entrevistados demonstram aspectos que permeiam as necessidades financeiras, o desejo de melhorar de vida, sua projeção de futuro, a possibilidade de adquirir coisas materiais, ter o próprio negócio e proporcionar melhores condições de bem-estar para a família.

Nesta perspectiva de futuro, cabe ressaltar que cada trabalhador, ao exercer sua atividade, possui um objetivo final e um sentido atribuído àquilo que realiza (Tolfo & Piccinini, 2007), e o sentido que o trabalho possui é construído em um determinado contexto social, econômico e histórico. Os trabalhadores entrevistados dizem encontrar sentido ao exercerem sua autonomia, que demonstra como o trabalho possibilita aos entrevistados contemplar seus sonhos, projetos, desejos e liberdade de escolhas.

Por fim, foram abordados pontos que caracterizam o trabalho comum e, dentre eles, a falta de escolaridade ganha destaque. Ao contrário de um trabalho especializado, que envolve atribuições

de cognição e inteligência, conferindo um lugar de prestígio na ordem social às pessoas que o desenvolvem (Rose, 2007), as profissões exercidas pelos entrevistados não exigem uma especialização.

Os entrevistados ressaltam que a falta de escolaridade torna-se um fator que os impossibilita de buscar outras ocupações e acabam se conformando com ocupações profissionais que não exigem qualificações, conforme relatado pelo E9 (49 anos, serviços gerais): *“escolhi trabalhar nesse ramo, para te dizer bem a verdade, por falta de estudo”*. Quando o E9 (49 anos, serviços gerais) relata que escolheu essa ocupação, entende-se que isso não foi uma escolha e sim a única alternativa frente à falta de opções, situação característica de pessoas que desenvolvem um trabalho comum; com baixa escolaridade; ou que estão à margem da sociedade. Isso também fica evidente no relato, como: *“não, não estudei, então, geralmente quem trabalha nessas [profissões] não tem opção de outra profissão, entende?”* (E1, 44 anos, auxiliar de serviços gerais). Assim, os entrevistados encontram uma justificativa para a escolha de suas profissões, em que a baixa escolaridade é a sua principal causa, e o conhecimento formal torna-se indispensável, não sendo uma exigência para exercer o trabalho (Rose, 2007).

Importante destacar que a necessidade econômica familiar impunha a busca por trabalho muito cedo. Alguns entrevistados narraram que iniciaram sua jornada de trabalho ainda muito novos, alguns ainda na infância, conforme o relato do E15 (47 anos, frentista): *“lá com 15 anos eu trabalhava o dia inteiro porque minha família precisava de mim, aí precisava trabalhar o dia inteiro pra ajudar no sustento”*. A alienação ao trabalho mostrada na fala do entrevistado é coerente com a perspectiva de alienação do trabalho abordada por Tolfo e Piccinini (2007) ao relatar que o trabalho aparece como uma necessidade econômica familiar, em que o trabalhador percebe o trabalho apenas como uma forma de sobrevivência, não conseguindo identificar outros sentidos ao seu trabalho, nem associar as atividades exercidas com o sentimento de desenvolvimento e evolução pessoal e social, bem como não sabe ao certo por que o está fazendo (Tolfo & Piccinini, 2007; Oliveira et al., 2004).

Apesar da alienação ao trabalho, por um lado, e garantir o sustento, por outro as consequências do trabalho infantil acarretam em sentimento de humilhação social e sofrimento psicológico ao serem tratados com desprezo, indiferença (Diniz et al., 2013; Lourenço, 2014), sendo que, muitas vezes, ocorrem agressões físicas e verbais, bem como a falta de apoio dos superiores (Lourenço, 2014), conforme narrado pela E1 (44 anos, serviços gerais):

O trabalho que eu não me sentia bem era lá no começo quando eu comecei, quando a gente ia trabalhar de babá, entende. A gente era nova, a gente passou por muitas dificuldades no serviço, o fato de a gente querer trabalhar para ajudar em casa, a gente passou por muitas assim, e bastante dificuldade, com os patrões, né. Quando a pessoa é uma criança não sabe o que está fazendo, os patrões não entendem, eles te colocam de castigo, eles te judiam, te ameaçam. E eu era [castigada].

Deste modo, o trabalho comum é retratado pelos entrevistados em função do desprezo, humilhação e invisibilidade que são atrelados ao *status* da ocupação profissional (Costa, 2004; Diniz et al., 2013). Alguns trabalhadores são tratados com desrespeito e indiferença, porque *“as pessoas passam e xingam por que ela está ali limpando e a pessoa não quer sair do lugar, sabe? Daí é esse o problema, é falta de respeito, né!”* (E26, 35 anos, gari). Apesar dos entrevistados valorizarem o trabalho que desenvolvem e perceberem uma contribuição para a sociedade, a insatisfação, de acordo com os depoimentos, é frequentemente percebida pelo não reconhecimento do esforço executado e pela falta de prestígio social.

A partir dos relatos, identificou-se os sentidos do trabalho, relacionados às principais formas como os trabalhadores entrevistados compreendem suas experiências nas organizações (Vilas Boas & Morin, 2014). Os sentidos relatados foram: estar bem consigo mesmo; gostar daquilo que faz; trabalhar com vontade e alegria; entender que o trabalho engrandece e faz bem; ter incentivo para

melhorar seu trabalho; ter respeito, valorização; tirar proveito do trabalho e aprender coisas novas (Nascimento et al., 2017); obter reconhecimento (Dourado et al., 2009; Nascimento et al., 2017); ter horários flexíveis; e ser feliz. Na pesquisa de Morin et al. (2007), esses sentidos são classificados em uma dimensão individual em que a identificação e a satisfação pessoal no trabalho proporcionam sentido quando a pessoa que exerce o trabalho sente prazer, percebe contribuição como única e criativa, gosta do que faz e dá a sensação de independência financeira e psicológica (Morin et al., 2007).

Outros sentidos foram identificados, como o fato de manter o trabalhador ocupado o tempo inteiro (Nascimento et al., 2017). Isso sugere que o trabalho desempenhado tenha utilidade, e é classificado por Morin et al. (2007) em uma dimensão organizacional. Já os sentidos do trabalho em: proporcionar o desenvolvimento de relações sociais (Morin et al., 2007; Nascimento et al., 2017); ter espírito de equipe; e ajudar os outros (Nascimento et al., 2017) são classificados como dimensão social por Morin et al. (2007). Ao passo que se encontra sentido através da contribuição social, o trabalhador contribui para a sociedade e seu trabalho é considerado ético e aceitável (Morin et al., 2007).

Os sentidos do trabalho identificados nos relatos dos entrevistados também são descritos por outros autores, ainda que em contextos e ocupações profissionais diferentes (Morin et al., 2007). Contudo, foi possível identificar sentidos do trabalho no grupo de trabalhadores entrevistados, deixando claro que o trabalho não é somente uma fonte de renda, mas também de realização pessoal e profissional.

Considerações finais

O trabalho tem sido visto não somente como forma de obter renda e de suprir necessidades de subsistência, mas também como uma atividade que proporciona realização pessoal, reconhecimento social, desenvolvimento de laços sociais e construção de identidade do sujeito (Bastos, Pinho & Costa, 1995; Bitencourt et al., 2011; Hackman & Oldham, 1975; Morin, 2001; MOW, 1987; Piccinini et al., 2005; Rose, 2007; Tolfo & Piccinini, 2007).

Para tanto, essa pesquisa buscou analisar a percepção sobre os sentidos do trabalho para pessoas que exercem um trabalho comum frente à invisibilidade pública e ao desprestígio social da atividade exercida. Cabe ressaltar que, a invisibilidade pública na atividade laboral é corroborada quando a pessoa veste o seu uniforme e utiliza suas ferramentas de trabalho (Costa, 2004), sendo um processo no qual o homem é tornado invisível por sua insignificância ou irrelevância social (Costa, 2004, 2008). O trabalhador que exerce um trabalho comum não deixa de existir socialmente, mas ele simplesmente não é percebido no momento em que executa seu trabalho, sendo ignorado pela sociedade. Aos olhos do trabalhador, seu trabalho possui utilidade para sociedade e fonte de sustento para sua família.

Frente a isso, o trabalho apresentou-se como central na vida dos trabalhadores, estando relacionado à: sobrevivência (Morin et al., 2007); inserção social (Bitencourt et al., 2011); e ao prazer em realizar as atividades que lhes são atribuídas (Glanzner et al., 2011). Evidenciou-se, também, que o trabalho é realizado com dignidade e os trabalhadores compreendem que aquilo que fazem tem uma finalidade e um valor para a sociedade (Morin, 2001; Rose, 2007; Tolfo & Piccinini, 2007). Esses achados mostram que a percepção de inferioridade é atribuída pelos outros trabalhadores que não exercem as profissões aqui pesquisadas. Assim, o trabalhador especializado confere um rebaixamento social às pessoas que desenvolvem o trabalho comum (Costa, 2008; Rose, 2007).

Esse estudo possibilitou conhecer o contexto do trabalho comum, que está atrelado à invisibilidade pública e ao desprestígio social da atividade exercida, mas que tem importante

contribuição para a sociedade. No âmbito teórico, a pesquisa visa contribuir com investigação dos sentidos do trabalho de diferentes ocupações profissionais e sociais, principalmente no Brasil, onde a desigualdade social é tão marcante (Morin et al., 2007).

Na esfera prática, a pesquisa fornece subsídios para a valorização do trabalhador a fim de entender o que traz sentido a esses trabalhadores, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido por esses sujeitos. Assim, o trabalho é uma importante esfera da vida, sendo elemento crítico na definição da identidade dos indivíduos (Bastos et al., 1995). Os motivos associados ao fato de trabalhar produzem sensações de ter um trabalho interessante e autorrealizador ao mesmo tempo em que apresenta uma função econômica, com rendimentos e ganhos (Bastos et al., 1995). A atribuição de sentido ao trabalho para os empregados acarreta em maior engajamento com a empresa, bem como na minimização de adoecimentos causados devido ao trabalho e conseqüentemente, na rotatividade e absenteísmo organizacional.

Pode-se mencionar como limitação do estudo a dificuldade dos trabalhadores em compreenderem o que estava sendo questionado. Isso se percebeu no decorrer das entrevistas, quando os trabalhadores solicitavam para repetir a pergunta e explicar com outras palavras. Em outros momentos, as respostas eram idênticas às relatadas em questões anteriores ou não respondiam de fato a questão. Na percepção das autoras, isso ocorreu em função de os entrevistados não estarem acostumados a refletir sobre o seu trabalho e o sentido que esse tem na vida deles, assim como quando os trabalhadores ficavam em silêncio, ou não se manifestavam em relação ao seu contexto de trabalho, era entendido como insegurança, medo de estar errado ou até mesmo de não querer falar sobre o local onde desenvolvem suas atividades.

Para tanto, essa pesquisa incita o desenvolvimento de novos estudos que permitam comparar os sentidos do trabalho em grupos de diferentes níveis de escolaridade, renda e ocupações a fim de que os resultados possibilitem emergir novos construtos que mostrem as diferenças e semelhanças do sentido do trabalho para os diferentes trabalhadores. Também é válido compreender esse contexto em diferentes países, visto as peculiaridades sociais de cada cultura. E, por fim, ressalta-se a carência de pesquisas em relação à exigência do conhecimento formal frente aos diferentes saberes envolvidos na realização do trabalho, fomentando discussões sobre a elitização do conhecimento em diferentes profissões e, conseqüentemente, a visibilidade pública e o prestígio social do trabalho na sociedade.

Referências

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, A., Pinho, A., & Costa, C. (1995). Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, 35 (6), 20-29.
- Bitencourt, B., Gallon, S., Batista, M., & Piccinini, V. (2011). Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. *Revista de Ciências da Administração*, 13 (31), 30-57.
- Celeguim, C., & Roesler, H. (2009). A invisibilidade social no âmbito do trabalho. *Revista Interação*, 3 (1), 12-26.
- Coelho, E. C. (1999). *As profissões imperiais: advocacia, medicina e engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record.
- Costa, F. (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.
- Costa, F. (2008). *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garís: um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo – SP.
- Dantas, M. (2014). Sabores doces: uma análise sociocultural da doçaria do Seridó Potiguar. In *Anais da XXIX Reunião Brasileira de Antropologia*. (pp. 1-19). Natal (RN). Recuperado de <https://bit.ly/2ZKbdbl>
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14 (3), 27-34.

- Diniz, A., Carrieri, A., & Barros, A. (2013). Invisibilidade social e trabalho noturno: reflexões a partir de representações sociais de garçons. *Gestão e Planejamento*, 14 (1), 348-360.
- Diogo, M. (2007). Os sentidos do trabalho de limpeza e conservação. *Psicologia em Estudo*, 12 (3), 483-492.
- Dourado, D., Holanda, L., Silva, M., & Bispo, D. (2009). Sobre o sentido do trabalho fora do enclave de mercado. *Cadernos Ebape.BR*, 7 (2), 349-367.
- Flick, U. (2002). Entrevista episódica. In: Bauer, M. & Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gallon, S., Bitencourt, B., Viana, D., & Antonello, C. (2016). Formas de aprendizagem e saberes no trabalho de manicures. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10 (1), 96-112.
- Glanzner, C., Olschowsky, A., & Kantorski, L. (2011). O trabalho como fonte de prazer: avaliação da equipe de um centro de atenção psicossocial. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45 (3), 716-721.
- Godoy, A. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35 (3), 20-29.
- Godoy, A. (2005). Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 3 (2), 81-89.
- Hackman, J., & Oldham, G. (1975). Development of the job diagnostic survey. *Journal of Applied Psychology*, 60 (2), 159-170.
- Lourenço, C. (2014). O cliente “não tem sempre razão”: o trabalho precário nas relações entre consumidores e comerciários. In F. Naves (Org.). *Trabalho e trabalhadores nas sociedades contemporâneas: outras lentes sobre invisibilidades construídas* (pp. 21-40). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Medeiros, L., & Macedo, K. (2006). Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*, 18 (2), 62-71.
- Morin, E. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 41 (3), 8-19.
- Morin, E., Tonelli, M., & Pliopas, A. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19, 47-56.
- Meaning of Work International Research Team (MOW). (1987). *The meaning of work*. London: Academic Press.
- Nascimento, R., Santos, A., & Pinho, A. (2017). O sentido do trabalho para o agente funerário. In *Anais do XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração* (pp. 1-16). São Paulo. Recuperado de <https://bit.ly/2RB5OAo>
- Oliveira, S. R., Piccinini, V. C., Fontoura, D. S., & Schweig, C. (2004). Buscando o sentido do trabalho. In *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. (pp. 1-16). Porto Alegre. Recuperado de <https://bit.ly/2N9QADN>
- Piccinini, V., Oliveira, S., Fontoura, D., & Schweig, C. (2005). *Quando trabalhar faz sentido*. Paris: AGRH.
- Rohm, R., & Lopes, N. (2015). O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.BR*, 13 (2), 332-345.
- Rose, M. (2007). *O Saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador*. São Paulo: Senac.
- Santos, W. (2015). Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor. *Sapere Aude*, 6 (11), 349-358.
- Silva, N., & Tolfo, S. (2012). Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. *Psicologia: organizações e trabalho*, 12 (3), 341-354.
- Silva, J., Melo, N., & Vasconcelos, A. (2014). A astúcia invisível de mulheres trabalhadoras de escola. *Psicologia em Revista*, 20 (3), 427-445.
- Silva, M., & Simões, J. (2015). O estudo do sentido do trabalho: contribuições e desafios para as organizações contemporâneas. *Revista Capital Científico*, 13 (3).
- Teixeira, E., & Lorenzton, G. (2016). Saúde mental e trabalho: um estudo com agricultores orgânicos no sudoeste do Paraná. *Revista Grifos*, 24 (38/39), 179-198.
- Tolfo, S., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19, 38-46.
- Ulmann, A. (2014). O trabalho na creche a partir do invisível. *Caderno de Psicologia Social do Trabalho*, 17 (1), 119-128.

- Ventura, T. (2011). Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. *Revista de Sociologia e Política*, 19 (40), 159-170.
- Vilas Boas, A. A., & Morin, E. M. (2014). Sentido do trabalho e fatores de qualidade de vida no trabalho para professores de universidades públicas do Brasil e do Canadá. *Anais do XXXVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração*. (pp. 1-16). Rio de Janeiro. Recuperado de <https://bit.ly/2xoQKwJ>
- Wadsworth, E., Chaplin, K., & Smith, A. (2010). The work environment, stress and well-being. *Occupational Medicine*, 60 (8), 635-639.
- Zanelli, J. C., Silva, N., & Soares, H. (2010). *Orientação para aposentadoria nas organizações: projetos para o pós-carreira*. Porto Alegre: Artmed.

Endereço para correspondência

rosianedutramartins@gmail.com, priscilacerutti@yahoo.com.br,
elemduarte@yahoo.com.br, shalimargallon@gmail.com

Recebido em: 20/02/2018

Revisado em: 16/10/2018

Aprovado em: 16/02/2019

Concepções e práticas de procuradores do trabalho sobre a relação entre saúde mental e trabalho

Natasha Contro de Souza¹ e Marcia Hespanhol Bernardo²

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas, São Paulo, Brasil)

Este artigo relata uma pesquisa que teve por objetivo analisar como procuradores do trabalho compreendem a relação entre o processo saúde-doença mental e o trabalho, bem como identificar suas práticas sobre tal tema. Foram realizadas entrevistas abertas em profundidade com quatro procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT). Os resultados indicam que os entrevistados apresentam uma análise conceitual muito crítica quanto à noção de precarização do trabalho e sua relação com os prejuízos à saúde mental. Todavia, apesar da familiaridade com as discussões teóricas, em suas práticas, tendem a restringir o foco de suas ações em saúde mental às situações de assédio moral, apoiados no argumento de que estas possibilitariam avaliações mais objetivas. Isso interfere no acolhimento do trabalhador e na possibilidade de propor ações preventivas focalizadas nas políticas de gestão empresarial que afetam a saúde mental dos trabalhadores. O MPT tem muito a contribuir com a luta pela garantia dos direitos à saúde mental do trabalhador, mas, para isso, é importante que se amplie sua atuação para além do assédio moral. Este artigo pretende oferecer uma discussão sobre esse tema, de modo a amparar as práticas desses atores sociais.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, Saúde mental, Saúde mental relacionada ao trabalho, Direito do trabalho, Procurador do trabalho.

Concepts and practices of labor prosecutors on the relationship between mental health and work

This article reports a research that aimed to analyze how labor prosecutors understand the relationship between mental health-illness process and work, as well as to identify their practices on this topic. Open interviews were conducted in-depth with four prosecutors of Minister of Labor (MPT). The results indicate that respondents have a very critical conceptual analysis about the notion of precariousness of work and its relations with the damages to mental health. However, despite their familiarity with the theoretical discussions, in their practices, they tend to restrict the focus of their actions in mental health to situations of moral harassment, supported by the argument that they would enable more objective assessments. This interferes in the reception of the worker and in the possibility of proposing preventive actions that focus in the policies of business management that affect the workers' mental health. MPT has much to contribute to the struggle for the guarantee of the right of worker's mental health but for that, it is important it to extend beyond the point of moral harassment. This article intends to offer a discussion on this theme, in order to contribute to the practices of these social actors.

Keywords: Worker's health, Mental health, Mental health related to work, Labor law, Labor prosecutor.

Introdução

O direito do trabalhador à saúde

Estudos recentes apontam que os problemas de saúde mental relacionados ao trabalho são cada vez mais recorrentes, fato confirmado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social no Brasil (MPAS), que revela os transtornos mentais como a terceira maior causa de afastamento do trabalho (Brasil, 2012). Tais dados ainda não englobam inúmeros casos de trabalho informal e outros que não foram notificados devido à dificuldade em se estabelecer o nexos com o trabalho. Muitos sequer chegam ao conhecimento dos órgãos responsáveis pelas notificações.

1 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

2 Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O enfrentamento de problemas voltados especialmente à prevenção do adoecimento e a promoção de saúde nos locais de trabalho depende de que os direitos dos trabalhadores sejam assegurados também no âmbito legal. Devemos lembrar que a legislação é sempre um campo de disputa inserido em determinados contextos sócio-históricos e, no caso dos direitos do trabalho, as leis conquistadas são um importante instrumento para coibir práticas, situações e condições de trabalho que atentem contra a saúde e vida dos trabalhadores, embora não dê conta de todos os problemas. Vale dizer que, na configuração atual do mundo do trabalho no Brasil e em diversos outros países, tal disputa está, inclusive, bastante desfavorável aos trabalhadores.

Diversos casos relacionados à saúde do trabalhador, incluindo a saúde mental, são judicializados e chegam às mãos de procuradores e juízes, que se defrontam com muitas ocorrências envolvendo as violações dos direitos fundamentais de trabalhadores (Lira, 2015). Tal fato torna relevante a compreensão de como os operadores do direito – advogados, juízes, procuradores – concebem a relação entre a saúde mental e o trabalho. É, portanto, relevante compreender a visão desses atores, bem como as práticas que eles têm desenvolvido a esse respeito.

Optou-se aqui por focalizar procuradores que atuam no Ministério Público do Trabalho (MPT). Eles são profissionais vinculados ao Ministério Público (MP), sendo esta a instituição que mais tem se destacado na defesa dos direitos coletivos no âmbito judicial e pela luta por uma construção da cidadania (Arantes, 1999). O órgão tem a função de fiscalizar o cumprimento das leis e, quando necessário, titular a ação penal pública, ou seja, deve atuar ao lado do juiz verificando se a lei tem sido aplicada. Nesse caso, não é parte do processo, mas atua como representante do Estado. Também é responsável por acionar o Judiciário quando for necessária a aplicação de pena a crimes codificados pelas leis e cabe-lhe a elaboração de acusações em processos criminais.

O MP atua em diversas frentes, tais como área civil, criminal, direitos humanos, educação, saúde pública, entre outros. Dentre estes, o trabalho recebe um destaque especial, sendo relevante evidenciar tanto a existência como a importância do MPT.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) é o ramo do MPU que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Também pode manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, quando entender existente interesse público que justifique. O MPT pode ser árbitro ou mediador em dissídios coletivos e pode fiscalizar o direito de greve nas atividades essenciais (Brasil, 2016).

O MPT objetiva a promoção dos direitos sociais dos trabalhadores, garantindo a igualdade de oportunidades, como também o combate à discriminação nas relações de trabalho. Sua missão está alicerçada nos ideais de democracia e de cidadania, sendo sua atuação dada por procedimentos administrativos, como os inquéritos civis e as audiências públicas, por exemplo (Brasil, 2016).

Ressalta-se que os procuradores têm parceiros que colaboram e são peças-chave na fundamentação técnica da sua atuação. Entre outros, são os auditores fiscais do trabalho, a Polícia Federal e a Vigilância em Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde. Eles contribuem com a fiscalização das condições de trabalho e também averigam se a proteção ao trabalhador está sendo garantida pelos empregadores (Brasil, 2016).

Ainda assim, a realidade vivenciada por muitos trabalhadores demonstra ser incompatível com os princípios básicos que envolvem a dignidade da pessoa humana. Vale lembrar que a própria Constituição estabelece prioridade do trabalhador sobre o sistema econômico, sendo mais relevante a pessoa do que sua função, cargo ou atividade. Ou seja, o trabalhar transcende o capital (Oliveira, 1998) e a proteção e cuidados para com a saúde do trabalhador são direitos inegociáveis:

Para compreender e avaliar a extensão do direito à saúde do trabalhador é importante registrar uma questão antecedente: a valorização do trabalho, como objeto da tutela jurídica. O florescimento do direito à saúde do trabalhador é consequência desse enfoque mais dignificante do trabalho. A lei reflete o senso moral médio da sociedade e evolui em harmonia com as mudanças dos valores sociais, numa incessante e renovada procura da Justiça. O aprimoramento ético influencia, de imediato, no comportamento social, na produção legislativa, na interpretação das leis, tudo para não divorciar o mundo do Direito da realidade fática que lhe dá sustentação (Oliveira, 1998, p. 114).

Sabe-se, todavia, que tais fundamentos constitucionais não são coerentes com as demandas do capitalismo, pois, de forma majoritária, o capital antecede o indivíduo. Por mais que a saúde do trabalhador, um meio ambiente de trabalho saudável e a busca pela diminuição de riscos laborais sejam premissas da dignificação do trabalho, infelizmente tais aspectos não se mostram presentes no contexto atual brasileiro. Isso pode ser exemplificado com a chamada “Reforma Trabalhista” (Brasil, 2017), que efetivou uma alteração na legislação bastante desfavorável aos trabalhadores.

Nesse sentido, Baruki (2015) demonstra que o sofrimento psíquico do trabalhador não é tratado com o devido cuidado e considerado “merecedor da tutela jurídica” (p. 111). Maranhão (2011) reforça esse ponto ao mencionar a presença de um viés patrimonialista apresentado nas universidades, quando a disciplina “Direito do Trabalho” é lecionada. O autor indica a existência de um reducionismo do direito trabalhista à busca pelo ressarcimento monetário dos prejuízos à saúde do trabalhador. Todavia, ele refuta a ideia de que esse campo se limita apenas aos pagamentos e reembolsos ao indivíduo adoecido pelo trabalho e insiste na aplicação concreta da Constituição para garantia da proteção à saúde física e mental, como um direito fundamental do trabalhador. Para tal, é necessário o retorno ao caráter de proteção e promoção da saúde do trabalhador ao invés de mercantilizá-la.

Por isso, é essencial um conhecimento aprofundado sobre a saúde do trabalhador por parte dos operadores do Direito, uma vez que apresentam maior familiaridade com as legislações e podem contribuir de forma significativa com os cuidados e proteção dos trabalhadores. O direito à saúde mental está inserido na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e propõe a garantia tanto às pessoas quanto à coletividade de um bem-estar físico, mental e social (Oliveira, 1998).

Mas como o trabalho pode se relacionar ao adoecimento mental?

Muitas doenças se desenvolvem ou são potencializadas por condições precárias de trabalho, como identificado na obra clássica de Le Guillant et al. (1984). Apesar da revolução tecnológica e das transformações nos modelos de gestão, os trabalhadores continuam sofrendo e as políticas empresariais afetam não apenas sua saúde física, mas também a saúde mental.

Conforme mostram autores, entre os quais, Alves (2011), Antunes, (2015) e Bernardo (2009), os modelos predominantes na atualidade, baseado no Toyotismo, têm como premissa a incorporação da subjetividade do trabalhador no processo de trabalho de forma a subordiná-la às necessidades dos empregadores. Esse movimento, que faz com que os trabalhadores sejam tragados pelo envolvimento com a “missão” da empresa, relaciona-se, entre outros aspectos, à necessidade de incorporação do saber do sujeito, buscando eliminar erros e favorecer o aumento da produtividade, ritmo e intensidade do trabalho. Essa lógica, para Alves (2011), tem como uma das principais características o intuito de dominar a subjetividade.

Para Linhart (2009), tais condições causam no trabalhador um estado de tensão permanente. Isso porque os discursos e as estratégias gerenciais se reconfiguram em forma de insegurança. Cria-se um ambiente de maior competitividade entre os colegas e consigo mesmo em busca de resultados cada vez mais favoráveis à organização, devido a ameaças constantes – seja de demissão ou a restrição na ascensão na carreira – àqueles que não atenderem o que é esperado. Inevitavelmente,

as vivências no trabalho afetam o cotidiano do indivíduo e geram prejuízos em suas relações até mesmo fora desse ambiente.

Seligmann-Silva (2011) oferece uma perspectiva interessante para entender como a saúde mental dos trabalhadores é afetada. A autora compreende a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) como um campo integrador e a sua leitura multidisciplinar permite a compreensão da relação entre trabalho e saúde mental a partir de um conceito denominado “desgaste mental”. Este pode ser entendido como o “. . . produto de uma correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador, acionando forças que incidem no processo biopsicossocial saúde-doença.” (p. 135).

Tal concepção toma como referência os postulados de Laurell e Noriega (1989), que apresentam uma leitura do processo saúde-doença estabelecida em diálogo com a perspectiva do materialismo histórico. Para eles, trata-se de um processo biopsíquico determinado por um contexto sócio-histórico que inclui o trabalho. Esses aspectos sócio-históricos são determinantes do estabelecimento de padrões de desgaste, que, segundo os autores, são “a perda de capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto de processos biopsíquicos” (p. 115). Com isto, os autores puderam confrontar a visão médica predominante ao lidar com a saúde do trabalhador, compreendendo que o desgaste seria ocasionado pelas cargas de trabalho e voltam o olhar para a organização do trabalho e seus reflexos na vida dos indivíduos.

A proposta de Seligmann-Silva (2011) preserva essas bases epistemológicas, porém, focaliza em maior profundidade a noção de desgaste mental, que seria o “consumo do substrato e das energias vitais do trabalhador pelos processos de trabalho” (Seligmann-Silva, Bernardo, Maeno & Kato, 2010, p. 189). O desgaste mental se desenvolve por meio das experiências vividas dentro e fora do contexto laboral, podendo desencadear sofrimento e até adoecimento psíquico ao trabalhador, além de afetar sua vida social. A autora afirma ser necessário considerar alguns patamares para se realizar uma análise mais ampla que contemple os processos de desgaste mental. Assim, é essencial considerar a influência da economia internacional e nacional, dos modelos específicos de organização do trabalho e dos aspectos históricos e pessoais do trabalhador. Ao compreender a saúde como um processo e não como um estado, considera-se a saúde física e mental como indissociáveis.

Essa proposta busca, então, compreender os múltiplos elementos que envolvem o processo saúde-doença mental, que devem ser compreendidos em sua complexidade, incluindo aspectos objetivos dos contextos macro e microsociais, bem como aqueles relacionados à subjetividade do trabalhador. Isso possibilita uma leitura menos estereotipada e culpabilizante, capaz de acolher os trabalhadores em suas reais demandas e intervir de forma realmente adequada.

Devido à importância dos meios jurídicos no que tange à saúde mental, compreende-se que há uma necessidade de contribuir com subsídios teóricos às práticas desses atores sociais. Esse é um assunto de extrema complexidade e que requer suporte de outras áreas, dentre elas, a Psicologia. Desse modo, é interessante compreender as concepções e as atuações de procuradores do trabalho que revelam envolvimento com essa temática. Com este artigo, espera-se contribuir para discussão das dificuldades e das possibilidades de enfrentamento para, então, colaborar com a efetivação dos direitos dos trabalhadores garantidos pela Constituição Federal de 1988 e que correm o risco de serem subtraídos.

Considerações sobre o método da pesquisa

A pesquisa apresentada aqui teve caráter qualitativo, que envolveu a realização de entrevistas abertas em profundidade com quatro procuradores do MPT de uma região específica do país. Segundo

Cruz Neto (2007), é necessário estar claro tanto para o pesquisador como para o participante da pesquisa que a busca por informação refira-se a um “jogo cooperativo” (p. 55). Trata-se de uma relação de troca que apresenta objetivos bem claros. Para Hammersley e Atkinson (2001), esse tipo de entrevista apresenta como característica uma natureza mais reflexiva e menos padronizada. Assim, a forma de entrevistar cada participante pode ser diferenciada e específica frente à elaboração da fala do sujeito. Ao pesquisador cabe manter um roteiro com temas que pretende abordar no decorrer do diálogo, buscando facilitar para que o entrevistado fique à vontade para falar.

Sendo assim, as entrevistas realizadas não tiveram questões previamente estabelecidas, sendo que os procuradores foram convidados a expor livremente suas ideias, concepções e práticas referentes à temática em foco e, na medida em que transcorria o diálogo, algumas questões foram sendo colocadas de modo a esclarecer aspectos de interesse para a pesquisa.

A seleção dos participantes se deu por meio de um contato anterior já estabelecido entre o primeiro procurador entrevistado e a orientadora responsável pela pesquisa, sendo que esse indicou os outros três entrevistados. Ressalta-se que a escolha desse primeiro participante ocorreu devido ao seu engajamento com a defesa dos direitos dos trabalhadores, bem como com os aspectos voltados à saúde do trabalhador. Trata-se, assim, daquilo que se pode chamar de amostra intencional (Duarte, 2006, para a qual se buscou sujeitos que apresentassem um olhar crítico e reflexivo a respeito das questões voltadas à saúde do trabalhador. A ideia que guiou essa escolha era a de compreender como procuradores que já estão engajados na defesa dos direitos dos trabalhadores à saúde lidam com questões específicas de saúde mental relacionada ao trabalho.

As entrevistas foram realizadas em locais e horários estabelecidos pelos entrevistados, sendo que todos preferiram realizá-las em suas salas no MPT. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas com o consentimento dos entrevistados, sendo submetidas posteriormente à análise na qual se buscou interpretar o discurso dos sujeitos entrevistados atribuindo sentido às informações por eles trazidas, considerando o contexto mais amplo em que estão inseridos. Esse tipo de análise é identificada por Minayo (2012) como hermenêutica dialética.

Cabe ressaltar que a proposta de estudar as concepções dos procuradores do trabalho a respeito da saúde mental relacionada ao trabalho exigiu da pesquisadora, que é psicóloga, uma adequada apropriação da linguagem do campo do Direito. Ainda que essa seja uma pesquisa do campo da Psicologia, foi necessário também haver certa compreensão de alguns conceitos do Direito a fim de que houvesse maior propriedade e consistência na realização das entrevistas e na própria análise. Identifica-se a possibilidade dessa pesquisa ser de interesse de trabalhadores do sistema judiciário que estejam envolvidos com as questões do trabalho partindo de uma perspectiva mais crítica e integradora.

Resultados

Por meio das entrevistas, foi possível analisar as concepções dos quatro procuradores do trabalho sobre a relação entre saúde mental e trabalho. Suas falas apresentam semelhanças e diferenças em relação ao embasamento teórico desta pesquisa. Fragmentos retirados das conversas enriquecem e promovem reflexões sobre a SMRT, uma vez que este é um campo multidisciplinar e demanda a articulação dos mais diversos saberes, entre eles a Psicologia e o Direito.

Optou-se por organizar a apresentação dos resultados da pesquisa a partir dos temas que surgiram nas falas e que apresentaram relação direta com os objetivos propostos pela pesquisa. O primeiro tema discutido refere-se às concepções dos procuradores sobre o trabalho e a saúde mental e, para tal, foi necessário discutir e analisar as formas atuais de organização do trabalho. Já o segundo tema focaliza a atuação prática que os entrevistados afirmam realizar.

A análise da relação entre trabalho e saúde mental na fala dos entrevistados

De modo geral, todos os procuradores identificam o ritmo de trabalho, a imposição de metas, a competitividade – ou seja, as características dos modelos de organização do trabalho predominantes na atualidade – como os grandes responsáveis pelos danos à saúde mental do trabalhador. Sem exceção, os entrevistados discutiram a influência dos modelos de gestão nas práticas organizacionais abusivas. Estas seriam uma expressão do trabalho precarizado instaurado em um ambiente permeado por condições transgressoras da dignidade humana. Isto condiz com os postulados de Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), que discorrem a respeito da incompatibilidade entre o ritmo do trabalho, a intensidade, as longas jornadas e horas extras e os “biorritmos dos indivíduos” (p. 232). Tais fatores geram ainda mais acidentes e adoecimentos no trabalho, como as lesões por esforço repetitivo (LER/DORT) e também as doenças mentais.

Os procuradores são unânimes ao afirmarem que as mudanças na organização do trabalho têm levado demasiada pressão sobre os indivíduos. Tal perspectiva é próxima à afirmação de Antunes (2015) de que, na atualidade, o mundo do trabalho vem sofrendo diversas transformações que afetam a vida material e subjetiva daqueles que vivem do trabalho. Atingi, então, não apenas o “trabalhador”, mas o indivíduo em sua complexidade, em seu modo de ser e de agir. Sennett (1999) acrescenta que os modelos atuais de organização do trabalho estão vinculados ao chamado “capitalismo flexível” (p. 9) e essa ideia de flexibilidade chega às organizações como uma condição e não uma possibilidade.

Para Bernardo (2009), a noção de flexibilidade, apontada por muitos empregadores como algo positivo ao trabalhador, pode ser identificada nos discursos da gestão, mas não nas práticas empresariais. Tais discursos servem, assim, apenas para legitimar práticas que visam ampliar a exploração sobre os trabalhadores. A percepção dos procuradores sobre o impacto destas transformações pode ser exemplificada pela seguinte fala:

O que o Ministério Público enxerga hoje é o seguinte: nós temos um mercado extremamente competitivo. Todo empresário tem que reduzir seu custo para ter um preço, para que possa competir e entrar no mercado. Para que isso aconteça, ele acaba fazendo muita pressão nos trabalhadores, exigindo metas, exigindo um trabalho mais perfeito, trabalho de qualidade a um custo baixo. Então, todo mundo sonha em ter um trabalhador que vai ter um trabalho regular, com incidência de erro pequena e pagar um baixo salário (Rogério³).

Foi possível identificar que algumas categorias de trabalhadores são identificadas pelos procuradores como mais vulneráveis. Em consonância com Laurell e Noriega (1989), eles associam que o processo saúde-doença do trabalhador está relacionado a alguns padrões precarizados de trabalho já identificados em determinadas categorias profissionais. Entre elas, foram destacados os bancários, os operadores de telemarketing, os caminhoneiros, os policiais militares, os cortadores de cana e os trabalhadores de frigoríficos. Para eles, as atividades que os profissionais dessas áreas executam são ainda mais precárias e nocivas à dignidade humana. Vale ressaltar que muitas foram, inclusive, objetos de pesquisa de outras investigações. Glina, Rocha, Barista e Mendonça (2001), por exemplo, elaboraram um estudo de caso com bancários, e Silva (2015) estudou as vivências de caminhoneiros, analisando o cotidiano e o sofrimento decorrente do contexto do trabalho. Souza (2012) também realizou um estudo visando compreender os desafios diários de transexuais operadoras de *call centers*. Esses autores mostram que, de fato, a preocupação dos procuradores com as condições de trabalho de tais categorias tem fundamento.

3 Os nomes utilizados para se referir aos entrevistados são fictícios para preservar suas identidades.

Um dos procuradores avalia que o tipo de pressão sofrida nessas atividades é diferente daquela sofrida por quem trabalha em esteira de produção, uma vez que a pressão seria mais “psicológica”. Diz ele: “*este é outro tipo de aceleração do processo produtivo, porque o banco exige metas, o call center exige metas O trabalhador se sente psicologicamente pressionado para produzir de outra forma.*” (Evandro).

Isto revela seu entendimento de que as condições de trabalho são potencializadoras dos processos de sofrimento e adoecimento psíquico. Tal perspectiva foi observada também na fala dos outros procuradores entrevistados, que entendem a precarização e os abusos do trabalho como aspectos associados a agravos psíquicos. Identifica-se um olhar mais crítico e sensível por parte dos entrevistados sobre as vivências dos trabalhadores:

Eu tenho exemplos na literatura de casos que nós atuamos que são escabrosos, de consequências para quem não conseguiu atingir uma meta. Como vestir saia, rodar a baiana, sair rebolando, ficar de quatro, o homem ser obrigado a passar batom Uma série de situações contra a vontade do trabalhador A empresa tem por obrigação tornar seu meio ambiente de trabalho sadio. Então, se ela tem conhecimento, em regra, que uma prática tentatória à saúde mental está acontecendo e ela é omissa em relação a isso, então, ela também está colaborando para que o meio ambiente de trabalho seja danoso (Fernando).

Esse tipo de análise parece distinguir os entrevistados desta pesquisa de muitos de seus pares dentro do judiciário, pois, como observado por Baruki (2015), grande parte dos atores do Direito revelam preconceitos em relação à saúde mental. A fala predominante no meio jurídico, segundo a autora, tende a atribuir culpa ao trabalhador, relacionando seu adoecimento a um fracasso que ele mesmo resistiria em admitir.

Para os entrevistados, as condições de trabalho atuais são o ponto central do alto índice de padecimento mental. Então, qual seria o entendimento deles no que diz respeito ao conceito de saúde mental? Novamente, Fernando argumenta com fluidez quando indagado:

Saúde em geral não é só ausência de doença, você já sabe, né? É estar numa situação de bem-estar. Existem trabalhos que, pela própria natureza, já levam a pessoa ao adoecimento com o tempo, porque é um trabalho em que o profissional às vezes é muito exigido. Existem muitas metas, as responsabilidades são muito grandes, a jornada de trabalho é muito elevada e isso leva a problemas não só de desgaste físico, mas de desgaste mental, puramente emocional e psíquico. Além disso, existem as lesões materiais no corpo da pessoa que também acabam refletindo na sua saúde mental.

Essa fala demonstra sua proximidade com a noção de que o desgaste mental ocorre processualmente e não se refere apenas a um estado no qual o trabalhador se encontra. Além disso, fica claro que o adoecimento pode ocorrer por múltiplos fatores, como também por uma comorbidade de aspectos físicos e mentais. Tal proposição articula-se à perspectiva teórica de Seligmann-Silva (2011), que considera o desgaste mental como um consumidor das energias vitais do indivíduo, que ocorre por meio dos processos de trabalho. Essas experiências são capazes de provocar um nível de adoecimento psíquico que afeta inclusive a vida social.

Apesar de concepções como essas revelarem um olhar crítico, sabe-se que a legislação brasileira, no que se refere à saúde, enfatiza prioritariamente os aspectos físicos, como afirma Oliveira (1998). Algumas falas dos procuradores corroboram essa afirmação. Para Daniel, por exemplo, a saúde mental é deixada em segundo plano devido à alta demanda de casos envolvendo acidentes e problemas físicos ocasionados pelo trabalho. Ele assume que acaba dando maior atenção aos danos físicos que aos psíquicos e ressalta a dificuldade em intervir nos casos de saúde mental,

principalmente em “provar” que o adoecimento mental está relacionado ao trabalho. E esse, de fato, é um grande desafio para eles, uma vez que o Direito se fundamenta numa perspectiva positivista que se baseia em provas objetivas, enquanto a relação entre saúde mental e trabalho é essencialmente subjetiva e complexa.

A prova é muito difícil. É difícil provar! Sem entender a prova para se colocar no inquirido para fazer uma ação civil pública, é muito difícil. Primeiro porque os trabalhadores têm medo, os trabalhadores da iniciativa privada, diante da primeira oportunidade que tem de fazer uma denúncia, vão embora. Não há garantia por lei, por mais que alguém venha reclamar no Ministério Público (Daniel).

As provas para o Direito têm um papel importante, Arenhart (2005) aponta que “pela prova se busca investigar a verdade dos fatos ocorridos, sobre os quais se aporá a regra jurídica abstrata, que deverá reger certa situação” (p. 1). Ou seja, de modo geral, a prova é um valioso instrumento para constatação ou não da verdade. O autor continua dizendo que “a descoberta da verdade sempre foi indispensável para o processo. Na realidade, este é tido como um dos objetivos, senão o principal, do processo” (p. 2). No entanto, todo fato é submetido à interpretação, o que provoca muitas discussões no campo do Direito e também apresenta um caráter menos objetivo do que o esperado, como argumenta Rabenhorst (2003). Diante disso, é possível refletir que, frequentemente, há arbitrariedade na interpretação de um fato, quanto mais em casos envolvendo a saúde mental, em que não há um “medidor” de sofrimento, tampouco exames que indicam com assertividade o tipo de dano.

Mais especificamente, no ramo do Direito do Trabalho, a comprovação do dano à saúde mental do trabalhador é ainda mais complexa, uma vez que, de um modo geral, as únicas provas disponíveis ao trabalhador são testemunhas, documentos, perícias, entre outros recursos. Tais provas apenas indicam a existência de uma condição para o agravo à saúde mental, mas não oferece subsídios para estabelecer um nexo direto, como ocorre com relação a outros agravos, como em casos de acidentes de trabalho ou alguns tipos de intoxicação, por exemplo. Além disso, nem sempre tais provas são de fácil acesso ou estão disponíveis ao trabalhador, o que reforça ainda mais o fato de que o estabelecimento de nexo entre o trabalho e o agravo à saúde mental tem necessariamente um caráter subjetivo (Sako, 2006).

Vale apontar que mesmo para as áreas da saúde, olhar para a SMRT não é algo simples. Para Lima (2005), ainda é um desafio conseguir realizar o estabelecimento do nexo causal entre transtornos psíquicos e o trabalho. Destaca-se entre as dificuldades a existência de diferentes teorias e concepções a respeito das doenças mentais. Nesse ponto, Jacques (2007) defende que a inserção do profissional de Psicologia no campo da saúde do trabalhador pode minimizar as complicações encontradas no estabelecimento da relação entre o adoecimento mental e o trabalho. Isso porque essa ciência tende a valorizar o indivíduo em suas variadas e complexas dimensões.

Os procuradores entrevistados reconhecem também que, mesmo nos casos de acidentes ou adoecimento físico, quando o trabalhador precisa de uma readaptação funcional, é comum a prática de realocação para uma função ou cargo de *status* inferior àquele que ele se encontrava anteriormente, podendo levá-lo ao sofrimento psíquico.

Esse é um fator que acaba estimulando o trabalhador a ter problemas de saúde mental, quando ele sofre um acidente e sofre de uma doença que o impede, ainda que temporariamente, de trabalhar, mas, que depois possibilita o retorno àquele trabalho. Como a capacidade parcial com restrições no trabalho, ele passa por um processo de reabilitação profissional que normalmente é feito pelo INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]. Quando ele volta para o trabalho, em muitos ambientes do trabalho, ele vai voltar segregado, volta como um trabalhador lesionado. Tem muitos nomes para o lesionado, como reabilitado, por exemplo. Fora algumas outras expressões que o hostiliza (Fernando).

Bernardo (2009) apresenta diversos casos e relatos de trabalhadores lesionados em decorrência de suas atividades laborais. Em suas descrições, é notável o descaso das empresas em relação não apenas à saúde, mas também aos próprios sujeitos. Sobre tal discussão, os próprios sindicatos retratam, em seus *websites*, histórias reais que demonstram o desdém ao trabalhador lesionado.

Os diálogos com os procuradores revelam grande compatibilidade com a perspectiva teórica aqui adotada. Eles reconhecem que o contexto de trabalho atual propaga valores e ideais individualistas e competitivos. Nesse sentido, se Seligmann-Silva (2011) aponta que, para uma análise mais completa da relação entre trabalho e saúde mental, devem-se considerar alguns patamares, que vão desde o contexto macrossocial ao individual, atuar na prática de forma tão abrangente não é uma missão fácil. Essa pode ser a razão para que as análises do contexto pelos entrevistados pareçam mais amplas e complexas, enquanto sua atuação acaba sendo mais restrita, como será discutido a seguir.

As limitações na atuação sobre agravos à saúde mental relacionados ao trabalho

Apesar da perspectiva crítica apresentada pelos entrevistados, foi possível notar algumas dificuldades em harmonizar suas ações à noção conceitual que defendem. Embora tenham apresentado críticas sobre a monetarização do Direito do Trabalho, em muitos relatos de casos das suas práticas, o respaldo à vítima parece ter ficado restrito, ou ter o enfoque principal no pagamento de indenização, sustentando o caráter patrimonialista do Direito.

Por outro lado, vale destacar importantes instrumentos jurídicos incorporados às suas atuações que possibilitam intervenções mais efetivas no sentido da prevenção de novos adoecimentos, como os termos de ajuste de conduta (TACs) e as ações civis públicas.

SMRT e assédio moral: sinônimos?

De modo geral, ao apresentarem casos que envolviam o sofrimento e até mesmo o adoecimento mental, com naturalidade e quase que invariavelmente, os procuradores faziam associações diretas a situações de assédio moral, parecendo desconsiderar outras formas de violência psicológica presentes nos modelos de organização do trabalho, conforme eles mesmos apresentaram ao falar “em teoria” sobre o tema. Tratavam os dois conceitos quase como sinônimos, tendo assédio como base para seus pareceres e ações. Mas há de fato algum problema em fazer tal correlação? Existem diferenças tão significativas que impossibilitam tratar esses dois conceitos como semelhantes?

De acordo com Silva (2008), os autores Freitas, Heloani e Barreto entendem o assédio moral como um fenômeno constituído em nossa sociedade há tempos. Todavia, houve uma intensificação dos efeitos dessa prática na vida dos trabalhadores, principalmente devido às novas formas de organização do trabalho, que deram maior margem ao aumento de atrocidades praticadas contra os trabalhadores.

Para Hirigoyen (2002), o assédio abrange “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica da pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho” (p. 65). No contexto nacional, Heloani (2004) aponta que assédio moral “caracteriza-se pela intencionalidade” (p. 5) e refere-se à exposição do trabalhador por meio de situações vexatórias, constrangendo e humilhando-o em sua atividade laboral repetidas vezes, podendo ser praticada por um ou mais chefes contra o trabalhador. Em resumo, pode-se dizer que os principais critérios para entender um ato como assédio moral são a recorrência de situações vexatórias e de humilhações voltadas a indivíduos específicos. Um aspecto a ser ressaltado é que tais atos são costumeiramente realizados por alguém de maior poder e tem por finalidade a exclusão das vítimas.

Com essa breve apresentação, é possível concluir que o assédio moral, ainda que intensificado no marco das novas formas de gestão e de seus vínculos com o padrão de acumulação flexível, tem características muito específicas, focalizando indivíduos ou grupos determinados, não sendo, portanto, sinônimo dos mecanismos de gestão predominantes na atualidade, que se dirigem ao coletivo de trabalhadores. Apesar de, muitas vezes, se valer de meios de humilhação e da ameaça de demissão, conforme identificou Bernardo (2009), os modelos “flexíveis” de organização do trabalho não têm o objetivo de exclusão, mas de fomentar o aumento da produtividade dos trabalhadores e do seu envolvimento com as finalidades da empresa⁴. Sem dúvidas, ambas as situações se configuram como violência psicológica e têm potencial ameaçador para a integridade mental dos trabalhadores, mas não se referem ao mesmo fenômeno.

Entretanto, os procuradores entrevistados parecem realizar procedimentos com relação a casos de agravos à saúde mental, dando maior enfoque às provas referentes ao assédio moral. Isso pode ser identificado por meio da fala do procurador Evandro, ao discorrer sobre seu entendimento e também suas ações frente aos abusos em relação à saúde mental do trabalhador.

... Sobre a saúde mental, vamos supor que a gente detecta dentro da empresa um assédio moral onde os chefes ofendem os trabalhadores e agridem verbalmente. Deixam eles num canto como castigo, deixa sem trabalho e o deixa encostado em uma salinha fechada sem trabalho o dia inteiro. Esse é um tipo de assédio com mais perseguição, é mais discriminatório (Evandro).

Essa fala evidencia a associação direta entre os conceitos, pois ao ser indagado sobre sua atuação com relação à saúde mental, o entrevistado trouxe um caso de assédio moral, sem fazer nenhuma distinção ou especificação. Já um segundo procurador expõe de forma ainda mais nítida a falta de diferenciação entre os conceitos, entendendo-os claramente como análogos: “*Eu acho que a saúde mental, por exemplo, é qualquer coisa que envolva assédio moral e sexual*” (Daniel).

Ao utilizar-se do conceito de assédio moral, as ações do MPT podem desviar a atenção da responsabilidade da própria empresa pelas violências cometidas no ambiente laboral, personalizando um assediador. A partir desse ponto de vista, algumas das formas para solucionar os casos de violência psicológica no trabalho poderiam ser a correção, punição ou demissão de uma pessoa: o assediador. Apesar de o conceito do assédio moral ser de extrema relevância e demandar a atenção dos mais diversos campos de atuação, entre eles o jurídico, é preocupante quando esse viés excede o seu papel. Ou seja, quando os problemas da organização do trabalho são alocados às questões singulares e pessoais. As características atuais da organização do trabalho, discutidas na introdução deste artigo e ressaltadas pelos próprios entrevistados, parecem não ser, de fato, enfrentadas a partir dessa perspectiva.

Apenas um dos procuradores apresentou uma fala diferenciada dos demais, fazendo distinção do assédio em diferentes tipos de casos.

O assédio moral tem sido objeto de muita denúncia em muitos processos, de muitas acusações. Nem todas são caracterizadas como assédio propriamente dito, às vezes, afeta a moral e a capacidade psíquica da pessoa, mas não necessariamente é assédio. O que eu vejo hoje é um aumento dessa situação. Eu acho que existe isso porque há uma política abusiva de muitas empresas (Fernando).

Indaga-se, então, a razão pela qual os procuradores recorrem ao conceito de assédio moral para efetuarem as ações, uma vez que reconhecem os efeitos deletérios dos modelos de organização

4 Aqui, deve-se fazer uma ressalva relativa às situações, não raras, nas quais, por adoecer, o trabalhador deixa de ser útil à empresa do ponto de vista da sua capacidade produtiva. Dessa forma, o assédio pode apresentar-se como um dos instrumentos de exclusão relacionado aos interesses da gestão.

do trabalho predominantes na atualidade. Uma hipótese para essa tendência de associar os casos de SMRT com o assédio moral pode estar relacionada ao fato deste último ter uma delimitação clara (frequência das ações, delimitação do assediador e do assediado etc.), possibilitando um parâmetro para o estabelecimento de “provas objetivas”, que atendem aos princípios positivistas do Direito. Já as situações de violência psicológica associadas à organização do trabalho e as suas consequências para a integridade mental dos trabalhadores são muito mais complexas e difíceis de delimitar. Além disso, de certa forma, são naturalizadas nos contextos de trabalho contemporâneos, conforme aponta Gaulejac (2007).

Sendo assim, embora o assédio moral seja credor das mais diversas áreas de conhecimento, entende-se como necessário uma atuação do judiciário que leve em consideração a complexidade do trabalho contemporâneo. A presença de atores sociais com um viés voltado ao combate das estruturas abusivas de trabalho que são propulsoras de desgaste mental é essencial para contribuir com uma vida mais digna aos trabalhadores. Pois, como aponta Alves (2011), a organização atual do trabalho é construída de um modo a “dominar” a subjetividade dos indivíduos. Em função disso não são poucos os agravos à saúde mental daqueles que estão sujeitos a esse tipo de organização e nem poucas as situações que os provocam.

Outro fator que pode influenciar o foco dos procuradores no conceito de “assédio moral” é sua proximidade semântica com a noção de “dano moral”, bastante utilizada no Direito. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, o dano moral pode ser conceituado como:

. . . lesão de caráter não material, ao denominado patrimônio moral do indivíduo, integrado por direitos da personalidade. Tanto em sede constitucional (CF, art. 5º, -caput- e incisos V, VI, IX, X, XI e XII) quanto em sede infraconstitucional (CC, arts. 11-21), os direitos da personalidade albergam basicamente os direitos à vida, integridade física, liberdade, igualdade, intimidade, vida privada, imagem, honra, segurança e propriedade, que, pelo grau de importância de que se revestem, são tidos como invioláveis (Brasil, 2009).

Desse modo, Oliveira (2007) destaca que,

. . . a dor da exclusão, a tristeza da inatividade precoce, a solidão do abandono na intimidade do lar, o vexame da mutilação exposta, a dificuldade para os cuidados pessoais básicos, o constrangimento da dependência permanente de outra pessoa, a sensação de inutilidade, o conflito permanente de um cérebro que ordena a um corpo que não consegue responder, a orfandade ou a viuvez inesperada, o vazio da inércia imposta, tudo isso e muito mais não tem reparação ou recomposição. A dor moral deixa na alma feridas abertas e latentes que só o tempo, com vagar, cuida de cicatrizar, mesmo assim, sem apagar o registro (pp. 121-122).

A partir dessa definição adotada no Direito, pode-se deduzir que toda forma de violência psicológica, seja ela assédio moral ou outra estratégia de gestão, se configura juridicamente como um dano moral. Mas o complemento “moral” no conceito de assédio moral pode torná-lo mais familiar aos procuradores, como se ele tivesse um caráter mais amplo do que tem de fato na conceituação teórica de autores como Hirigoyen.

As aplicações práticas e possibilidades dentro do MPT

Outro aspecto a ser destacado é o caráter patrimonialista – que envolve indenizações financeiras – do campo do Direito frente às questões da saúde do trabalhador. *A priori*, o aspecto patrimonialista teria como finalidade a proteção da integridade e da saúde física do trabalhador.

Entretanto, se faz cada vez mais presente a monetarização dos riscos da saúde do trabalhador, como afirma Baruki (2015). Busca-se mais um ressarcimento financeiro pelos agravos causados à saúde do trabalhador e menos sanar as condições causadoras de tais danos. Desse modo, “. . . os valores monetários foram alçados a um espaço de maior importância em detrimento da vida, da saúde e da segurança do trabalhador” (Baruki, 2015, p. 102). Fernando admite que essa visão seja predominante nas ações no direito do trabalho. Segundo ele, “às vezes, há uma preocupação tão grande em indenizar a vítima, que, na verdade, se preocupa menos com a prevenção”.

As políticas preventivas são mais escassas se comparadas ao ressarcimento monetário de um dano físico ou psíquico. Mesmo assim, Fernando justifica tais ações de cunho indenizatório como um procedimento de caráter educativo:

Às vezes, nós mesmos somos acusados disso, até porque a gente pede indenização por danos morais coletivos e, muitas vezes, eles são valores altos. Então, o Ministério Público está querendo “ferrar” a empresa? Na verdade, a indenização por danos morais tem os aspectos pedagógicos punitivos, o aspecto preventivo e compensatório para a vítima. A gente quer que todos esses aspectos sejam atendidos.

Até o advento da Constituição Federal de 1988, o direito à indenização por dano moral levou um longo período a ser reconhecido, havendo muita resistência a respeito de sua legitimação (Oliveira, 2007). Após isso, garantiu-se o direito à resposta aos danos materiais, morais e à imagem, proporcionais aos agravos sofridos, assegurado pelo art. 5º, V.

Nota-se que tratar da questão da indenização não é tão simples. Venosa (2008, apud D’Assunção, 2010), por exemplo, mostra um duplo sentido no pagamento de indenizações. O primeiro refere-se ao ressarcimento da vítima, e o segundo está relacionado à prevenção associando-se à possibilidade de cessar a permanência de práticas adoecedoras dentro do meio ambiente de trabalho. Além disso, Oliveira (2002) ressalta a dificuldade em se estabelecer a fixação do *quantum* indenizatório, uma vez que compreende que o dano moral é em si incomensurável. Para ele, é necessário levar em consideração a intensidade do sofrimento da vítima, como também os aspectos da personalidade envolvidos, o poder econômico do ofensor, bem como o aspecto macrossocial que abrange a economia do país. Isso sem desconsiderar a gravidade objetiva ocasionada pelo dano para, assim, poder pautar-se na razoabilidade e equitatividade na estipulação do valor da indenização.

Todavia, os relatos dos procuradores entrevistados e alguns pareceres mostrados por eles indicam que os valores estipulados pelos juízes para os danos sofridos no trabalho são, em geral, irrisórios e incapazes de reparar os inúmeros prejuízos dos trabalhadores, sejam eles físicos ou psicológicos, que o privaram de viver dignamente. E, sendo assim, tampouco servem como medida de caráter “educativo” para os empregadores⁵.

Reflete-se, aqui, que esse seria um aspecto importante nas ações do MPT. Entretanto, diante da complexidade presente em casos relacionados à saúde mental de um trabalhador, emergem outras demandas, entre elas, a necessidade de se promover práticas que combatam as formas de organização do trabalho causadoras de prejuízos à saúde. Outro aspecto relevante diz respeito ao caráter coletivo das vivências que levam aos agravos à saúde mental no ambiente de trabalho, de modo que o sujeito não seja apenas uma vítima singular, mas um dentre aqueles inseridos num meio onde existem condutas abusivas e potencializadoras do processo de adoecimento, estando todos também suscetíveis.

Nesse sentido, o MPT se destaca com o uso de um instrumento denominado Termo de Ajuste de Conduta (TAC), um tipo de ação que tem como foco a modificação de situações que

5 Também vale ressaltar que a já citada Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) estipulou um teto para pagamentos de indenizações por parte dos empregadores, com valor máximo de 50 vezes o salário do trabalhador, no caso de “ofensa de natureza gravíssima” (Brasil, 2017).

podem afetar a dignidade e saúde dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Por meio desse mecanismo, o empregador estabelece um acordo com o MPT e assina um termo de compromisso, o qual implica multas estabelecidas previamente caso o acordo seja descumprido. É importante esclarecer que o TAC só é realizado se a empresa aceitar fazer o acordo. Quando ela não aceita os termos estabelecidos, o MPT pode entrar com uma ação judicial e, então, volta-se ao caráter patrimonialista discutido acima. Apesar de suas limitações, o TAC parece ser o instrumento com maior potencial para realizar uma atuação preventiva de caráter coletivo. Todavia, as falas dos procuradores indicam que sua utilização ainda é relativamente limitada se comparada às ações de caráter indenizatório.

Observa-se que muito ainda precisa ser feito para que o MPT possa atuar de modo mais efetivo na prevenção e no combate de um modo de gestão abusivo, que tem levado milhares de trabalhadores no país a sofrerem os efeitos do desgaste mental.

Considerações finais

As entrevistas realizadas forneceram um material rico de análise, que possibilitou encontrar sensibilidade e crítica dos procuradores entrevistados sobre as situações de trabalho. De forma geral, todos os sujeitos se opõem à lógica abusiva de gestão e entendem essa estrutura como danosa à dignidade física e mental da “classe-que-vive-do-trabalho”, na expressão de Antunes (2009, p. 101). Mas, um aspecto a ser ressaltado aqui é que não se pode dizer que o olhar desses quatro participantes seja representativo do conjunto dos procuradores do MPT. Conforme esclarecido anteriormente, trata-se de uma “amostra intencional”, de pessoas que já são sensíveis à possibilidade de o trabalho trazer danos à saúde. O que se pretendeu aqui foi analisar as facilidades e dificuldades de procuradores que já estão atentos à saúde do trabalhador com relação especificamente à saúde mental, que é um tema de grande complexidade e dificilmente identificável por meio de provas materiais, dificultando, portanto, a objetividade buscada no Direito.

Conclui-se que os procuradores identificam os prejuízos à saúde mental em virtude das condições atuais de trabalho. Porém, apesar da familiaridade com as discussões teóricas do campo da Saúde do Trabalhador, quando tratam de situações concretas que envolvem o desgaste mental tendem a restringir-se ao assédio moral. Esse fato interfere diretamente na maneira de acolher o trabalhador e, principalmente, na possibilidade de ações preventivas que focalizem diretamente as políticas de gestão empresarial. A partir disso, defende-se aqui que estudos a respeito da SMRT podem elucidar novas possibilidades de enfrentamento inclusive ao campo do Direito do Trabalho.

As falas dos entrevistados também evidenciam inúmeras adversidades que enfrentam no cotidiano de suas atividades referentes às questões relacionadas à saúde mental. Ainda que não tenha sido o enfoque deste trabalho, os procuradores também apresentaram outras fragilidades que permeiam sua atividade na proteção dos trabalhadores, como a falta de trabalhos acadêmicos que forneçam maiores subsídios para a elaboração de seus pareceres e a ausência de peritos técnicos que contribuam com suas atuações. Desse modo, refletir sobre as possibilidades de ações mais complexas é um grande passo e requer a interlocução de diferentes abordagens teóricas e de distintos atores sociais envolvidos nessa problemática, a fim de se construir práticas cada vez mais eficazes e coerentes com a realidade dos trabalhadores.

Espera-se, com esta investigação, propiciar uma reflexão sobre o olhar de mais um campo de atuação, no caso, o Direito do Trabalho, considerando sua grande influência sobre a SMRT, a fim de oferecer maior abrangência dos estudos sobre a relação entre a saúde mental e o trabalho. Compreende-se que esse tema remete aos problemas de saúde pública e sabe-se que a postura de atores sociais, como os operadores do Direito, na atual conjuntura, pode colaborar para manter

os direitos já conquistados pelos trabalhadores ou favorecer ainda mais o retrocesso que as leis trabalhistas estão sofrendo. Nesse aspecto, acredita-se que um órgão importante como o MPT tem muito a contribuir com a luta em prol da garantia dos direitos à saúde dos trabalhadores, bem como pleitear novas políticas, especialmente se considerarmos as consequências das chamadas “reformas” que vêm sendo implementadas com relação às leis do campo do trabalho.

Referências

- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2015). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (16ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Arenhart, S. C. (2005). A verdade e a prova no processo civil. *Revista Ibero-Americana de Derecho Procesal*, 7, 13. Recuperado de <https://bit.ly/2FwCq9S>
- Arantes, R. B. (1999). Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (39), 84-102. Recuperado de <https://bit.ly/31St4Pj>
- Baruki, L. V. (2015). *Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador: por um regime jurídico preventivo*. São Paulo: Ltr.
- Bernardo, M. H. (2009). *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular. 192p.
- Brasil. Tribunal Superior do Trabalho. *Agravo de Instrumento em Recurso de Revista AIRR 2427403820065060017*. (2009, 5 de maio). Relator: Ives Gandra Martins Filho. Sétima Turma. Recuperado de <https://bit.ly/320pxOC>.
- Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social. (2012). *Cai número de acidentes de trabalho e aumenta afastamentos por transtornos mentais*. Recuperado de <https://bit.ly/2Ln07VR>
- Brasil. Ministério Público do Trabalho. (2016). *Homepage*. Recuperado de <https://bit.ly/2RBemHp>
- Brasil. (2017). Lei nº 13.467/2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Cruz Neto, O. C. (2007). O trabalho e campo como descoberta e criação. In S. F. Deslandes, R. Gomes, M. C. S. Minayo (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (pp. 51-66) (26ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- D’Assunção, D. R. (2010). *O caráter punitivo-pedagógico do dano moral na responsabilidade civil*. Monografia de Pós-graduação, Instituto A Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.
- Duarte, J. (2006). Entrevista em profundidade. In J. Duarte, A. Barros. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 62-83). São Paulo: Atlas.
- Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35 (122), 229-248. Recuperado de <https://bit.ly/2zn21ho>
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras.
- Glina, D. M. R., Rocha, L. E., Barista, M. L. & Mendonça, M. G. V. (2001). Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Cadernos de Saúde Pública*, 17 (3), 607-616. Recuperado de <https://bit.ly/2IQlo8B>
- Hammersley, M. & Atkinson, P. (2001). *Etnografia: métodos de investigação*. Barcelona: Paidós.
- Heloani, J. R. M. (2004). Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *RAE-eletrônica*, 3 (1), 1-8. Recuperado de <https://bit.ly/2Yjfy4U>
- Hirigoyen, M. F. (2002). *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 224p.
- Jacques, M. G. (2007). O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19, Edição Especial 1, 112-119. Recuperado de <https://bit.ly/2CTJbSB>
- Laurell, A. C. & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.

- Le Guillant, L., Roelens, R., Bégoïn, J., Béquart, P., Hamsen, M. & Lebreton, F. (1984). A neurose das telefonistas. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17 (47), 7-11.
- Lima, M. E. A. (2005). Transtornos mentais e trabalho: o problema do nexa causal. *Revista de Administração da FEAD-Minas*, 2 (1), 73-80. Recuperado de <https://bit.ly/2Ll2bh2>
- Linhart, D. (2009). Modernisation et précarisation de la vie au travail. *Papeles del CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva)*, (43), 1-19. Recuperado de <https://bit.ly/2X5pSRo>
- Lira, R. (2015). A violação dos Direitos Fundamentais nos contratos de trabalho. In H. Correa & E. M. Santos. *Estudos aprofundados MPT* (pp. 295-306). Salvador: JusPodivm.
- Maranhão, N. S. M. (2 outubro, 2011). Práticas empresarias prejudicam saúde do trabalhador. *Consultor Jurídico*. Recuperado de <https://bit.ly/2XbCBSy>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (3), 621-626.
- Oliveira, S. G. (1998). *Proteção jurídica à saúde do trabalhador* (2a ed.). São Paulo: Ltr.
- Oliveira, P. E. V. (2002). *O dano pessoal no direito do trabalho*. São Paulo: Ltr.
- Oliveira, S. G. (2007). Atualidades sobre a indenização por dano moral decorrente do acidente do trabalho. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, 73 (2), 121-157.
- Rabenhorst, E. R. (2003). A interpretação dos fatos no direito. *Prima Facie*, ano 2 (2), 8-18. Recuperado de <https://bit.ly/32HSSOq>
- Sako, E. S. A. (2006). *A prova no processo do trabalho: os meios de prova e o ônus da prova nas relações de emprego e trabalho*. São Paulo: Ltr.
- Seligmann-Silva, E., Bernardo, M. H., Maeno, M., & Kato, M. (2010). O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35 (122), 187-191. Recuperado de <https://bit.ly/2X7wzhh>
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, E. P. (2008). Assédio moral no trabalho. *Revista Psicologia Política*, 8 (15), 179-182. Recuperado de <https://bit.ly/2xp8xnv>
- Silva, R. A. (2015). *Vida de caminhoneiro: sofrimento e paixão*. Campinas: PUC. 149p.
- Souza, H. A. D. (2012). *Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais*. Campinas: PUC. 127p.

Endereço para correspondência:
natasha.contro@gmail.com, marciahespanhol@hotmail.com

Recebido em: 02/05/2018
Revisado em: 21/02/2019
Aprovado em: 08/03/2019

O sentido do trabalho no contexto da atividade do catador de material reciclável: um estudo de caso

Maria Elizabeth Antunes Lima¹ e Indira Barreto Trindade²
Centro Universitário Unihorizontes (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

O artigo apresenta a trajetória de uma trabalhadora que encontrou na catação de material reciclável sua própria sobrevivência e a de seus familiares. Por meio de um estudo de caso baseado no Método Biográfico, conforme foi proposto por Louis Le Guillant (2006), buscou-se apreender o sentido que essa catadora atribui ao seu trabalho. Foram realizadas entrevistas em profundidade, além de uma pesquisa documental, visando conhecer a história da associação à qual ela está vinculada. Os resultados oferecem uma maior visibilidade ao catador e ao trabalho que realiza, concluindo que, apesar de ser pouco valorizado socialmente, para além da garantia da sobrevivência, esse trabalho pode ser fonte de reconhecimento e de identidade, permitindo a emergência de novas perspectivas de vida e a projeção de um futuro melhor. Os resultados apontam ainda que a atividade de catação, embora realizada sob condições adversas, não se reduz à luta contra o sofrimento, podendo ser percebida também como fonte permanente de recriação e de novas formas de viver.

Palavras-chave: Catadores, Sentido do Trabalho, Materiais Recicláveis.

The meaning of labor within the context of the activity of a recyclable material collector: a case study

This article presents the trajectory of a worker who found hers and her relatives' survival in the collection of recyclable material. Through a case study based on the Biographical Method, within the perspective proposed by Louis Le Guillant (2006), it was sought to apprehend the sense that this waste picker attributes to her work. Several in-depth interviews were carried out, in addition to a documentary research, aiming to know the history of the association. The results of the study offer a greater visibility to the waste picker and to the work she does, concluding that, despite being little valued socially, beyond guaranteeing survival, this work can be a source of recognition and identity, allowing the emergence of new perspectives of life and the projection of a better future. The results also pointed out that, although carried out under adverse conditions, the activity of waste picking is not limited to the struggle against suffering, and can also be perceived as a permanent source of recreation and new ways of living.

Keywords: Waste Pickers, Recyclable Materials, Sense of Work.

Introdução

O trabalho tem sido tratado sob as mais diversas perspectivas teóricas que debatem entre si sobre sua importância e significado para o ser humano. Desde já, expressamos nossa adesão àquelas que consideram essa atividade como central e fundamento da própria condição humana. Desde seus primeiros escritos em torno do tema, sem jamais abandonar esta ideia, Marx já pontuava que o trabalho está no centro do processo de hominização, sendo a categoria que possibilitou o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social (Marx, 1971; Marx & Engels, 2007). Nessa perspectiva, somos responsáveis pelo nosso processo de autoconstrução, uma vez que, agindo sobre o meio, alteramos nossa própria natureza em uma dinâmica de transformação recíproca que converte o trabalho social em um elemento central para o nosso desenvolvimento (Marx, 1971; Marx & Engels, 2007).

1 Psicóloga, mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Paris IX (Paris-Dauphine) e pós-doutora em Clínica da Atividade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM (Paris-França). É professora titular aposentada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, é professora do quadro permanente do Mestrado do Centro Universitário Unihorizontes, em Belo Horizonte-MG.

2 Assistente social, pós-graduada em gestão estratégica de negócios e em gestão estratégica de pessoas. Mestre em Administração pelo Centro Universitário Unihorizontes. Atualmente é professora da graduação e pós graduação do Centro Universitário Unihorizontes em Belo Horizonte-MG.

Portanto, ao considerar que, por meio do trabalho, o ser humano transforma o mundo ao mesmo tempo em que cria a si próprio, o teórico alemão permitiu uma reavaliação do lugar ocupado por essa atividade na vida de cada um de nós, propondo uma nova forma de defini-la e conferindo-lhe essencialidade.

É nesta direção que Morin (2004) dirige suas reflexões, ao dizer que o trabalho integra a construção da identidade do sujeito e seu processo de socialização, determinando, em grande medida, o valor que atribui a si próprio, suas representações e o lugar que ocupa no mundo.

Por fim, entendemos que essa atividade possui um papel insubstituível no desenvolvimento da sociedade como um todo e do sujeito em particular, sobretudo, na contribuição que este pode oferecer para a formação do patrimônio histórico-cultural humano (Clot, 2006). Nesse sentido, oferece um senso de realidade, de utilidade e de pertencimento que é fundamental e não pode ser alcançado por meio de qualquer outra atividade (Clot, 2006; Overell, 2009).

No campo da psicologia, esta categoria tem sido tratada de diferentes formas, cada teórico designando-lhe um lugar na determinação dos processos de construção dos sujeitos, das formas de sociabilidade e das relações sociais. A clínica da atividade é uma dessas vertentes, sendo que um dos seus pressupostos básicos é o de que o trabalho possui uma função psicológica particular, sobretudo, ao proporcionar aos seres humanos um sentimento de utilidade que não se observa em outros contextos (Clot, 2006, 2010; Lima, 2006).

O caso que será exposto a seguir permite refletir sobre os aspectos acima. Trata-se da história de Dona G, cujo trabalho, apesar de ser desvalorizado socialmente e percebido de modo geral como algo incômodo, degradante e cansativo, tornou-se fundamental para ela ao permitir que construísse sua identidade, se reconhecesse como cidadã e descobrisse o verdadeiro sentido da sua existência.

Trata-se de uma senhora de 66 anos que, aos oito anos de idade, começou a catar papel nas ruas de Belo Horizonte como forma de sobrevivência. Ela se apresenta como semianalfabeta, ex-alcoólatra e ex-fumante, ressaltando que adquiriu esses hábitos no seu trabalho de catadora, abandonando-os graças às mudanças que ocorreram na sua vida, especialmente na forma de realizar essa atividade. Fala sobre seu passado de miséria e de extrema dificuldade, dizendo que retirava das “sobras” e dos “restos”, sua dignidade, mas reconhece que só passou a se sentir realmente digna e a se perceber como cidadã após passar a fazer parte de uma associação de catadores de materiais recicláveis.

É sabido que a ocupação de catador se encontra na chamada “economia marginal”, caracterizada pelas condições precárias de trabalho, com pouco ou nenhum reconhecimento da sociedade pelos possíveis benefícios que possa trazer para a limpeza pública e para o meio ambiente, de modo geral. Em decorrência disso, observa-se uma tendência dos catadores de materiais recicláveis de se organizarem em cooperativas e associações como alternativa de trabalho, renda, autonomia e reconhecimento social (Kemp & Crivellari, 2008; Oliveira et al., 2012).

O resgate da história de Dona G. permite vislumbrar a possibilidade de realização e renascimento que o trabalho em uma associação de catadores pode proporcionar, apesar de todas as dificuldades que ele impõe aos associados. Seu caso traz elementos importantes que permitem elucidar a seguinte questão: é possível que o trabalho com o “lixo” permita resgatar o sentido da vida, proporcionando o sentimento de pertença e satisfação a um indivíduo?

Se considerarmos o que foi exposto acima, podemos pensar que é pelo trabalho que o homem se sente parte da sociedade em que vive, se autoproduzindo, desenvolvendo suas habilidades e expandindo seus limites, sem jamais permanecer o mesmo, pois, ao intervir no seu meio, modifica continuamente a si próprio. Contudo, quando esse trabalho é visto como inferiorizado, precário, exaustivo, sendo objeto de preconceitos e mal remunerado, ainda assim pode ter um sentido positivo? Apesar de tudo, ele contribuiria para o desenvolvimento de indivíduo e para o alcance de um maior equilíbrio emocional? Em suma, é possível entender o trabalho com o “lixo” como expressão de

cidadania ou como forma de realização pessoal? Ao expor a história de Dona G., esperamos trazer algumas respostas a essas questões.

Percurso metodológico

Este estudo de caso faz parte de uma pesquisa mais ampla realizada junto à Asmare e serviu de base para a elaboração de uma dissertação de mestrado (Trindade, 2017). Os primeiros contatos junto à associação foram feitos por intermédio da Dona G., a quem as autoras conheceram na ocasião de uma palestra que realizou no centro universitário onde ambas atuam. O rico depoimento que ela trouxe naquele momento serviu de estímulo para a busca de um conhecimento mais profundo da sua história, em especial, do sentido que o trabalho na associação assumiu na sua vida.

O estudo de caso baseou-se em entrevistas semiestruturadas e em profundidade, realizadas mediante o consentimento da Dona G., que aceitou fornecer as informações e autorizou sua divulgação. Os encontros ocorreram na própria sede da Asmare, em um local que permitia total privacidade. Foram sugeridos, de início, alguns temas para nortear as entrevistas, no entanto, durante todo o processo, ofereceu-se à entrevistada a oportunidade de discorrer o mais livremente possível a respeito de cada assunto, além de trazer outros que julgasse relevantes. Mediante sua autorização, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, sendo transformadas em documentos escritos que facilitaram a organização das informações na forma de um estudo de caso. As falas foram analisadas, tanto a partir dos seus conteúdos manifestos quanto latentes, tendo sido considerados também os lapsos de linguagem, as manifestações não verbais e as ideias inacabadas.

No decorrer do processo, foi realizado também um levantamento de documentos sobre a associação e de pesquisas realizadas em torno da atividade do catador. Neste sentido, o estudo de caso foi realizado por meio de uma tentativa de articulação de dados subjetivos e objetivos, conforme a perspectiva do Método Biográfico, desenvolvida por Le Guillant (2006). Ou seja, ao mesmo tempo em que se resgatava a história da associação, realizava-se um levantamento minucioso da trajetória de Dona G., considerando todas as etapas da sua vida, desde seu nascimento até o momento atual. Os acontecimentos marcantes da sua história foram trazidos por ela e, posteriormente, realizou-se uma análise visando articular suas experiências de vida e as transformações subjetivas que vivenciou em relação ao sentido atribuído ao trabalho, à sua identidade e à compreensão do seu papel social.

Sobre o método, cabe esclarecer ainda que, apesar de algumas posições exclusivamente favoráveis ao que se convencionou chamar de “ciência do geral”, considerando como cientificamente inválidos os estudos voltados para a “compreensão dos processos singulares”, deve-se considerar a impossibilidade de compreensão do singular sem se remeter ao coletivo (Vieira et al, 2010). Em outros termos, propõe-se aqui que o conhecimento efetivo se expressa, sobretudo, “na concretude dos casos singulares” (Vieira et al, 2010, p. 163), sendo que a história aqui relatada reflete, em grande medida, a condição social na qual vivem os catadores e os processos de individuação que esta possibilita, expressando as concepções que prevalecem na sua categoria.

Breve história da Asmare

A Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) foi fundada em 1º de Maio de 1990, sendo a mais antiga de Minas Gerais e uma das primeiras do Brasil. Sua origem pode ser creditada, sobretudo, ao trabalho de mobilização e capacitação dos catadores realizado pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. Após a construção do primeiro galpão pela prefeitura, a organização dos catadores se consolidou, expandindo-se por vários lugares

do estado de Minas Gerais e do país. Desde 2001, o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR) possibilitou seu reconhecimento como uma nova categoria de trabalhadores pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) (Oliveira & Lima, 2018). Por intermédio de uma comissão de articulação criada naquele momento e com o apoio de outras instituições parceiras, os catadores “passaram a construir estratégias para obtenção de recursos para sua organização política e social, bem como para a estruturação dos empreendimentos e a construção de políticas públicas que assegurassem a participação desse segmento nos sistemas de coleta seletiva” (Oliveira, 2016)³.

A proposta de profissionalização dos catadores, em Belo Horizonte, surgiu após uma experiência vivida em São Paulo com a população em situação de rua, sendo esta experiência conduzida pela Pastoral de Rua. O projeto consistia, inicialmente, em incluir os catadores e suas famílias nas políticas públicas sociais, oferecendo a eles assistência social, trabalho e renda. Não havia, neste período, políticas bem estruturadas que garantissem e defendessem estes direitos, estando ausente uma preocupação do município em relação ao tratamento da questão dos resíduos sólidos. Ademais, os catadores ainda não se encontravam organizados de modo a poderem questionar as atitudes violentas do poder público e reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

Com o passar do tempo, outros movimentos sociais se juntaram à causa, o que permitiu um início de profissionalização e uma melhor organização dos catadores. No entanto, nesse estágio inicial, os embates entre os catadores, a Prefeitura e a polícia continuaram, uma vez que ainda prevalecia a visão higienista em torno das pessoas em situação de rua, segundo a qual estas deveriam ser colocadas em abrigos ou outros espaços a fim de manter “limpo” o centro da cidade (Oliveira, 2017). Uma das estratégias de luta consistia em organizar passeatas visando sensibilizar a sociedade em torno da causa dos catadores. Conseguiu-se com essa e outras ações fazer com que a Lei Orgânica Municipal fosse alterada, orientando “a implantação da coleta seletiva com destinação dos materiais recicláveis para as cooperativas de trabalho” (Oliveira & Lima, 2018). Foi também graças a esse trabalho intenso de mobilização que se tornou possível fundar a Asmare em 1º de maio de 1990. A assembleia de fundação ocorreu no dia 27 de abril do mesmo ano no salão do Círculo dos Trabalhadores Cristãos, localizado no centro da capital. Nesse dia, dezoito catadores deliberaram pela fundação, aprovaram o estatuto social que vinha sendo discutido havia algum tempo e elegeram a diretoria, composta por cinco associados: presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário (Asmare, 2013).

Pode-se dizer, portanto, que a Asmare é fruto de um intenso processo de mobilização por meio de atos populares, caminhadas, ocupações de espaços públicos para triagem de recicláveis e ações junto à Câmara de Vereadores (Freitas, 2005). Em 1993, um ano após a criação do primeiro galpão, com a mudança do governo municipal, uma nova equipe da prefeitura, favorável ao trabalho realizado pelos catadores, elaborou e materializou o convênio entre a Asmare, a Pastoral e a Prefeitura, assegurando repasse de recursos, transporte para a coleta e vale-transporte para os associados (Dias, 2002).

3 Desde então, alguns momentos importantes nesse processo foram: a) a criação, em 2003, do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC), renomeado, em 2010, como Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis, cuja finalidade era a articulação de “políticas públicas de apoio e fomento ao segmento dos catadores de materiais recicláveis”, além de ser o responsável pelo monitoramento do Programa Pró-Catador; b) financiamento de um projeto de capacitação dos catadores, em 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), possibilitando uma melhor articulação entre os catadores, “a estruturação das bases orgânicas do MNCR em todas as regiões do país” e resultando na produção de cartilhas que “abordavam a história e os princípios do MNCR, os direitos dos catadores, as questões econômicas e tecnológicas relativas ao trabalho”; c) fundação de uma entidade representativa própria, a Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT), que passou a gerir vários projetos antes realizados por instituições parceiras, tal como a Expo-Catador, “que se constituiu como um espaço de capacitação dos catadores, de comunicação e divulgação do MNCR e de articulação com parceiros”; d) realização anual, a partir de 2002, do Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte, pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais e a ASMARE; e) Decreto Presidencial nº 5.940, em 2006, determinando a implantação da coleta seletiva nos órgãos públicos da esfera federal e a destinação dos recicláveis às cooperativas e associações de catadores; f) em 2010, a política nacional de resíduos sólidos (PNRS), lei nº 12.305, foi sancionada “depois de um longo processo de discussões, que durou mais de 20 anos e foi marcada por conflitos entre diversos interesses do setor privado (geradores de resíduos, importadores), setor público e catadores” (Oliveira, 2016).

A Prefeitura, por sua vez, desenvolveu importantes campanhas educativas visando divulgar o trabalho da Asmare e convocar as pessoas a separar adequadamente os recicláveis para a coleta seletiva. Elas tinham também por finalidade conquistar a simpatia do público em relação ao trabalho desenvolvido pela associação. Nesse sentido, além da Pastoral de Rua, a prefeitura de Belo Horizonte passou a ser vista como uma parceira, gerando um modelo para outros municípios (Dias, 2002).

Em 2002, foi disponibilizado um segundo galpão equipado com escritório, espaços para triagem, enfardamento, lugar de estoque dos materiais, banheiro e cozinha. Posteriormente, foram adquiridos prensas, balanças, triturador de papel e vidro (Dias, 2002). A consolidação e o crescimento da associação acarretaram resultados positivos, sendo que o número de associados aumentou progressivamente, chegando a 210 em 1997. A produção, que era de 9 toneladas em 1993, passou para 242 toneladas no mesmo ano, ou seja, sete anos após sua criação (Jacobi & Teixeira, 1997). Atualmente, ela conta com 91 associados (Oliveira, 2017), um número bem menor do que em 1997, mas a média mensal da produção é de 310 toneladas, segundo informação da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável (ANCAT) ⁴.

Apesar destes sinais de sucesso, a trajetória da Asmare tem sido repleta de dificuldades, sendo a mais recente o encerramento do convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte, em 2014, afetando o repasse de recursos. A associação tem tentado reagir por meio de uma reorganização interna, tanto em termos econômicos quanto administrativos (Oliveira, 2017). A despeito disso, tem adquirido certa importância social, sendo vista como uma auxiliar no combate aos problemas de saúde pública e ambientais decorrentes da disposição inadequada do lixo na cidade (Santos & Silva, 2009). Contudo, uma boa parcela da sociedade ainda possui uma visão preconceituosa a respeito dessa atividade, percebendo-a como marginal e degradante. A catação de “lixo” continua a ser considerada como algo excludente, ainda que se constitua como uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores. Nesse sentido, pode-se dizer que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter a oportunidade de trabalhar, mas é excluído pela atividade que realiza, pois trata-se de um trabalho precário, executado sob condições inadequadas, sem garantias trabalhistas, com alto grau de insalubridade e sem reconhecimento social (Barros *et al.*, 2002).

Logo, tentar apreender o sentido do trabalho para o catador de material reciclável torna-se relevante, uma vez que se trata de uma atividade complexa, repleta de contradições e que faz parte de um “mundo em que a dimensão profissional ainda tem papel fundamental para a formação da identidade e para o bem-estar das pessoas” (Cavazotte, Lemos, & Viana, 2012, p. 165). Foi isso que nos motivou a reconstituir a trajetória de uma catadora que teve um papel fundamental na origem e consolidação da Asmare.

A história de Dona G⁵

Dona G. nasceu na cidade de Belo Horizonte, no aglomerado Pedreira Prado Lopes, em 1951. Ela relata que não é filha única, mas não sabe bem o número de filhos que seus pais tiveram, dizendo que todos os irmãos que nasceram antes dela morreram de desnutrição e nem chegou a conhecê-los.

Seus pais eram lavradores na cidade do Serro (MG), cidade onde nasceram, mas decidiram se mudar para Belo Horizonte na década de 1950 em busca de melhores oportunidades. Ela ficou órfã

4 Em 1997, existiam outros projetos, além da coleta e da triagem, o que ajuda a entender essa diferença no número de associados.

5 Conforme já foi dito, o estudo de caso foi realizado com o consentimento da Dona G., que autorizou também sua divulgação por meio deste artigo. Ela se mostrou sempre disponível a participar das entrevistas e a fornecer as informações, revelando certo orgulho pela oportunidade de relatar sua trajetória. Ademais, todos os aspectos tratados aqui são, frequentemente, expostos por ela durante as palestras que realiza, visando apresentar o trabalho da ASMARE e sua própria história, já que ambos são fortemente interligados.

de pai aos três meses de idade, mas não sabe bem a causa da sua morte. A mãe, sem ter parentes na capital, sem moradia, sem renda e com a filha para cuidar, passou a mendigar pelas ruas da cidade.

Passaram-se os anos, mas não a condição de miséria que as duas viviam. Para sobreviver e ajudar a mãe, apesar de estar com apenas oito anos, Dona G. começou a catar papel junto com outras cinco meninas que moravam no mesmo aglomerado. Esta decisão, segundo ela, foi pelo mal-estar que sentia quando via sua mãe sendo humilhada ao pedir esmolas. Além disso, percebeu nessa atividade a chance de obter uma renda, melhorando a vida de ambas.

Apesar da penúria, considera que sua infância foi boa. Frequentava muito o Parque Municipal de Belo Horizonte para brincar e relata que pegava carona nas traseiras dos ônibus para chegar até lá. A despeito do perigo, adorava a experiência. De manhã, catava papel e, à tarde, brincava, pois não frequentava a escola.

Ela preferiu não se estender nos pormenores dessa fase da sua história, dizendo apenas que, apesar de toda a dificuldade, da falta de recursos, da discriminação que sofria e dos perigos aos quais se expôs, considera que foi um período muito bom. Da mesma forma, não se deteve nos detalhes da sua adolescência, mencionando apenas que foi nessa época que conheceu o seu marido, Sr. J. Este era um trabalhador terceirizado de uma grande empresa e o seu trajeto para o trabalho passava pelo local onde Dona G. catava papel. Ela diz que ele se aproximou com muito cuidado, tentando conversar, mas ela não lhe deu “abertura”, pois o achava “muito chato e inconveniente”.

O Sr. J. era bem mais velho e lhe dava conselhos para que saísse das ruas, parasse de beber, fumar e pegar carona em traseiras de ônibus. Todos esses comentários a incomodavam, pois achava que ele era atrevido ao dar palpites sobre sua vida, mesmo sem conhecê-la. Até que um dia, após muita insistência, ela decidiu aceitar seu convite para irem ao cinema. No entanto, achou melhor não ir sozinha, levando quatro amigas que também catavam papel com ela, para defendê-la, caso fosse necessário. A partir desse encontro, continuaram a sair com frequência e, aos 16 anos, foi morar com ele. Mas essa decisão não mudou seus hábitos, continuando a trabalhar nas ruas, além de beber e fumar. Ou seja, manteve sua rotina de sair bem cedo de casa e voltar ao cair da tarde, fato que incomodava o companheiro.

O relacionamento permanece até hoje, sendo que o casal já completou 50 anos de união. Tiveram doze filhos e nove sobreviveram, sendo que Dona G. sente muito orgulho por tê-los criado e educado com o dinheiro proveniente da catação de papel. Ela comenta que, inicialmente, sua preocupação era a de que não passassem fome, não se importando muito com vestimenta, calçado ou mesmo com a escola. Assim, toda a sua dedicação e esforço inicial em relação ao trabalho era no sentido de garantir que as latas de mantimento estivessem cheias e a família não passasse fome como aconteceu na sua infância.

Ela avalia que durante certo tempo, sua concepção a respeito da maternidade era bem limitada e se restringia à questão da alimentação, sendo que, somente após o nascimento da filha caçula, considera ter descoberto o sentido e a responsabilidade de ser mãe, começando a enxergar o seu papel de forma diferente. Desde então, passou a observar mais os filhos e, além de colocar o alimento dentro de casa, descobriu o “*verdadeiro amor de mãe*” e a importância do bom exemplo dado por ela e pelo marido. Percebeu também que a educação e a frequência à escola eram importantes, pois era o que poderia dar a eles a possibilidade de conquistar melhores condições de vida.

Assim, segundo ela, foi a partir do nascimento da filha que passou a entender melhor o seu papel de mãe e a exercê-lo de uma forma que qualifica como “*verdadeira*”, preocupando-se com aspectos que, anteriormente, achava irrelevantes, mas que faziam toda a diferença na vida dos filhos. É nesse sentido que relata com grande orgulho que todos tiveram a oportunidade de estudar e se formar no ensino médio, estando trabalhando atualmente e com suas famílias constituídas.

A relação com a Asmare

Ao resgatar sua história, Dona G. percebe o forte entrelaçamento entre seu crescimento pessoal e a história da fundação da Asmare, pois foi a partir desse momento que, segundo ela, passou a se sentir reconhecida e verdadeiramente “cidadã”. Quando menciona os momentos importantes de sua vida adulta, sempre remete à criação da Asmare, lembrando-se do trabalho que passou a desenvolver na associação, ao qual atribui um profundo significado.

No período que antecedeu a associação, ela se recorda somente das dificuldades que um catador de papel enfrentava nas ruas de Belo Horizonte, envolvendo discriminação, espancamentos, xingamentos e hostilidade por parte da sociedade ou do poder público. Relatou, inclusive, um fato que a marcou muito, quando os fiscais da Prefeitura atearam fogo em um galpão onde os catadores guardavam os carrinhos e os papelões. Ela relatou com muita tristeza esse episódio, dizendo: “*a gente só queria trabalhar, ter o nosso sustento*”.

Foi após esse episódio e com o auxílio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte que os catadores começaram a se organizar, sendo que, de início, passaram a separar o lixo debaixo dos viadutos e na Praça Sete⁶.

Como já foi dito, foi somente em 1990 que alguns catadores, juntamente com a Pastoral de Rua, tiveram a ideia de criar a Asmare. Dona G. conta que eram muitos os envolvidos na atividade de catação à época, mas apenas aproximadamente vinte acreditaram na ideia da associação, sendo que ela se encontrava entre eles. Desde então, percebe mudanças importantes na sua visão de mundo, atribuindo todas elas à nova experiência. Isso ficou ainda mais evidente quando foi convidada para ocupar um cargo importante na associação, gerando uma grande mudança em sua vida, pois se sentiu mais forte e motivada em todos os aspectos, inclusive em interromper o uso da bebida alcoólica e do fumo. Ou seja, fazer uso dessas substâncias perdeu o sentido, já que passou a se considerar responsável pelas pessoas que aderiram ao projeto, sendo que algumas delas também eram dependentes químicas.

A partir desse momento, ela passou a atuar na gestão da associação, mas sem abandonar as atividades operacionais, que passaram a se limitar à triagem do material coletado por outros membros da associação. Aderiu também às atividades políticas, passando a defender a causa dos catadores, a participar das negociações com o poder público e a fazer uma ampla divulgação da experiência da Asmare por meio de palestras e entrevistas na mídia. Tudo isso deu uma grande visibilidade à associação e a ela própria, proporcionando a ambas um reconhecimento e respeito jamais imaginados, conforme suas próprias palavras.

Assim, após muitos anos nas ruas sendo marginalizada, excluída, sofrendo preconceito, passando por todo tipo de necessidade e sem saber explicar bem o que fazia ou qual era realmente seu papel na sociedade, a entrada para a associação provocou uma verdadeira transformação em sua vida. A partir daí, começou a ver mais sentido no trabalho que realizava e no fato de ser catadora de papel, sentindo-se socialmente aceita e se considerando como uma verdadeira “cidadã”, um termo que aparece frequentemente em seu discurso. Ele se considera uma pessoa feliz agora, especialmente por ter compreendido que, por meio da associação, presta um serviço a si mesma e aos associados, mas também está sendo útil à sociedade em geral.

Ao perceber, enfim, o real sentido do seu trabalho, melhorou sua autoestima, passando a se perceber como alguém de valor e que tem um papel relevante na sociedade. O fato de passar a exercer suas atividades de forma organizada e socialmente reconhecida permitiu que recuperasse e renovasse suas esperanças.

6 Marco zero do hipercentro de Belo Horizonte, a Praça Sete está no cruzamento das principais avenidas da cidade (Afonso Pena e Amazonas).

A vulnerabilidade social à qual esteve exposta durante anos já faz parte do passado e, atualmente, ela reside em uma casa própria, situada em um bairro de classe média baixa, em Belo Horizonte. Seu trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente, tendo sido premiada pela Ford Foundation e pela Fundação Getúlio Vargas. No ano de 1999, ganhou um prêmio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e foi eleita, em 2009, uma das cinco mulheres do ano por uma revista de grande circulação no Brasil. Teve sua história e seu trabalho reconhecidos internacionalmente ao ser convidada pela ONU para relatar a experiência do catador brasileiro, em 1999.

Como já foi mencionado, para Dona G., seu trabalho na associação não só lhe proporcionou um meio de sobrevivência, mas lhe conferiu o status de cidadã, permitindo que fossem reconhecidos seus direitos e lhe proporcionando respeito, reconhecimento e aceitação por parte da sociedade. Segundo ela, foi por seu intermédio que passou a se sentir verdadeiramente humana e digna. Apesar de saber que o trabalho com materiais recicláveis ainda é visto por muitos com preconceito, percebe a atividade que realiza como socialmente importante, além de ocupar um lugar essencial em sua vida, conferindo-lhe identidade, direitos e a possibilidade de ter uma vida decente.

Em alguns momentos, chegou a admitir que a Asmare a resgatou da morte, dizendo que se não fosse por ela talvez não tivesse sobrevivido e não seria a pessoa que é agora. Assim, embora saiba que boa parte da sociedade ainda considera seu trabalho como degradante, Dona G. o percebe não apenas como essencial para si mesma, mas como uma atividade fundamental para a preservação do meio ambiente.

Atualmente, apesar de continuar a ocupar uma posição importante na gestão da Asmare, ela se sente tão realizada com seu trabalho que ainda continua a fazer a triagem de material e, mesmo aposentada pelo INSS, permanece na associação por amor ao trabalho e aos colegas, conforme ressaltou no seu relato. Afirma ainda que, devido à natureza da atividade, é impossível manter o local limpo e organizado, mas, embora tudo pareça “*desorganizado e cheio de lixo*”, trata-se, na verdade, de “*renda e de trabalho*”.

Atualmente, sua rotina consiste em chegar à Asmare por volta das 09:00 horas da manhã, realizar as atividades administrativas, em seguida auxiliar na triagem de material, fazer as refeições na própria associação e retornar à sua casa por volta das 17:00 horas.

Ao relembrar sua trajetória, prefere não se aprofundar nos detalhes a respeito do período anterior à Asmare, dando a entender que “nasceu” no momento em que a associação foi criada. Um aspecto importante é que o trabalho só adquiriu sentido para ela naquele momento, ao perceber seu valor social. É por isso que costuma frisar que não trabalha com lixo e sim com material reciclável, o que, para ela, tem os sentidos de vida, cidadania, dignidade, respeito e autoestima. Fica evidente que o “lixo” não é percebido por ela como algo inútil, possuindo, ao contrário, o sentido de trabalho e renda.

Discussão do caso

Se partirmos da perspectiva vygotskyana, o sentido se refere a uma experiência singular, sendo uma formação dinâmica, variável e complexa que tem por gênese a experiência individual, isto é, as vivências concretas e específicas de cada um na sua particularidade (González Rey, 2004; Vygotsky, 1991). Ao nos referirmos a essa questão no contexto do trabalho, o ponto de partida é o fato de que o indivíduo não age apenas sobre o seu meio, transformando-o, mas também sobre si mesmo, uma vez que o ato de trabalhar não é mera reação, mas uma espécie de filtro subjetivo que proporciona um sentido para a vida (Clot, 2006).

Sobre isso, vimos no relato de Dona G. como ela avalia seu trabalho na associação, dizendo que este não só lhe proporcionou um meio de sobrevivência, mas permitiu-lhe resgatar sua humanidade e dignidade. Por meio da sua atividade na Asmare, desenvolveu seu “poder de agir”, isto é, ampliou seu

“raio de ação” e seu “poder de recriação”, o que lhe permitiu descobrir novos caminhos e, sobretudo, o sentimento de realização por um “trabalho bem feito”, “aquele em que é possível reconhecer-se individual e coletivamente, sintonizando com uma história profissional que se persegue e pela qual cada um se sente responsável” (Clot, 2010, p. 14). Vejamos como ela mesma expressou isso:

Sinto muito orgulho do meu trabalho, sabe?. . ., sinto que sou cidadã, . . . me deu um novo sentido para a vida. Asmare foi tudo para mim! Tudo, tudo... é cidadania, autoestima. Se não tivesse a Asmare, eu já tinha morrido, eu ia morrer mesmo de cirrose, né? Que eu bebia muito e por causa disso eu já fui muito discriminada. Você, sem trabalho, sem moradia, você não é cidadã. . . . Sim, meu trabalho tem muita importância, pra mim e pro meio ambiente. Cinquenta quilos de papel é menos uma árvore cortada, né?. . . Porque não trabalho com lixo, trabalho como material reciclável.

Portanto, para conhecer o sentido que os trabalhadores atribuem às atividades que realizam, é preciso considerar, em primeiro lugar, a relação que mantêm com as mesmas. Só assim torna-se possível entender como a Dona G. percebe seu trabalho de forma tão positiva, enquanto boa parte da sociedade o vê como degradante. Nos termos de Clot (2010, p. 10), o sentido da atividade realizada só se efetiva quando aqueles que a realizam percebem “a relação entre os objetivos que lhes são impostos, os resultados a obter obrigatoriamente e o que é verdadeiramente importante para eles”.

Assim, foi todo esse continente escondido no interior da sua atividade que, ao ser descoberto, adquiriu sentido para Dona G., levando-a a percebê-la como benéfica à sociedade e ao meio ambiente, o que é bem diferente de lidar com detritos inúteis:

. . . . muita gente discriminava a gente, nunca pegou na minha mão, acha que aqui não é trabalho. É sim. . . . E nós estamos aqui com 250 a 300 toneladas de material/mês e é muita coisa que nós tira do meio ambiente, né? E eles não vê isso. Olha... cê não vê mais a garrafa pet entupindo o bueiro porque a gente cata, né? A Lagoa da Pampulha quando chovia, eu me lembro, ficava boiando uns pets em cima dela. Hoje, não boia mais. Por quê? Nós cata. Nosso trabalho é muito importante, não é lixo, é material reaproveitável. . . . Quando vem alguém aqui, eu falo: ‘oh, tá preparado prá poder ver que isso aqui não é lixo?!’ Isso aqui é trabalho, é renda nossa, e sempre foi, né? Não é lixo.

Por meio do seu depoimento, é possível entender a relação entre a ação do sujeito no mundo e seu processo de autoconstrução, permitindo a (re)descoberta da sua própria essência e o desenvolvimento de suas potencialidades (Vieira, Barros, & Lima, 2007):

Tenho muita autoestima hoje. Antes, não tinha, eu não era cidadã. . . . (Hoje) sei quem sou, sou cidadã. Ocê sem trabalho não é cidadão. . . . Aprendi, descobri o outro também, né? Quem é o outro? . . . Porque muita gente discriminava. . . . Eu não sabia nem quem era eu. Eu só sabia correr de polícia e beber dois litros de pinga por dia.... Não sabia de nada... eu estava no mundo... eu estava vivendo no mundo, mas não sabia que mundo é esse... Depois da Asmare, hoje, eu sei que mundo é esse! Quem eu sou, quem é o outro. . . . Por causa do meu trabalho. . . .

Ao tentar compreender essa dimensão do trabalho, Clot (2006, p. 78) concluiu que, enquanto atividade simbólica e genérica, é também a “atividade mais humana que existe”, sendo fundamental na construção do valor que o indivíduo atribui a si mesmo e ao outro. Ou seja, ele possui uma dupla significação, sendo inseparável o trabalho sobre si e aquele realizado no mundo dos outros e das coisas.

Nessa perspectiva, trabalhar envolve a capacidade de “estabelecer engajamentos”, podendo perder o sentido quando não permite a realização das “metas vitais e dos valores que o sujeito extrai dos diferentes domínios da vida”, pois é também um meio de “invenção dessas vidas”

(Clot, 2006, p. 14). É apenas assim que ele cumpre sua função psicológica, ao permitir que se possa contribuir para a “conservação e renovação” do patrimônio construído pela humanidade. Trata-se, portanto, de uma função vital, envolvendo atividade de conservação e de transmissão, de invenção e de renovação, sendo que cada um se percebe “no interior da divisão de trabalho, simultaneamente, como sujeito e como objeto dessa conservação e invenção” (Clot, 2006 p. 51).

Considerações finais

De modo geral, as trajetórias ocupacionais dos catadores são marcadas pela precariedade, sendo que boa parte deles nasceu no campo e seu aprendizado para o trabalho consistiu nos afazeres da agricultura ou pecuária. Ao migrarem para as grandes cidades, acabam desempenhando ocupações que não exigem qualificação profissional, passando frequentemente a viver uma vida de miséria, abandono, realizando trabalhos marginais e sendo vistos com desdém pela sociedade. Nada disso parece impedi-los de buscar uma forma de inserção social por meio de um trabalho que acabou por se tornar relevante para a sociedade e para o meio ambiente (Bosi, 2008; Kirchner, Saidelles, & Stumm, 2008; Silva, 2011; Trindade, 2017).

Foi o que vimos no caso estudado, o qual evidenciou o processo de construção de sentido para uma catadora que realizava essa atividade desde sua infância. A importância do trabalho realizado pela Pastoral de Rua em conjunto com a Asmare no sentido de permitir que ela resgatasse sua autoestima foi essencial, mas tal resgate só ocorreu efetivamente graças ao seu engajamento no projeto.

Para entendermos o trabalho, seu sentido e seus impactos na subjetividade, é preciso colocar no centro da discussão o saber construído pelos trabalhadores, pois somente por meio dele teremos acesso à sua experiência. Foi por esse motivo que tentamos resgatar aqui a trajetória da Dona G. a partir do seu próprio ponto de vista, buscando entender também como ela participou na construção da história de sua vida e da sua categoria.

Mas o que ficou evidente, acima de tudo, é que a relação entre trabalho e subjetividade não é centrada exclusivamente na luta contra o sofrimento, pois o trabalho pode ser percebido também como fonte permanente de recriação e de novas formas de viver. Vimos que Dona G. conseguiu se transformar por meio da sua atividade, passando a não se ver mais como uma simples catadora e, sim, como agente ambiental. Com o passar dos anos, sobretudo a partir da criação da Asmare, seu trabalho tornou-se uma fonte inesgotável de renovação e enriquecimento da sua subjetividade.

Dessa forma, parece claro que, sob certas circunstâncias, até mesmo um trabalho pouco valorizado socialmente, para além da garantia da sobrevivência, oferece sentido à vida, confere identidade, resgata a cidadania, promove reconhecimento, respeito, oportuniza sonhos, favorece a emergência de novas perspectivas e a projeção de um futuro melhor. Enfim, ele torna possível a materialização de projetos inicialmente intangíveis, permitindo aos que o realizam o alcance de uma vida melhor.

Referências

- Asmare, Associação de Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável (2013). *Relatório de ações de inclusão produtiva centro de apoio ao trabalhador da ASMARE*, jan./set.
- Barros, V. A. et. al. (2002). Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In Í. B. Goulart (Org.), *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bosi, A. P. (2008). A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (67), 122-135.
- Cavazotte, F. S. C. N., Lemos, A. H. C., & Viana, M. D. A. (2019). Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais? *Cad. EBAPE.BR*, 10 (1), 162-180.

- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. (A. Sobral, Trad.). São Paulo: Vozes.
- Clot, Y. (2010). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da Clínica da Atividade. *Fractal*, 22 (1), 207-234.
- Dias, S. M. (2002). Lixo e Cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. In *Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* (p. 1-25). Recuperado de <http://bit.ly/2YCAqaK>
- Freitas, M. V. (2005). *Entre Ruas, Lembranças e Palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- González Rey, F. L. (2004). *O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Pioneira Thomson.
- Jacobi, P. R. & Teixeira, M. A. C. (1997). Criação do capital social: o caso ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 2, 1-51.
- Kemp, V. H. & Crivellari, H. M. T. (Orgs.). (2008). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Kirchner, R. M., Saidelles, A. P. F., & Stumm, E. M. F. (2009). Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 5 (3), 221-232.
- Le Guillant, L. (2006). *Estudos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Lima, M. E. A. (2006). Resenha do livro a função psicológica do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do trabalho*, 9 (2), 109-114.
- Marx, K. (1971). *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Morin, E. M. (2004). Conference. In *10th World Congress On Human Resources Management*, Rio de Janeiro.
- Oliveira, M. C., Araújo, G. C., Vaz, A. S. G., Lima, J. S., Barros, J. F., Souza, V. F. F., Monteiro, V. S. (2012). Valores de trabalho de catadores de materiais recicláveis: expectativas com o trabalho cooperado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 122, 201-220.
- Oliveira, F. G. (2016). *Do “trabalho sujo” à bela obra: o que é triar materiais recicláveis? Um estudo em Psicossociologia do Trabalho* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Oliveira, A. R. (2017). *ASMARE: revendo valores e forjando uma nova gestão em contexto de crise* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Oliveira, A. R. & Lima, M. E. A. (2018). A ASMARE: 30 anos “reciclando vidas”. In G. R., Correa. *Catadores de sonhos: design em projetos de extensão*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Overell, S. (2009). *The meaning of work: the Good Work Commission*. Provocation Paper 3. The Word Foundation. Recuperado de <http://bit.ly/333QZM1>
- Santos, G. O. & Silva, L. F. F. (2009). Há dignidade no trabalho com o lixo? Considerações sobre o olhar do trabalhador. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 9 (2), 689-716. Recuperado de <http://bit.ly/2KldLGS>
- Silva, K. A. T. (2011). “O lixo pode ser mais que lixo”: o sentido do trabalho para catadores de materiais recicláveis. In *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro.
- Trindade, I. B. (2017). *O sentido do trabalho: os trabalhadores da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte/MG – ASMARE* (Dissertação de mestrado). Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte.
- Vieira, C. E. C., Barros, V. A., & Lima, F. P. A. (2007). Uma abordagem da psicologia do trabalho, na presença do trabalho. *Psicologia em revista*, 13 (1), 155-168.
- Vieira, C. E. C., Lima, F. P. A., & Lima, M. E. A. (Orgs.). (2010). *O cotidiano dos vigilantes: trabalho, saúde e adoecimento*. Belo Horizonte: Editora Fumarc.
- Vygotsky, L. S. (1991). *Obras Escogidas II: problemas de psicologia general*. Madrid: Visor Distribuciones.

Endereço para correspondência

antuneslima15@gmail.com, indirabarreto@hotmail.com

Enviado em: 19/05/2018
Avaliado em: 06/11/2018
Aprovado em: 01/03/2019

A arqueologia da psicodinâmica do trabalho no Brasil

Kátia Barbosa Macêdo¹ e Roberto Heloani²

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Goiânia, Goiás, Brasil),
Universidade Estadual de Campinas (Campinas, São Paulo, Brasil)

O objetivo do texto é apresentar dados que constituíram a arqueologia da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil. Metodologia: foram realizadas 16 entrevistas individuais com Dejours e outros pesquisadores brasileiros que contribuíram para a introdução e disseminação dela no país e que adotam a abordagem em suas pesquisas. Para as entrevistas, considerou-se como critério o levantamento dos pesquisadores que estiveram no CNAM e os componentes do GT (Grupo de Trabalho em Psicodinâmica do Trabalho) da ANPEPP (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa no Brasil). Os resultados são apresentados considerando quatro aspectos: as raízes da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil; a expansão da Psicodinâmica no Brasil; divergências e convergências entre contexto francês e brasileiro; e críticas e limitações em relação à Psicodinâmica do Trabalho. Seguem as considerações finais.

Palavras-chave: Psicodinâmica, Arqueologia, Trabalho.

The archeology of work psychodynamics in Brazil

The purpose of the text is to present data that constituted the archeology of work psychodynamics in Brazil. Methodology: individual interviews were conducted with Dejours and 16 Brazilian researchers who contributed to the introduction and dissemination of it in the country and researchers that currently use this regard in their researches. For the interviews, the survey had considered as a criteria the researchers that had been in the CNAM and the components of the GT (working group) on Psychodynamics of the work of Anpepp (National Association of Postgraduate and Research in Brazil). Results are presented considering four aspects: the roots of the Psychodynamics in Brazil; the expansion of the Psychodynamic in Brazil; divergences and convergences between the French and Brazilian context; and critics and limits concerning the Psychodynamics. Afterwards conclusions are presented.

Keywords: Psychodynamic, Archaeology, Work.

A introdução da psicodinâmica do trabalho no Brasil

Em decorrência do trabalho do Alain Wisner de divulgação de seus estudos no Brasil, desde a década de 1970 já havia brasileiros visitando e colaborando com pesquisas no laboratório do CNAM, coordenado à época por Alain Wisner. Assim, participavam das atividades do laboratório tanto pesquisadores orientados por ele quanto por colegas. Alguns foram contemporâneos de Dejours, participando de projetos, pesquisas, discussões e formação em ergonomia, como Laerte Idal.

O estudo das relações entre homem e trabalho e suas consequências para a saúde mental destaca o papel de uma corrente francesa de pensamento denominada Psicopatologia do Trabalho, que se construiu com base nas concepções e pesquisas desenvolvidas por Christophe Dejours (1992, 2004). Inicialmente, a abordagem tinha como objetivo o estudo das relações entre saúde mental e trabalho. A psicodinâmica do trabalho é multidisciplinar. Desde sua constituição, ela se pauta em diálogos com a ergonomia, psicanálise, sociologia do trabalho, psicopatologia, psicologia, medicina do trabalho, dentre outras. Segundo Dejours (2004, p. 21):

-
- 1 Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (UCG), especialização em Psicanálise pela UCG, mestre em Psicologia Aplicada a las organizaciones pela EAE de Barcelona, mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, com pós-doutorado em Educação pela Unicamp/CNAM, professora titular da PUC-Goiás, Psicanalista formada pela International Psychoanalytic Association (IPA).
 - 2 Graduado em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas, mestre e doutor em Psicologia pela PUC-São Paulo, professor livre docente da Unicamp e FGV São Paulo.

Essa disciplina – inicialmente denominada psicopatologia do trabalho – tem por objeto e estudo clínico e teórico da patologia mental decorrente do trabalho. Fundada ao final da II Guerra por um grupo de médicos – pesquisadores liderados por L. Le Guillant, ela ganhou há uns 15 anos um novo impulso que a levou recentemente a adotar a denominação de “análise psicodinâmica nas situações de trabalho”, ou simplesmente “psicodinâmica do trabalho”. Nesta evolução da disciplina, a questão do sofrimento passou a ocupar uma posição central.

Segundo o autor, essa abordagem tem por objeto de pesquisa a vida psíquica no trabalho e, como foco, o sofrimento psíquico e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores para a superação e a transformação do trabalho em fonte de prazer.

Conhecer como ela chegou ao Brasil e como ocorreu sua expansão foi o ponto de partida para a pesquisa, que objetivou analisar como se constituiu a arqueologia da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil e sua expansão. Aqui, o termo arqueologia possui dois significados, sendo o primeiro advindo de sua etimologia. A palavra “arqueologia” surgiu da junção de dois termos gregos: *archaios*, que significa “passado” ou “antigo” e *logos*, que quer dizer “ciência” ou “estudo”; assim sendo, arqueologia significa “ciência que estuda o passado” ou “ciência que estuda o antigo” (Michaelis, 2018, s.p.). Nesse sentido, foi necessário levantar dados documentais e realizar entrevistas com o objetivo de reconstituir essa história. O segundo significado se refere ao sentido de Foucault (1969), que utiliza o termo propondo um método que parte da história das ideias, penetra nas disciplinas existentes, as discute e as reinterpreta e, desse modo, busca definir os próprios discursos constituintes da disciplina estudada.

Método

Utilizou-se como técnicas para a coleta de dados a análise documental e a entrevista individual. Foram realizadas 16 entrevistas individuais, sendo uma com Dejours e outras 15 com pesquisadores brasileiros que contribuíram para sua introdução e disseminação no país, os quais adotam a abordagem em suas pesquisas e aceitaram participar da pesquisa. Para as entrevistas, considerou-se como critério o levantamento dos pesquisadores que estiveram no CNAM e foram indicados por Dejours em uma entrevista, sendo: Maria Irene Betiol; Laerte Idal Sznelwar; Heliete Karam; Álvaro Crespo Merlo; Selma Lancman; Kátia Tarouquella Brasil; Elisabeth Zulmira Rossi; Seiji Uchida; João de Deus Gomes da Silva; Paulo César Zambroni; Eduardo Rodrigues Peyon; e Juliana Barros Oliveira. Além desses participantes, também foram entrevistados alguns dos componentes do GT em Psicodinâmica do Trabalho da ANPEPP. Foram eles: Janine Kieling; Carla Vaz; Rosângela Dutra e Leda Gonçalves. Os dados foram analisados por meio da análise discursiva.

Resultados

Os resultados são apresentados utilizando fragmentos do discurso e trechos das entrevistas e foram organizados a partir de três categorias de análise:

- As raízes da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil;
- Divergências e convergências entre contexto francês e brasileiro;
- Críticas e limitações em relação à Psicodinâmica do Trabalho.

Deve-se ressaltar que a inserção de trechos das entrevistas nos resultados é intencional, e visa apresentar depoimentos de pessoas que compuseram essa história. A escolha de trechos não é tarefa fácil

e, ao final, os autores acabam por fazer recortes e privilegiar certos aspectos em detrimento de outros não menos importantes. Isso se deu em virtude da limitação de formatação para o formato de artigo.

As raízes da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil

Talvez um dos fatores que mais contribuíram para o interesse e aceitação da abordagem tenha sido a sua visão ampliada, complexa e crítica das relações de trabalho e seu caráter emancipatório. Dentre os participantes entrevistados, alguns pesquisadores salientaram seu caráter multidisciplinar, outros a amplitude do conceito do trabalho e do trabalhar, bem como sua importância na constituição da identidade do trabalhador e o impacto em sua saúde. Para outros, o próprio método proposto, que privilegia o diálogo, e o caráter emancipatório das intervenções, que se constituem em fatores diferenciais para se compreender as relações entre trabalhador e organização do trabalho. Apresento alguns trechos de entrevistas visando elucidar tais percepções:

Maria Irene Betiol: O trabalho vivo é, conforme título de uma de suas publicações, a grande contribuição da psicodinâmica do trabalho. A subjetivação do mundo e a inteligência do corpo se destacam dentro da característica do trabalho vivo e são grandes contribuições da teoria e da pesquisa do Prof. Dejours. Lembrando que a Psicodinâmica do Trabalho não se ocupa da patologia do trabalho ou da doença no trabalho; seu foco é a saúde e a normalidade, não obstante a carga que o trabalho possa vir a ter sobre o trabalhador.

Álvaro Merlo: A PDT traz importante contribuição para a discussão sobre saúde mental e trabalho devido à ênfase não apenas no sofrimento, mas também na relação de prazer possível de ser estabelecida com o trabalho. Além disso, o fato de visar sempre à coletividade e à organização do trabalho mostra-se fundamental, em contraposto às tentativas de individualização e culpabilização do trabalhador pelo adoecimento no trabalho. Explica que o trabalho tem uma outra função além do trabalho. O trabalho constitui a identidade, ele transforma as pessoas. É original, nenhuma outra faz isso.

Heliete Karan: A centralidade estruturante do trabalho e do trabalhar, articulando as dimensões sociopolítica e intrapsíquica, como sempre valorizei. O fato de ser transdisciplinar faz com que a Psicodinâmica do trabalho aporte uma possibilidade radical para o campo da saúde mental, beneficiando, ao mesmo tempo, o sujeito e a sociedade; mas suas contribuições implicam tal complexidade que ela transcende o campo da saúde e leva-nos a pensar a própria condição humana. Em linhas gerais, sua principal contribuição é articular o trabalho como produção (*poiesis*) e o trabalho psíquico em todas as suas variantes, na perspectiva freudiana retomada na práxis por Christophe Dejours.

Como pode se perceber pelos depoimentos, a proposta da abordagem psicodinâmica surgiu como uma possibilidade de preencher uma lacuna ao propor um espaço de discussão sobre as questões ligadas ao trabalho, saúde do trabalhador e sua mobilização subjetiva. Esses fatores contribuíram para que ela fosse gradativamente adotada em estudos e pesquisas tanto nas universidades quanto em instituições que se beneficiaram de projetos de intervenção.

Além dessas características da Psicodinâmica, cabe ressaltar o momento histórico que se vivia no Brasil no que se refere às discussões entre as relações de trabalho e seu impacto na saúde

do trabalhador. Por esse motivo, no início, além das relações com as universidades, teve caráter fundamental o suporte dos sindicatos.

Quando questionado acerca dos primórdios da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil, Dejours, em uma entrevista (Macêdo & Heloani, 2017), relembra a primeira visita ao Brasil e os primeiros contatos com pesquisadores brasileiros, os quais tiveram uma importância fundamental para a introdução da Psicodinâmica no país. Ele afirma³:

Em julho de 1984, houve um seminário franco-brasileiro em São Paulo com pesquisadores franceses que teve na organização Helena Hirata e Annie Thébaud. Foi um evento importante que recebeu 20 pesquisadores franceses para discutir diversos temas: ergonomia, economia, sociologia, psicologia, psicopatologia do trabalho, epidemiologia, toxicologia. Foi a primeira vez que fui ao Brasil. . . . lá conheci vários brasileiros que estiveram ou frequentavam o laboratório de Alain Wisner: Laerte Idal Sznelwar, Neire dos Santos. Pessoas que fizeram a intermediação e que foram muito importantes foram Helena Hirata e Leda Leal Ferreira. Em seguida a esse seminário, os brasileiros decidiram fazer a tradução do livro *Travail, usure mental*, que foi traduzido como *A loucura do trabalho*. Em função disso voltei ao Brasil três anos depois, 1997, para o lançamento do livro. Uma pessoa que teve um papel importante no lançamento do livro foi o João Guilherme Vargas Neto, líder sindicalista. A Editora Oboré, juntamente com os sindicalistas, organizaram algumas viagens pelo Brasil para fazer conferências para a divulgação. Houve muita movimentação em relação ao livro que representava uma marcha para discutir assuntos de interesse do sindicato e abordava a política. Naquela época o original era a abordagem da Psicopatologia do Trabalho. Demonstrava e discutia a importância do trabalho para a vida, a vida ordinária, a vida na cidade, a sociedade e a saúde mental. É certo que os ergonomistas brasileiros acolheram e deram as boas-vindas para a Psicodinâmica do Trabalho. Ela foi beneficiada por toda a ligação construída anteriormente por Alain Wisner. Essa é a pré-história. A Fundacentro também teve um papel importante.

Dentre as pessoas citadas, é importante agregar a esse texto um trecho da entrevista de Maria Irene Betiol, uma das pesquisadoras que teve papel fundamental na introdução da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil. Em seu depoimento, que corrobora com os dados citados por Dejours, ela relata alguns fatos marcantes:

Meu contato com a Psicodinâmica do trabalho foi através do primeiro livro traduzido em português: *A loucura do trabalho*. Este livro foi adotado como livro texto no curso de Psicologia Aplicada na FGV em São Paulo. Posso dizer que acompanhei a evolução da Psicodinâmica através das diversas publicações que foram surgindo ao longo da evolução da disciplina, e nada melhor do que ter que ensinar para melhor compreender um determinado tema, não importa qual seja ele. Isso também aconteceu comigo em relação à Psicodinâmica do Trabalho. A disciplina por mim administrada, Psicologia do Trabalho, encontrou nesta abordagem elementos muito especiais para discussão sobre o adoecimento no trabalho. Discutir o tema, conforme propõe o Prof. Dejours, não foi sem muita resistência por parte dos alunos de administração de empresas. Por um lado, a crença na expertise dos administradores para resolver as questões da “organização do trabalho” e, por outro, o suporte na Psicanálise para entender o sofrimento das pessoas que trabalham geravam desconforto nos alunos. Tem-se que levar em conta que o primeiro livro do Prof. Dejours traduzido no Brasil era de 1987 e o foco era o trabalhador de chão de fábrica, exceto o capítulo sobre os pilotos de caça. A teoria que estava em construção à época não

3 A entrevista, publicada na íntegra, está disponível em <https://bit.ly/2XiZyDD> e serão realizados recortes de alguns fragmentos visando elucidar pontos importantes da constituição da arqueologia e atender à finalidade deste artigo.

dava muitas perspectivas sobre a questão do prazer e saúde através do trabalho. Estes elementos necessitavam mais elaborações por parte do autor.

Nos anos 1990 criei na EAESP/FGV um Centro de Estudos e Pesquisa do Trabalho (CEPT) com alguns professores de Psicologia. O grupo discutia temas relacionados ao trabalho, além de receber vários pesquisadores externos à FGV. Na ocasião fui a Paris e pedi uma entrevista com o Prof. Dejours. Fui recebida com muita simpatia pelo Dejours que me disponibilizou vários artigos e textos que já tinham evoluído em relação à publicação do livro de 1987. Alguns desses textos foram discutidos dentro do CEPT e traduzidos por alguns professores do Centro. Obtive a autorização da publicação dos textos escolhidos pelos professores do CEPT e, em 1994, no primeiro dia das Conferências em São Paulo, o livro *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*, editado pela Atlas, foi lançado. O livro foi muito bem aceito pelos pesquisadores brasileiros e já atendia àquela inquietação minha e dos alunos de administração a respeito da lacuna sobre ser o trabalho um elemento criativo e não só adoeecedor. Pela primeira vez um texto em português tratou a questão da Metodologia em Psicodinâmica do Trabalho. Alguns artigos deste livro sensibilizaram engenheiros ergonomistas mais até do que administradores. Este aspecto é interessante, pois permitiu uma pesquisa conjunta de duas professoras da EAESP, Profa. Maria José Tonelli e eu com professores engenheiros ergonomistas da UFSCar.

É importante ressaltar a significativa contribuição do professor Seiji Uchida que, como representante da segunda geração de professores da FGV-SP que trabalham com Psicologia, ajudou a consolidar a abordagem dejouriana nesta escola de administração, o que seguramente contribuiu para sua disseminação entre administradores nela formados. Ele também estabeleceu uma forte parceria com dois professores da USP: Selma Lancman, da Faculdade de Medicina, Departamento de Terapia Ocupacional, e Laerte Idal, do Departamento de Engenharia da Produção da Escola Politécnica. Esta parceria entre os pesquisadores e as instituições possibilitou a ancoragem da PDT no Brasil, principalmente na área da produção.

Dejours continua seu relato sobre a contribuição dos brasileiros para a divulgação da PDT no Brasil, comentando que:

Eu penso que, antes de falar da segunda etapa, houve a Maria Irene Betiol, professora da Fundação Getúlio Vargas, que teve um papel importante na tradução do livro. Havia vários encontros com pessoas lá, dentre elas Edith Seligmann-Silva, outra pessoa importante naquela época, Arakcy [Martins Rodrigues], socióloga⁴, e que era orientadora de tese do Seiji Uchida. Ela foi muito importante.

A professora Maria Irene Betiol também abordou essa etapa, comentando que:

Importa, agora, dizer que meu interesse sobre o tema se expandiu e, juntamente com a profa. Maria José Tonelli, traduzi outro livro do prof. Dejours, intitulado *O fator humano*, lançado em 1997 e editado pela Fundação Getúlio Vargas. Em 1999 foi lançado o livro *Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* (edição GV/Fundap). Esse livro apresenta as quatro conferências ocorridas em São Paulo em 1994, além de um capítulo específico sobre a questão da demanda em Psicodinâmica do Trabalho. Em 2004, foi lançado o livro *A Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*, cuja tradução coordenei e foi editado pela Blücher, edição FGV/EAESP/Ufscar. Nesse livro, um artigo de Dejours discorre sobre Epistemologia e Ergonomia.

4 É importante comentar que a professora Arakcy tinha formação em filosofia, e posteriormente em psicologia na abordagem psicanalítica, e não em sociologia como Dejours afirmou.

Como resultado do trabalho de Alain Wisner junto ao Laboratório do CNAM, houve um forte intercâmbio entre pesquisadores de lá com outros países, dentre eles o Brasil. Esse intercâmbio teve papel importante na disseminação das pesquisas e abordagens desenvolvidas pelo laboratório. Ao ser perguntado sobre os pesquisadores brasileiros envolvidos com o Laboratório do CNAM desde o início, Dejours nomeia alguns que participaram de atividades e contribuíram de forma significativa para a divulgação e expansão da PDT no Brasil. Segundo ele:

Uma pessoa que teve um importante papel na divulgação da Psicopatologia do Trabalho foi Irene Hirata e foi fundamental, pois ela tinha ligações entre a França e o Brasil e divulgou a Psicodinâmica do Trabalho entre os sociólogos brasileiros. Por intermédio dos ergonomistas e dos sociólogos, houve também uma divulgação entre os engenheiros, que tiveram um interesse para a tradução do livro *O fator humano*. Os engenheiros ficaram interessados também pela PDT. Na medicina do trabalho também. Em 1997, quando fui para uma conferência em Brasília, me encontrei com Julia Abrahão. Ela estudou ergonomia na França por muitos anos. . . . depois disso, há outras pessoas que tiveram um papel importante: Laerte Idal; Heliete Karam; Selma Lancman; Ana Magnólia Mendes; Álvaro Merlo; Elisabeth Rossi, Seiji Uchida; Francilene Macêdo; Juliana Barros, Maria Amélia; Katia Brasil; Leda Ferreira; Maria Bernadete Macêdo.

A partir das indicações de Dejours acerca dos pesquisadores brasileiros que frequentaram o laboratório desde 1974, foi elaborada a Tabela 1, que apresenta uma relação dos pesquisadores brasileiros que visitaram ou realizaram atividades no CNAM no período de 1974 a 2016. É importante ressaltar que este texto não teve como objetivo esgotar todos os pesquisadores, e sim trabalhar com os citados pelo próprio Dejours na entrevista supracitada.

Como pode ser observado, dos 20 pesquisadores listados, 13 participaram do presente estudo. Chama a atenção o tipo de vínculo, pois, além dos orientandos de mestrado e doutorado, o laboratório do CNAM recebe vários pesquisadores provenientes de outros países para fazer pós-doutorado ou mesmo fazer uma parte de seu doutorado no grupo de pesquisa, no Brasil denominado de “bolsa sanduíche”. Além disso, também chama a atenção o fato da diversidade de formação dos pesquisadores, o que evidencia seu caráter multidisciplinar e a abertura do laboratório para internacionalização.

Ao ser perguntado acerca de suas relações com pesquisadores no Brasil, Dejours comenta:

O primeiro é o grupo da USP, que conta com a Selma Lancman, Laerte Idal e Seiji Uchida, desenvolvem várias pesquisas utilizando a Psicodinâmica do Trabalho. Em Brasília, atualmente o grupo da Católica de Brasília, com Katia Brasil. Outro grupo importante atualmente para mim é o que desenvolve pesquisa na magistratura brasileira com Leonardo Wandeli, que é juiz e desenvolve um trabalho importante na área do Direito. Tenho outras relações com pesquisadores no Brasil, alguns ligados à Psicanálise e Psicossomática. Em Belo Horizonte, Maria Tereza Carvalho Ribeiro, que trabalha com seu marido, Paulo Carvalho em Psicanálise e Psicossomática no Trabalho. No Rio de Janeiro, Marta Rezende Cardoso. Em Porto Alegre, um psicanalista que se chama José Carlos Calich. Em João Pessoa, alguns psicanalistas ligados à Fundação Jean Laplanche, onde eu sou um dos diretores. Em São Paulo, *Sedes Sapientiae*, há um grupo de trabalho nesse instituto, dirigido por Mario Fucks. Há uma formação de Psicodinâmica do Trabalho lá. Em Goiás, na PUC-Goiás, Kátia Barbosa Macêdo, que utiliza a Psicodinâmica do Trabalho nas pesquisas e desenvolve parcerias junto ao MPT e ao TRT em Goiás.

Tabela 1. Levantamento de Brasileiros no CNAM e/ou Université de Paris relacionados à PDT, citados por Dejours, apresentados em ordem cronológica, elaborados pelos autores a partir de registro no CNAM e Currículo Lattes dos pesquisadores em março de 2017

Ano	Nome e formação	Tipo de vínculo
1974 Entrevistada	Maria Irene Betiol Graduação, mestrado e doutorado em Psicologia	Visitante
1979	Helena Sumiko Hirata	Doutorado Paris 5, Livre docência Université de Versailles em 1997
1986	Júlia Issy Abrahão	Doutorado em Ergonomia, orientada pelo Alain Wisner
1992 Entrevistado	Laerte Idal Szelwar Graduação em Medicina, mestrado e doutorado em Ergonomia. Pós-doutorado no CNAM	Doutorado em ergonomia CNAM, orientado pelo Alain Wisner
1993	Maria Bernadete Ferreira Macedo	Doutorado em sociologia do Trabalho, Paris 5, orientada pela Danièle Kergoat
1994 Entrevistada	Heliete Karam Graduação em Serviço Social, mestrado em Psicologia, doutorado em Psicologia no CNAM	Doutorado CNAM, orientada pelo Dejours
1996 Entrevistado	Álvaro Crespo Merlo Graduação em Medicina, mestrado em Medicina da Saúde e doutorado em Sociologia, pós doutorado na França e na Bélgica	Doutorado em Sociologia Paris 5, orientado pelo Benjamin Coriat
2000 Entrevistada	Selma Lancman Graduação em Terapia Ocupacional, mestrado em Saúde Coletiva e doutorado em Saúde Mental. Pós-doutorado em Psicologia no CNAM com Dejours	Pós-doutorado CNAM, orientada pelo Dejours
2004 Entrevistada	Kátia Tarouquella Brasil Graduação, mestrado em doutorado em Psicologia. Fez sanduíche no CNAM	Doutorado sanduíche no CNAM, orientada pelo Dejours no sanduíche com Francisco Martins
2006	Ana Magnólia Mendes	Pós-doutorado CNAM, orientada pelo Dejours
2007 Entrevistada	Elizabeth Zulmira Rossi Graduação em Pedagogia, mestrado e doutorado em Psicologia, sanduíche no CNAM com Dejours	Sanduíche Doutorado UnB com Ana Mendes, e no CNAM pelo Dejours
2009 Entrevistado	Seiji Uchida Graduação, mestrado e doutorado em Psicologia. Pós-doutorado no CNAM com Dejours	Pós-doutorado CNAM, orientado pelo Dejours
2012 Entrevistado	João de Deus Graduação em Psicologia, mestrado em Saúde Mental, doutorado em Psicologia orientado pelo Dejours	Doutorado orientado pelo Dejours
2013	Francilene Maria Melo e Silva	Doutorado em Psicologia CNAM, orientada pelo Dejours
2014 Entrevistada	Rosângela Dutra Graduação em Psicologia, mestrado em Educação, doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Pós-doutorado no CNAM	Participa do GT de Psicodinâmica do Trabalho da Anpepp no Brasil
2014	Maria Amélia Dias	Sanduíche do Doutorado UFG, no CNAM orientada pelo Dejours
2016 Entrevistado	Paulo César Zambroni Graduação em Psicologia, mestrado em Ergonomia e doutor em Psicologia	Pós-doutorado CNAM, orientado pelo Dejours
2016 Entrevistado	Eduardo Rodrigues Peyon Graduação e mestrado em Psicologia, cursando doutorado em Psicologia, fazendo sanduíche no CNAM	Sanduíche doutorado Universidade Veiga de Almeida, no CNAM orientado pelo Dejours
2016	Kátia Barbosa Macêdo	Pós-doutorado Unicamp, orientada por Roberto Heloani e visitante orientada pelo Dejours
2016 Entrevistada	Juliana Barros Oliveira Graduação, mestrado e doutorado em Psicologia	Doutorado na USP com Selma Lancman e no CNAM orientada pelo Dejours no sanduíche

A expansão da psicodinâmica do trabalho no Brasil

A via de inserção prioritária da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil ocorreu pelas Universidades (FGV-SP, em 1984), além dos sindicatos. E sua expansão também se deve a esse tipo de inserção nas universidades. Em diversas regiões do Brasil, em universidades públicas, privadas ou confessionais, os pesquisadores que utilizam a PDT o fazem preferencialmente dentro do âmbito de ensino, pesquisa e extensão. Há registro de intervenções realizadas fora da universidade, porém com pesquisadores ligados a elas.

Das várias ciências que utilizam a PDT no Brasil, a que mais se destaca é a Psicologia. No Brasil, há a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), que é uma organização sem fins lucrativos e apartidária fundada em 1983, que tem por objetivo congregar programas de pós-graduação vinculados a instituições de ensino superior para fomentar e estimular a formação de profissionais para pesquisa e pós-graduação em Psicologia. Realiza bianualmente um simpósio, cujo principal objetivo é discutir a pesquisa, a política e a formação no âmbito da pós-graduação em Psicologia no Brasil. Dos vários grupos de trabalho ou GTs, há um que foi proposto em 2012. Em decorrência dos pesquisadores brasileiros adotarem a Psicodinâmica do Trabalho no campo da produção científica, foram defendidas várias dissertações de mestrado e teses de doutoramento dentro da abordagem da PDT a partir de 2001. À medida que os grupos de estudos se expandiam, a partir de 2007, surgiram os laboratórios de pesquisa específicos da abordagem, associados às universidades em todas as regiões brasileiras e no Distrito Federal.

No Brasil, a divulgação dos resultados das pesquisas e intervenções é feita em duas frentes de trabalho: pela realização de eventos científicos e pela publicação de livros e artigos em periódicos, sendo os dois últimos os mais comuns. A tendência dos pesquisadores de concentrar suas publicações em periódicos visa atender a critérios estabelecidos pelas agências de fomento e avaliadoras dos cursos de pós-graduação.

A Psicodinâmica do Trabalho é uma abordagem bem aceita por pesquisadores brasileiros, sendo o Brasil, juntamente com o Canadá, os países onde ela floresceu, além da França, conforme dados levantados em pesquisa recente realizada por Machado & Macêdo (2016). No que se refere aos eventos, deve-se ressaltar que desde que a Psicodinâmica foi adotada por pesquisadores brasileiros, os resultados de suas pesquisas foram apresentados em diversos eventos em várias áreas afins. No entanto, a partir de 2007, começou a haver congressos específicos para a temática. Conforme Machado e Macêdo (2016), em 2007 foi realizado o I Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho, que reuniu, em Brasília, pesquisadores e especialistas na área e que contou com a participação de Christophe Dejours durante todo o evento. Esse evento teve tão boa repercussão que outras edições foram realizadas visando divulgar a PDT e possibilitar a formação de redes de pesquisa no Brasil.

Tabela 2. Eventos de psicodinâmica realizados no Brasil no período entre 2007 a 2015

Ano	Evento
2007	I Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho, em Brasília, com a participação de Christophe Dejours durante todo evento.
2009	O I Congresso Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho e Clínica do Trabalho e II Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho foi realizado em Brasília, promovido pela UnB e o GT de Psicodinâmica e clínica do trabalho da Anpepp.
2010	I Congresso da Associação Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho e o VI Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho e foi realizado em São Paulo com a promoção da referida Associação e da USP.
2011	O II Congresso Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho e Clínica do Trabalho e III Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho foi realizado em Brasília, promovido pela UnB e o GT de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Anpepp.
2013	O III Congresso Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho e Clínica do Trabalho e IV Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho foi realizado em Gramado-RS, promovido pela UnB e o GT de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Anpepp.
2015	O IV Congresso Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho e Clínica do Trabalho e V Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho foi realizado em Manaus-AM, promovido pela UnB e o GT de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Anpepp.

O número de participantes dos referidos eventos, bem como o número de trabalhos apresentados nos mesmos indicam uma expansão da Psicodinâmica do Trabalho, com crescimento do número de pesquisadores e um maior interesse por essa abordagem no Brasil. Deve ser ressaltado ainda que vários trabalhos apresentados não estavam ligados diretamente a universidades, mas eram provenientes diretamente de intervenções realizadas em outros âmbitos institucionais, por exemplo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Petrobrás, dentre outras. Cabe uma ressalva em relação aos eventos. No início, os grupos de pesquisa de São Paulo e Brasília trabalhavam integrados; porém, a partir de divergências metodológicas houve um distanciamento, o que teve como consequência a proposta de eventos realizados de forma independente, inclusive em relação à própria participação do Dejours e de outros pesquisadores ligados ao CNAM.

A outra forma já mencionada de divulgação e expansão da PDT é por meio de publicações. Machado & Macêdo (2016) realizaram estudos que tiveram como objetivo levantar o panorama das pesquisas em PDT publicadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Ministério da Educação (MEC) ⁵ no período entre 2004 e 2014. Esse portal foi escolhido pelo fato de ser uma biblioteca virtual que disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa do Brasil a melhor produção científica internacional, tendo em seu acervo mais de 36 mil títulos com textos completos, 130 bases referenciais. Foram identificados 95 artigos nacionais publicados em português e 50 artigos internacionais escritos em francês e inglês por 179 autores, o que indica a importância da abordagem no Brasil. Ao analisar as redes de cooperação científica entre instituições e suas respectivas regiões geográficas, percebe-se que a região geográfica no Brasil com maior número de cooperações é a região sudeste, destacando-se a Fiocruz, a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Todos esses dados indicam a importância crescente que essa abordagem teve nas pesquisas brasileiras.

Divergências e convergências entre o contexto francês e brasileiro

O próprio conceito de trabalho para Dejours (1992, 1999, 2008, 2009) ressalta a importância de considerar as diferenças entre o trabalho prescrito e o real. A prescrição se impõe ao trabalhador e se traduz no planejamento, nos objetivos das tarefas, na definição de regras comportamentais, no estabelecimento de normas e nos procedimentos técnicos, nos estilos de gerenciamento, nas pressões e nos regulamentos do modo operatório. O real do trabalho representa aquilo que, na experiência do trabalho, se dá a conhecer ao sujeito por sua resistência ao domínio, ao *savoir faire*, à competência, ao conhecimento e até à ciência. A experiência do real no trabalho se traduz pelo confronto com o fracasso.

A constatação da defasagem entre o trabalho prescrito e o real fez com que Dejours defina o trabalho como atividade coordenada de homens e mulheres para fazer face ao que não pode ser obtido pelo estrito cumprimento das prescrições, ou seja, ao que deve ser “ajustado, rearranjado, imaginado, inventado, acrescentado pelos homens e pelas mulheres para levar em conta o real do trabalho” (Dejours, 2005, p. 43). Caso não haja espaço para a inovação do trabalhador, sem o engajamento do corpo, da inteligência humana e da cooperação, a execução mecânica limitada das prescrições pode levar ao que é conhecido como *greve de zelo* ou *operação padrão* e que corresponde a um ato de bloqueio da produção. Esse ato possui caráter político e tem o objetivo de mostrar a ineficácia das prescrições, ao mesmo tempo que visa ao reconhecimento da importância do engajamento do trabalhador para o desenvolvimento de suas atividades.

5 Portal de Periódicos CAPES/MEC - O Portal de Periódicos foi oficialmente lançado em 11 de novembro de 2000, na mesma época em que começavam a ser criadas as bibliotecas virtuais e quando as editoras iniciavam o processo de digitalização dos seus acervos (CAPES, 2017).

O método proposto por essa abordagem é pré-requisito para sua utilização e parte do princípio de que na Psicodinâmica do Trabalho deve haver um envolvimento do pesquisador com o grupo de trabalhadores e que a construção de conhecimento acerca da relação entre trabalhador e organização do trabalho, necessariamente, deve ser coletiva. Nesse sentido, é sempre uma pesquisa-ação. O método preconizado pela Psicodinâmica do Trabalho é construído a partir de uma série de etapas que servem de norteadores para o trabalho de campo. As etapas previstas nesse método são: constituição da demanda; pré-pesquisa; pesquisa propriamente dita; validação; e elaboração de relatório. Essas etapas são fundamentais para o alcance dos objetivos propostos. Deve compreender que cada pesquisa possui situações de trabalho peculiares ou específicas e poderá exigir dos pesquisadores algumas adaptações que, no entanto, não devem comprometer a integridade do método. Dejours (2017), na entrevista supracitada, afirma que:

Do ponto de vista do método, o mais importante é a possibilidade de fazer reuniões com o coletivo, montar grupos de trabalho com trabalhadores de empresas. Com trabalhadores de ministérios ou de administrações, pouco importa se forem públicas ou privadas. Conseguir montar um grupo de trabalhadores voluntários para refletirem sobre a questão das relações entre eles e a partir das perguntas sobre as dificuldades encontradas por eles no exercício do trabalho e voltar a questão da subjetividade e da organização do trabalho. O mais importante é a reunião do trabalho à medida que permite apreender coisas sobre o trabalho, coisas que poderiam ser levantadas pelas entrevistas individuais. É porque no interior dessa discussão coletiva não há apenas uma discussão entre os trabalhadores e os pesquisadores, mas também uma discussão que começa entre os membros do grupo de trabalho. É o que faz o objeto da discussão entre eles, são sempre as questões evidentemente muito significativas, em vista dos problemas que elas ocupam. Envolvem o sofrimento no trabalho, o prazer no trabalho e, sobretudo, o que é importante nesse grupo de trabalho é que não se trata somente de um trabalho de investigação.

Apesar dos dados acima apontarem para uma expansão da abordagem no Brasil, ela nem sempre foi utilizada de forma *Stricto sensu*, ou seja, nem todos os pesquisadores a utilizaram da forma prescrita pelo método. Houve adaptações, ampliações e, conforme relato do próprio Dejours: “Alguns pesquisadores vieram ao CNAM e realizaram atividades comigo, voltaram ao Brasil e realizaram eventos, publicaram coletâneas das quais participei no início. Depois, realizaram alianças estratégicas por questões de política, fizeram uma miscelânea e um sincretismo.”

Ao serem perguntados de que modo utilizam a Psicodinâmica do Trabalho, os entrevistados indicaram algumas possibilidades. Alguns adotam a abordagem de forma exclusiva, outros fazem interlocuções dela com outras disciplinas como Ergonomia, Psicanálise, Psicossomática, Sociologia, dentre outras.

Laerte Sznelwar: Sou médico e ergonomista, mas em algumas pesquisas utilizo a PDT. Eu nunca saio da Ergonomia, já fiz vários trabalhos em Psicodinâmica com Selma, Seiji, Vandelli. Iniciamos abordando o tema “Sujeito e trabalho”, fazendo um diálogo entre a Ergonomia e a Psicodinâmica. Minha tese de livre docência abordou o protagonismo do sujeito e do trabalhador. O protagonismo do trabalho na produção.

Álvaro Merlo: Eu e Ana Magnólia começamos a analisar a produção brasileira em PDT e vimos que muita coisa era feita usando apenas as categorias teóricas, mas não a metodologia prescrita do Dejours. A partir de 1987 criei uma disciplina Saúde do Trabalhador, já na Universidade como professor no curso de Medicina. Em 1988, criei o Ambulatório em Saúde do Trabalho e também o Centro de Pesquisa em Formação e Saúde do Trabalho. A Psicodinâmica faz parte da minha vida, apesar de não ser professor da Psicologia, e sim da Medicina. A PDT não ocupa a maior parte do meu tempo.

Em relação ao método, alguns pesquisadores o adotam de forma *Stricto Sensu*, ou seja, não conseguem visualizar uma divisão entre as categorias teóricas e o método prescrito, até em função de sua epistemologia. Já outros pesquisadores adotam suas categorias teóricas e indicadores; porém, fazem adaptações em relação ao método prescrito por Dejours. Outro aspecto importante é o fato de o pesquisador estar inserido em um grupo de pesquisa, ou seja, ter outros colegas capacitados para realizar o método prescrito de forma estrita.

Seiji Uchida: Fui o pioneiro em defender uma tese de doutorado em Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho. Não era ainda o método *stricto sensu*. Passei a trabalhar com Laerte após 1997 e, então, comecei a fazer o espaço de discussão coletivo. Desde 1994 tenho acompanhado os trabalhos de Dejours e a parceria com Laerte abriu outra possibilidade de compreender as relações de trabalho e realizar inúmeras pesquisas e intervenções.

Janine Kieling: PDT tem norteado muitas práticas e pesquisas que já desenvolvi e ainda desenvolvo. Primeiramente, me guiou nas práticas de intervenções na saúde mental de trabalhadores em situação de desemprego e de bombeiros, trabalhadores em situação de desemprego, aposentados, gestores, bombeiros, professores, trabalhadores rurais, agentes penitenciários, trabalhadores da saúde (hospitais, CAPS e UBS) e servidores públicos.

Uma observação importante é no que se refere à realização de pesquisas e seus fins. Se a pesquisa é realizada no âmbito de formação profissional na pós-graduação, tendo como um dos seus fins a elaboração de teses e dissertações, muitas exigências decorrem disso, inclusive em relação à pressão do tempo para defesa, exigências institucionais e das bancas. Quando a pesquisa ou intervenção tem um caráter de atender a demandas espontâneas, a realidade é outra.

Heliete Karam: Trabalho com a PDT desde 1998, com um trabalho inicialmente pela PUCRS junto à Prefeitura Municipal de Alvorada (RS), depois como autônoma, pois houve um desdobramento do projeto. Em Psicodinâmica do Trabalho, na forma como tenho trabalhado, considero que, além de contribuir para criar uma cultura na área (conforme acordado com Christophe Dejours em 1991), o resultado é o próprio processo e a construção e consolidação do espaço de discussão em organizações públicas.

Carla Vaz: Tenho realizado estudos pautados na Psicodinâmica do Trabalho. Nas orientações de alunos, seja na graduação ou nos pós, a Psicodinâmica está sempre presente. Desenvolvo, mais especificamente, desde 2008, pesquisas sobre o trabalho docente na educação superior pautadas na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho.

Considerando que há diferenças culturais entre Brasil e França, alguns pesquisadores realizam adaptações em relação ao uso da abordagem no contexto brasileiro. Alguns consideram que não há divergência, como pontua o relato de Heliete Karam, que ilustra esse entendimento. Heliete Karam comenta que, apesar das diferenças do contexto entre os dois países, os princípios de Dejours são universais: “Creio que não se trata de fazer ajustes, mas de levar em conta tais diferenças quando escutamos e acolhemos a palavra no coletivo, quando elaboramos as diagnoses etc. Os princípios sistematizados por Christophe Dejours são universais”.

Janine Kieling: Não acho que a PDT seja uma teoria somente da França. Acredito que ela já existe em vários países. E acho que temos que desassociar a redução da PDT somente à França. Existem grandes diferenças culturais entre Brasil e França. E, por isso, temos que avançar na PDT no Brasil. Entre as principais adaptações estão a escuta individual e a redução do número de encontro com

o grupo de trabalhadores (para um, dois ou três encontros). Outro delas seria a demanda vir do pesquisador e não do grupo. E, ainda, a utilização de escalas de medidas objetivas, junto com a escuta individual ou coletiva. Acredito que temos que adaptar a PDT pensada por ele à nossa realidade e desenvolver a PDT no Brasil e em outros países.

Outros pesquisadores sinalizam a necessidade de se fazer adaptações exatamente em função das diferenças. E essas adaptações vão desde formas alternativas de constituir a demanda; realizar somente entrevistas individuais em detrimento do espaço de discussão coletivo; diminuir o número de sessões e de participantes visando adaptar à realidade do campo pesquisado. Fragmentos de algumas entrevistas são apresentados visando ilustrar essas adaptações.

Seiji Uchida: Aqui no Brasil há muita dificuldade em relação à demanda, também das organizações aceitarem a realização de entrevistas coletivas. Aqui não há muito rigor no método. Como parecerista vejo muita adaptação incorreta. Dejours tem razão quando ele defende o seu campo e é o maior interessado nisso para que seja mantido o rigor e evitar deturpações.

Elisabeth Rossi: De certa forma, uma adaptação diz respeito à formulação da demanda. Na França, a demanda pela pesquisa-ação, via de regra, parte dos trabalhadores, dos sindicatos e, até mesmo, pela alta direção. Aqui no Brasil, como as empresas e nem mesmo os órgãos representativos dos trabalhadores possuem a mesma cultura, ocorre uma reconfiguração/construção da demanda pela pesquisa-ação em Psicodinâmica do Trabalho por parte dos pesquisadores das instituições de ensino superior.

Rosângela Dutra: Em alguns casos é possível fazer a aplicação do método de forma canônica. Em outros, realizo adaptações. As mais frequentes são coconstrução da demanda, que parte do pesquisador e não estava explicitada, pelo coletivo de trabalhadores, até que se oferecesse a possibilidade da realização da pesquisa com a metodologia dejouriana. A outra adaptação frequente é inserção de psicólogos que já atuam na organização de trabalho na equipe de pesquisadores.

Leda Gonçalves: Sim, principalmente trazendo mais o mundo do sujeito. Você vai com um roteiro, mas é o sujeito que dá o tom de todo o processo da clínica. De forma geral, a prescrição do Dejours dá conta da pesquisa, mas temos que ajustar temas, horários, quantidade de sessões e, sobretudo, repensar a mobilização subjetiva. Tem sido difícil conseguir este processo em 10 sessões. Penso que para a pesquisa é um número adequado, mas, para transformar a realidade do trabalho, é impossível.

Outro fator de adaptação se refere ao fato de a pesquisa estar sendo desenvolvida em um contexto de pós-graduação visando à elaboração e defesa de uma dissertação ou tese. Quando isso ocorre, em função de várias pressões por prazos, tanto institucionais quanto da banca, o pesquisador deve fazer os ajustes e adaptações necessárias para cumprir a tarefa, conforme declara Selma Lancman.

Selma Lancman comenta: A temporalidade lá na França é muito diferente da nossa realidade aqui no Brasil, pois os prazos das agências de fomento aqui são muito curtos. Outro problema mais complicado ainda é fazer essa pesquisa dentro de um contexto de elaborar uma tese de doutorado. Além do prazo, ainda tem a questão do comitê de ética. É muito difícil conseguir aliar tempo de doutorado, tempo de formação do pesquisador, tempo do comitê de ética e dificuldades de ajustes. . . . é um grande desafio realizar uma intervenção em psicodinâmica do trabalho com todo esse contexto. É um conflito ético que vivenciamos. Na França, se o Dejours não publicar um artigo na revista X, ele continua sendo orientador, aqui não. Se eu não publicar eu perco o direito de orientar. É muito diferente essa realidade. . . em relação às pesquisas como base para as dissertações e teses é difícil imaginarmos os

alunos fazendo uma clínica, até porque a formação para capacitar o aluno a fazer uma análise clínica é impossível de ser realizada em dois ou quatro anos. Não tem um padrão de orientação.

Quando a pesquisa ou intervenção é realizada fora do âmbito acadêmico, até a forma de validar os resultados, elaborar e encaminhar o relatório é totalmente diferente. Exatamente em função disso é que se privilegia a leitura e publicação de dissertações ou teses em função da impossibilidade de acesso aos relatórios de intervenção, que pertencem exclusivamente ao campo e participantes que demandaram a pesquisa.

Ainda há os pesquisadores que, em nome de uma “adaptação”, utilizam as categorias teóricas da Psicodinâmica do Trabalho, mas modificam o método de pesquisa prescrito por Dejours. Em decorrência disso, houve várias discussões, dissidências e cisões entre alguns grupos de pesquisadores, inclusive com o próprio Dejours.

Talvez, o que para alguns pesquisadores é considerado como mais uma adaptação, para outros (inclusive Dejours) é considerado como uma deturpação dos princípios da Psicodinâmica do Trabalho e a mais polêmica tenha sido a elaboração e utilização de escalas psicométricas a partir das categorias teóricas da Psicodinâmica do Trabalho. Esse último fato é fortemente criticado como pode ser observado no relato apresentado:

Laerte Sznelwar: Eu não acho que exista algo que seja um monólito de pedra onde nada de diferente se encaixa. Por outro lado, não dá para aceitar desculpas e aceitar qualquer coisa e chamar de psicodinâmica. Nós estamos mobilizados de um jeito, fazemos pesquisa e nem sempre podemos usar isso em benefício próprio, utilizando tudo isso em forma de artigo. Um dos grandes problemas é deturpar a PDT utilizando métricas. Dejours fica enraivecido com isso, questionários, isso não tem nada a ver com PDT. Seria a mesma coisa que você ir a um consultório de psicanálise e preencher um questionário, não tem nada a ver. Dejours sempre teve uma coerência epistemológica e desenvolveu um método específico para dar conta da proposta. Acho um absurdo uma pesquisa gerar seis, sete *papers*.

Cabe ressaltar que a Psicodinâmica do Trabalho não propõe medidas de avaliação para seu método. A avaliação pode referir-se à ação dos pesquisadores, mas não sobre a ação no contexto de trabalho feita pelos trabalhadores. Não há proposta de avaliação de mudanças objetivas, visto que o objetivo da clínica do trabalho consiste em promover, nos trabalhadores, a reflexão da sua relação subjetiva com o trabalho.

Críticas e limitações em relação à Psicodinâmica do Trabalho

Apesar de bem aceita, a abordagem também é alvo de ressalvas, críticas e limitações. Algumas delas se dirigem ao aspecto das relações de poder, quando se coloca a questão de até que ponto é realmente possível haver uma ação de emancipação que resulte em mudança real na organização do trabalho. Outras se ligam à dificuldade de realizar o método prescrito e, ainda, há aquelas que sinalizam que se trata de uma abordagem em construção.

Álvaro Merlo: Acho que ela é uma abordagem teórica. Foi produzida dentro da Ergonomia. Acho que ela chegou ao limite, deu muita contribuição que ficará, mas que é limitada. O Dejours tem uma rede de relações muito complicada. A PDT se expandiu. Ela trabalha com pequenos grupos. A ideia da emancipação é quase utópica, pois o mundo ocidental está comprometido com a lógica do capital. O método da PDT não dá conta de atender a características do objeto. Limitação com trabalho com sindicatos. Às vezes temos que utilizar instrumentos quantitativos para adaptar aos objetos de estudo.

Selma Lancman: O simples fato de você fazer uma ação em clínica de PDT esbarra numa limitação no que se refere à falta de “empoderamento” do trabalhador para implantar as modificações necessárias. Nesse sentido, vejo como uma limitação. Até que ponto o grupo dos pesquisadores tem a função de incubar, mas depois de um certo ponto o grupo tem que andar com as próprias pernas. E também tem o real do trabalho, quando conseguimos concluir a pesquisa, o campo foi fechado. É frustrante.

Seiji Uchida: Na área privada, essa abordagem não tem espaço porque não há demanda. O interesse das empresas é de outra ordem. A pressão faz parte do trabalho, em palestras podemos até abordar isso, mas, quando começamos a entrar na crítica, eles recuam, não gostam de abrir espaço para falarmos sobre sofrimento no trabalho. Em palestras e cursos de MBA consigo falar, mas em geral incomoda muito e logo preferem não dar continuidade ao trabalho. Por isso acho que a possibilidade de trabalho ainda é no setor público e aí esbarramos em outras questões culturais. A abertura que encontro ainda é limitada, palestras, mas quando começamos a apresentar a proposta de emancipação e crítica, eles geralmente recuam. Levar questões que permitem aprofundar as contradições organizacionais e levar a um repensar da gestão e isso eles não querem. A PDT, quando inicia, causa um impacto profundo, e isso eles não querem.

Atualmente, há uma verdade incontestável no mundo do trabalho que visa desconstruir, fragmentar e aniquilar o coletivo do trabalho. Quando surge a demanda por uma intervenção, isso pode indicar a possibilidade de uma constituição ou reconstrução de um coletivo laboral. A criação de laços subjetivos dá suporte para a força do grupo e toda sua representação social de resistência e emancipação.

A demanda legítima a intervenção e indica a pertinência da ação da PDT. A reconstrução do coletivo do trabalho ocorre no próprio processo de demanda, ou seja, pedir ajuda já indica a percepção de que o funcionamento atual não atende às necessidades do grupo e que a saída não é individual, passa necessariamente pela mobilização subjetiva do grupo.

Janine Kieling: Sim. As críticas são da difícil aplicação do método *stricto sensu* e, por isso, a necessidade de adaptação dele. E também acho que a teoria deve evoluir na construção do conhecimento, não estando somente associada ao seu precursor Dejours. Por isso, acredito que temos que adaptar a PDT pensada por ele a nossa realidade, e desenvolver a PDT no Brasil e em outros países. Além disso, a teoria da PDT, como outras teorias, também necessita dialogar com outras vertentes teóricas para dar conta da complexidade de seu objeto que é a saúde mental e o trabalho e da realidade que está sendo aplicada.

É importante comentar que o processo emancipatório dá legitimidade à própria abordagem, ou melhor, à sua existência como campo epistemológico de produção de sentidos e de intervenção. Mesmo quando é limitado, parcial, o processo emancipatório contribui para a ressignificação dos sentidos atribuídos ao trabalho, visando em um primeiro nível à modificação da organização do trabalho e a reorganização interna da mobilização subjetiva em relação ao sofrimento advindo do trabalho.

Discussão

O objetivo do texto foi descrever a arqueologia da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil. Para tal, foram realizadas análise documental e inúmeras entrevistas visando reconstruir esta trajetória desde sua entrada no país, ainda como Psicopatologia do Trabalho, até sua expansão sinalizada pela adoção dessa abordagem teórica e metodológica por vários grupos de pesquisa de instituições de ensino superior, a realização de eventos em âmbito nacional, a grande publicação de trabalhos e a formalização de laboratórios, além da inserção de um grupo de trabalho na ANPEPP.

Com toda essa expansão e em decorrência de diferenças contextuais e culturais entre a França e o Brasil, surgiram adaptações concernentes a aspectos metodológicos e procedimentais. Ainda não há consenso se em um futuro próximo isso poderá se configurar como a necessidade do desenvolvimento de uma clínica do trabalho brasileira desvinculada da PDT ou se haverá uma melhor compreensão dos princípios e pressupostos da PDT e eventual adaptação ao contexto brasileiro.

Como resultado de sua formação, pode-se afirmar que, para manter uma coerência epistemológica, Dejours estruturou sua abordagem ancorada nos princípios da Ergonomia e da Psicanálise. A essência do fenômeno estudado pela Psicodinâmica do Trabalho é essencialmente da ordem subjetiva; sua epistemologia é antipositivista; a visão da natureza humana é dialética e o método utilizado é necessariamente ideográfico. Com isso, ele a situou necessariamente adotando a teoria do conflito e negando a ideia da integração ou estabilidade. Dito de outra forma, ela não pode ser utilizada visando a “adaptação” do trabalhador, e sim como instrumento de emancipação, sua ação podendo transformar a realidade da organização do trabalho.

Mesmo que a organização do trabalho não absorva todas as sugestões advindas do espaço de discussão coletivo, seguramente a dinâmica laboral poderá ser mais bem compreendida e ressignificada. Como em um processo terapêutico, algumas mudanças dependem de tempo para serem gestadas, implantadas e amadurecidas.

Referências

- Capes. (2017). *Portal de periódicos: histórico*. Recuperado de <https://bit.ly/2SToP1I>
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5a ed.). (A. I. Paraguay & L. L. Ferreira, trad.). São Paulo: Cortez Oboré.
- Dejours, C. (1999). *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. São Paulo: Fundap.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14 (3), 27-34.
- Dejours, C. (2005). *O fator humano*. (M. I. Betiol & M. J. Tonelli, trad.). Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Dejours, C. (2008). *Trabalho, tecnologia e organização: avaliação do trabalho submetida à prova do real*. São Paulo: Blucher.
- Dejours, C., Abdoucheli, E. & Jayet, C. (2009). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. (M. I. Betiol, trad.). São Paulo: Atlas.
- Dejours C., Dessors D. & Molinier, P. (1994). Pour comprendre la résistance au changement. *Documents du Médecin du Travail*, 58, 112-117.
- Dejours, C. & Gernet, I. (2012). *Psychopathologie du travail*. Paris: Elsevier Masson.
- Foucault, M. (1969). *Arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Macêdo, K. B. & Heloani, R. (2017). Introdução e expansão da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: entrevista com Dejours. *Psicologia em estudo*, 22, 497-502. Recuperado de <https://bit.ly/2XiZyDD>
- Machado, L. S. & Macêdo K. B. (2016). Análise bibliométrica dos estudos em clínica psicodinâmica do trabalho. *Revista Subjetividades*, 16, 62-76.
- Merlo, A. R. C., Mendes, A. M. & Moraes, R. D. (2013). *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia*. Curitiba: Juruá.
- Michaelis. (2018). *Dicionário etimológico*. Recuperado de <https://bit.ly/2XOFGre>
- Molinier, P. (2013). *O trabalho e a psique: uma introdução à Psicodinâmica do Trabalho*. (F. Soudant, trad.). Brasília: Paralelo 15.
- Sznelwar, L. I. (2006). Alain Wisner: o desenvolvimento da ergonomia e do pensamento sobre o trabalhador. *Revue Travailler*, 15, 226-234.

Endereço para correspondência

katiabarbosamacedo@gmail.com, rheloani@gmail.com

Recebido em: 19/05/2018

Avaliado em: 24/08/2018

Aprovado em: 21/02/2019

De “bandido” a “trabalhador”: um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas

Fernanda Reis Alves de Oliveira Pedro¹ e Maria Elizabeth Antunes Lima²

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Centro Universitário Unihorizontes (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com jovens autores de atos infracionais no município de Belo Horizonte (MG). Adentrando a temática relativa ao eixo profissionalização, proposto pelas medidas socioeducativas, seu objetivo foi o de compreender o sentido que o trabalho assume para o jovem, considerando sua vivência anterior no trabalho informal – e frequentemente ilícito –, e sua nova experiência com as atividades propostas no contexto das medidas. A partir desse eixo norteador, tenta-se apreender melhor as categorizações sociais “trabalhadores” formais e “bandidos”, considerando as mudanças ocorridas a partir da formação do jovem e sua inserção no mundo do trabalho formal. Os dados foram coletados por meio de entrevistas coletivas e individuais, sendo que estas últimas permitiram a elaboração de dois estudos de caso, escolhidos para serem expostos no artigo como forma de ilustração das novas perspectivas descobertas pelo jovem a partir de sua inserção em um projeto socioeducativo. Os resultados permitiram desvelar os sentidos atribuídos à categoria trabalho nos períodos anterior e posterior ao acautelamento, revelando que os sujeitos tendem a considerar como trabalho apenas as atividades lícitas que exerceram.

Palavras-chave: Juventude, Trabalho, Medida socioeducativa.

From “criminal” to “worker”: a study on the relationship of young people with work from socio-educational measure

The article presents the results of a research performed with young people who committed infractions in the city of Belo Horizonte (MG). Entering the theme related to the professionalization axis proposed by social-educational measure, this study aimed to understand the meaning the work assumes for young people, considering their previous experience in informal – and often illicit – work and their new experience with the proposed activities in the context of the measures. From this guiding axis, we try to better understand the social categorizations of formal “workers” and “criminals”, considering the changes that have occurred since the formation of the young person and their insertion in the world of formal work. Data were collected through collective and individual interviews, and the latter allowed the elaboration of two case studies chosen to be exposed in this article as a way of illustrating the new perspectives discovered by the young people from their insertion in a social-educational project. The results allowed to reveal the meanings attributed to the work category in the periods before and after the caution, revealing that the subjects tend to consider work only the licit activities they have practiced.

Keywords: Youth, Work, Social-educational measures.

Introdução

A pesquisa relatada neste artigo serviu de base para uma dissertação de mestrado em Psicologia³, sendo que o interesse pelo tema surgiu a partir da experiência profissional de uma das autoras em instituições do terceiro setor e com políticas públicas voltadas para a juventude em situação de vulnerabilidade social. Em 2014, ela assumiu a gerência de Formação Profissional na Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais (Suase), na então extinta Secretaria

1 Psicóloga, Especialista em Psicologia do Trabalho e Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Professora em curso de pós-graduação na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e Analista de políticas públicas na Prefeitura de Belo Horizonte.

2 Psicóloga e Mestre em Administração pela UFMG. Doutora em Sociologia do Trabalho pela Universidade de Paris IX. Professora e pesquisadora do Programa de Mestrado do Centro Universitário Novos Horizontes (Minas Gerais).

3 A dissertação intitulada “De ‘bandido’ a ‘trabalhador’ – um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas” foi apresentada ao Programa de Mestrado do Curso de Psicologia da UFMG, em 2016.

de Estado de Defesa Social (Seds), deparando-se, à época, com um cenário preocupante e desafiador caracterizado pela escassez de jovens inseridos no mercado de trabalho, conforme determinação das medidas socioeducativas. Naquele contexto, as equipes das unidades socioeducativas de internação e semiliberdade solicitavam apoio para vencer os dilemas da inclusão. Estava claro que, no tempo curto da medida socioeducativa (até dois anos), a profissionalização era um eixo negligenciado. Apesar disso, a autora percebeu que a profissionalização poderia e deveria coexistir com os demais eixos, ao invés de ser posta como uma impossibilidade. Embora fossem raras, ocorriam algumas experiências de sucesso nas quais o jovem permanecia no curso profissionalizante ou seguia uma carreira na atividade proposta através da medida socioeducativa.

Em termos teóricos, ao dar início à pesquisa, verificou-se também que a literatura especializada em torno da prática de profissionalização das medidas socioeducativas é ainda bastante incipiente no Brasil, sendo que a maioria está vinculada às áreas de Educação, Direito ou Sociologia, havendo pouco diálogo com a Psicologia. Ademais, mesmo no âmbito da Psicologia, muito se discorre sobre atendimento e segurança socioeducativos, abordagem familiar, estando quase ausente o eixo profissionalização, em especial, se considerarmos a função psicológica do trabalho (Clot, 2006). Dessa maneira, o estudo tratou de uma perspectiva ainda pouco explorada, ao tentar contribuir para o campo da Psicologia do Trabalho, sobretudo no que se refere à interface existente entre trabalho, identidade e sociabilidade.

É importante ressaltar também a elevada expectativa dos promotores, juízes, gestores e operadores do sistema socioeducativo quanto à inserção do jovem autor de ato infracional no contexto do trabalho formal. Isso impõe a necessidade de se compreender melhor a visão do público atendido sobre o tema em pauta. O que pensa o socioeducando sobre o eixo profissionalização e seu objetivo de encaminhá-lo para o trabalho? Considerando que o jovem, geralmente, já possui vivência anterior no trabalho informal e/ou ilícito, como ele percebe o trabalho formal proposto a partir das medidas socioeducativas?

Nesse cenário, acreditamos ser necessário aprofundar a discussão sobre as condições concretas sob as quais se dá o eixo profissionalização para esses jovens, a fim de contribuir para o desenvolvimento de formas de intervenção comprometidas com a sua emancipação e que reduzam efetivamente as condições de desigualdade social nas quais se encontra o público atendido.

Profissionalização e medida socioeducativa

O direito à profissionalização está presente no rol de direitos fundamentais da Constituição Federal brasileira de 1988 em seu artigo 5º e é reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu capítulo V (ECA, 1990). Ele reaparece como um dos eixos estruturantes das medidas socioeducativas, sobretudo, nas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Assim, de acordo com o Sinase, deverão ser previstas ações de formação e inserção profissional de jovens em cumprimento de medida socioeducativa, mediante parcerias com as Secretarias do Trabalho e órgãos similares, através da realização de oficinas de orientação profissional, a fim de informar sobre possibilidades de atuação, desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao mercado de trabalho (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo [Sinase], 2012).

Desse modo, de acordo com as prerrogativas da legislação e da metodologia de atendimento socioeducativo, pretende-se que os socioeducandos consigam alternativas de renda e convivência em outros espaços sociais. Além disso, são contemplados encaminhamentos às oportunidades de trabalho, levando-se em consideração o perfil e os interesses dos jovens, além de se promover ações visando informar e conscientizar os jovens sobre seus direitos previdenciários. No que tange ao eixo profissionalização, o propósito é o de promover acesso ao trabalho formal, proporcionando aos adolescentes condições de sobrevivência e maior poder de consumo. Mas é importante ressaltar que, além de proporcionar a inserção na chamada “população economicamente ativa”, é inegável

que o trabalho possui papel fundamental nos processos de construção e consolidação da identidade, conforme será discutido a seguir.

A função psicológica do trabalho

Tanto entre os autores clássicos (Marx, 1974; Lukács, 1979), quanto entre os contemporâneos (Clot, 2006; Jacques, 1997; Toni, 2003), fica visível a relevância da categoria trabalho no processo de autoconstrução humana.

Para Marx (1974), o homem é o primeiro ser que conquistou certa liberdade de movimentos em face da natureza, sendo graças ao seu trabalho que conseguiu dominar, em parte, as forças naturais, colocando-as a seu serviço. O trabalho realizado pelo homem visa, portanto, alterar o estado natural dos materiais na natureza e melhorar sua utilidade, permitindo-lhe construir um mundo para viver. Deste modo, ele se reconhece como parte do gênero humano e é reconhecido pelo outro, sendo que, ao se apropriar do meio de modo peculiar, desenvolve suas potencialidades e diferencia-se dos outros animais.

Na atualidade, autores chamam a atenção para a importância do trabalho não apenas quanto ao seu lugar na organização da sociabilidade, como também nos processos de subjetivação. Jacques (1997) assinala que a articulação entre identidade e trabalho é indispensável, sendo que essas duas dimensões humanas “pressupõem a reciprocidade, a interdependência e a interação entre os aspectos psicológicos e os aspectos estruturais fundantes de um determinado contexto social” (p. 21). Clot (2006) aprofunda essa reflexão ao discutir a função psicológica do trabalho e ressaltar sua contribuição para o desenvolvimento pessoal e a saúde mental dos indivíduos. Segundo ele, é por meio do trabalho que o indivíduo se percebe efetivamente como alguém que contribui para a construção do mundo ao qual pertence, desenvolvendo um senso de utilidade. Nesse sentido, “a função psicológica do trabalho residiria ao mesmo tempo no patrimônio que ele fixa e na atividade (conjunta e dividida) exigida pela conservação e pela renovação desse patrimônio” (Clot, 2006. p. 80).

Considerando o trabalho como princípio educativo e essencial na construção da subjetividade humana, estudiosos do tema aplicado à juventude afirmam que, especificamente para essa fase de desenvolvimento psicológico, essa atividade pode ter sentido transformador (Kuenzer 2002; Frigotto 2004; Jacobina & Costa, 2007). Nesse contexto, embora seja historicamente atrelado às classes populares que precisavam ajudar na renda familiar, o sentido do trabalho não perdeu o caráter de organizador da identidade juvenil, como discutem Rizzo e Chamon (2010):

Apesar de estar submetido ao controle que os superiores exercem sobre suas atividades laborais, o adolescente também tem a oportunidade de conviver com iguais e aprender a ordenar suas formas de sociabilidade e suas representações, o que amplia suas experiências e contribui para o processo de amadurecimento psicológico e intelectual. Aumento da autoestima e do sentimento de responsabilidade, são aspectos positivos e benéficos da entrada precoce do adolescente no mercado de trabalho (Rizzo & Chamon, 2010, p. 410).

Ao expor uma pesquisa sobre os sentidos e significados do trabalho para 3.501 jovens brasileiros de 198 municípios, Guimarães (2004) concluiu que o trabalho é uma categoria-chave no imaginário juvenil, possuindo uma dimensão ao mesmo tempo material e simbólica para os jovens:

O *locus* da produção de ideias, de representações e simbolizações . . . são condição de possibilidade, ao darem forma concreta à maneira de se organizar socialmente a produção de bens e serviços. Mais

ainda, tal produção simbólica está, ela mesma, enraizada na vida social que transcorre dentro e fora dos espaços onde se tecem as relações sociais de trabalho (Guimarães, 2004, p. 4).

No caso do jovem autor de ato infracional, Jacobina e Costa (2007) analisam que, embora existam contradições nessa forma de inserção produtiva, “sem dúvida, o trabalho pode ser visto como um dos elementos de uma rede social, que se constrói ao redor do adolescente e que tem importante participação na integração do jovem no processo socializador” (p. 98).

Reimann (citado por Jacobina, 2006) observa ainda que a inserção de um jovem no mercado de trabalho formal contém uma dimensão de conquistas legais adquiridas historicamente que o colocam na condição de cidadão. Nesse sentido, “nenhuma outra forma jurídica ou de relação social adquiriu a importância que o trabalho tem na construção deste tipo de cidadania. Para a maioria imensa da população, é o mais importante, senão o único caminho para a inserção social e o exercício da cidadania” (p. 27).

“Bandido”: categoria social para trabalhos marginais no contexto da desfiliação

O contato com jovens que fazem parte do sistema socioeducativo permite constatar que a maioria chega com alguma experiência de trabalho, sendo que muitos iniciam no trabalho informal, tanto legal quanto ilegal, realizando pequenos “bicos” como ajudantes de pedreiro ou outras atividades semelhantes, mas atuando também na venda de entorpecentes ou de mercadorias contrabandeadas. Assim, é recorrente ouvir dos próprios jovens e familiares falas que remetem à conhecida polarização “trabalhadores *versus* bandido”, tais como: “antes de ser bandido...”; “quero fazer as coisas certas e deixar de ser bandido”; “bandido não sente frio”; “lá em casa todo mundo é trabalhador, menos ele que é bandido”; ou “quero largar essa vida e ser trabalhador”.

No seu percurso histórico sobre o tema, Misse (2007) assinala “a juvenilização da mão de obra envolvida no tráfico” que ocorreu nos últimos 50 anos, juntamente com o aumento de assaltos associados ou não com o tráfico de entorpecentes. Analisando também essa transição ocorrida nas periferias urbanas a partir de uma pesquisa etnográfica realizada no estado de São Paulo, Feltran (2008) afirma que a categoria “trabalhador” passou a coexistir com a categoria “bandido”, sendo a última associada à geração de renda no mercado ilícito.

O que fica evidente é que em um ambiente de violação de direitos e precarização das relações produtivas, emergem entre as camadas mais pobres da população alternativas de trabalhos marginais, informais, casuais e ilícitos, que atuam também como uma forma de pertencimento social, sendo isso o que se apresenta comumente ao jovem em situação de vulnerabilidade (Faria & Barros, 2011; Misse, 2010; Feffemann, 2006; Feltran, 2008).

No contexto dessas reflexões, embora a expressão “exclusão social” apareça com frequência nos discursos em torno das práticas socioeducativas, concordamos com a perspectiva defendida por Castel (1996, citado por Zione, 2006), quando, ao criticar essa expressão por considerá-la vazia e demasiadamente genérica, propôs o termo “desfiliação” para substituí-la. Nesse sentido, aqueles que não participam amplamente da vida em sociedade, poderiam ser considerados como desfiliaados, mas não excluídos, uma vez que seria impossível afirmar a exclusão de um indivíduo de toda e qualquer participação na vida social. Não existiria, assim, um “dentro” (inclusão) e um “fora” (exclusão) da sociedade, mas uma espécie de desfiliação que impediria os indivíduos de se inscreverem “nas formas coletivas de regulação, de proteção social”, o que os tornaria “portadores de carências, desde as econômicas até as simbólicas” (Castel, 1996, citado por Zione, 2006, p. 22). Assim, a desfiliação “expressa um modo particular de

dissolução dos laços sociais como o resultado de uma dinâmica de precarização e fragilização. . . , não significando “uma falta total do ‘lien social’, mas a ausência de inserção do sujeito nas estruturas que são providas de sentido” (Castel, 1996, citado por Zione, 2006, p. 23).

Em sua pesquisa sobre o perfil de jovens que cometem atos infracionais, Feijó e Assis (2004) se apoiam em estudos de vários autores, que propõem um esboço de um perfil desse grupo, sobretudo, no que se refere aos aspectos econômicos e familiares. Eles estão concentrados na faixa de 15 a 17 anos, possuem baixa escolaridade e estão evadidos da escola. São pardos e negros, morando na periferia da cidade em territórios marcados pela violência do tráfico e pela violência institucional, sobretudo a policial; são de famílias vulneráveis econômica e socialmente, sem acesso ao sistema de garantia de direitos. Desse modo, os dispositivos legais das medidas socioeducativas pretendem oferecer um projeto de vida que vise a criar as condições para que esse jovem supere a desfiliação e alcance o pertencimento social.

Percurso metodológico

O percurso metodológico foi construído de forma diferente do usual uma vez que optou-se por uma proposta de investigação que, em grande medida, deixa ao campo a tarefa de ditar os rumos da pesquisa. Ao evitar as formas convencionais de pesquisa, questionou-se a exigência frequente de se chegar ao campo com instrumentos prontos, formatados e engessados (Lima, 2002).

Foi realizado, portanto, um estudo qualitativo que levou em conta a complexidade do campo, propondo um processo de pesquisa no qual o sujeito possui papel ativo, baseado na perspectiva do interacionismo simbólico que valoriza as relações sociais, a linguagem e a construção de significados pelos próprios sujeitos (Carvalho, Borges, & Rego, 2010).

Buscou-se também considerar os aspectos singulares associados aos sentidos que os sujeitos atribuem à categoria trabalho, visando analisar os sentidos semânticos particulares relacionados ao movimento de intencionalidade da consciência em seu processo de significação (apreensão e apercepção) do mundo (Bendassolli & Gondim, 2014).

O processo teve início por meio de um levantamento, junto à então Diretoria de Informação e Pesquisa (Dipes) da Suase, a respeito dos jovens com idade entre 15 e 18 anos do município de Belo Horizonte que cumpriam medida socioeducativa e que foram inseridos no trabalho formal. A partir desse recorte inicial, buscamos realizar entrevistas coletivas (Weller, 2006) em duas unidades de internação, as quais permitiram levantar alguns elementos importantes em torno da concepção dos participantes a respeito do trabalho. No entanto, houve dificuldades em discutir sobre o trabalho ilícito, devido à presença dos agentes socioeducativos ou pelo receio dos próprios colegas que retaliavam aqueles que contavam detalhes sobre sua experiência nesse tipo de atividade. Percebeu-se, então, que a institucionalização seria um obstáculo ao levantamento seguro dos dados.

Assim, optou-se por entrevistar os sujeitos individualmente, adotando o método biográfico, na perspectiva metodológica proposta por Le Guillant (2006), por meio da qual foi possível aprofundar os aspectos subjetivos das suas experiências de vida, articulando-os, ao mesmo tempo, com o mundo objetivo. Ademais, para o autor, através do método biográfico, é possível acessar a linguagem dos indivíduos investigados, sendo esta mais adequada do que qualquer descrição vinda do exterior (Le Guillant, 2006).

Foram entrevistados 30 sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade. O primeiro grupo com 15 jovens da primeira unidade escolhida para a pesquisa reuniu-se duas vezes com a finalidade de explicitar as representações sociais compartilhadas a

respeito do trabalho proposto pelas medidas socioeducativas. O segundo grupo, composto por sete jovens da segunda unidade, reuniu-se igualmente por duas vezes com a mesma finalidade. Os oito sujeitos restantes foram entrevistados individualmente. Foram eleitos dois casos para expor aqui, uma vez que ilustram melhor os objetivos do estudo. Para elaborar esses casos, foram realizados quatro encontros com cada jovem.

Resultados da pesquisa

Gabriel, o fiscal de loja

Gabriel (G.)⁴ tinha 18 anos e foi indicado para participar deste estudo pela direção de uma das unidades pesquisadas. Na ocasião, ele cumpria medida de privação de liberdade no Centro Socioeducativo Santa Helena (CSSH), devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, e já havia passado pela medida em meio aberto também por causa de tráfico e roubos. Começou a trabalhar informalmente aos 11 anos, realizando atividades como capinador, pintor, além de recolher latinhas em feiras tentando juntar algum dinheiro para ter “independência” e adquirir bens de consumo. Relatou pelo menos um trabalho significativo quando cumpriu medida de Prestação de Serviço à Comunidade: como realizava, à época, um curso de informática, decidiu aderir à sugestão da sua técnica de referência para atuar numa Unidade Municipal de Educação Infantil (Umei) realizando serviços educacionais e administrativos. Recorda que ficou aliviado por ser um trabalho diferente, já que ouvia que os outros jovens faziam atividades “braçais” e desinteressantes. A experiência foi satisfatória, conforme vemos neste extrato do seu depoimento:

Eu gosto muito de criança e eu tive um contato que eu gostei mais ainda de ver como eles são na creche e de como são tratados. Aí, eu ajudava eles naqueles negócios de Power Point. Eu estava fazendo curso de informática. Eu praticava mais lá do que no curso, que era duas vezes por semana. Até a diretora da Umei me indicou pra ficar lá. (G.)

Gabriel conseguiu concluir a medida socioeducativa e recebeu um retorno bastante positivo dos funcionários da escola. Porém, não pôde ser contratado pela instituição, pois não tinha completado a maioridade. Enquanto aguardava completar 18 anos, cometeu nova infração recebendo como sentença a medida de internação.

A segunda experiência de trabalho significativa para ele foi como fiscal de loja num estabelecimento que vendia produtos ao preço de R\$ 1,99. Ele admitiu que naquele momento aceitaria qualquer proposta que lhe permitisse ficar fora da unidade socioeducativa, mas disse também que desejava ter, ao menos, uma remuneração mínima para enviar para sua namorada que estava grávida. No entanto, com o passar dos dias, relatou que foi “pegando gosto pelo trabalho”, pois tinha sido apreendido por ter roubado e, dessa vez, era ele “quem vigiava as pessoas para não roubar”.

Apesar disso, foi demitido ainda no período de experiência, sendo que, ao narrar esse episódio, Gabriel demonstrou muito pesar, principalmente por ter sido devido ao excesso de brincadeiras no ambiente de trabalho.

Sobre os planos para sua vida após o desligamento da medida, Gabriel afirmou: “eu quero terminar minha escolaridade para conseguir um emprego bacana. Na minha família ninguém ficava

4 Os nomes utilizados são fictícios.

morcegando assim nessas coisas de serviço. Minha avó trabalhou até depois que aposentou e eu também quero ser exemplo para minha filha”.

Segundo ele, sentiu um grande impacto após sua última apreensão, pois a privação de liberdade, somada à chegada de sua filha, lhe fizeram pensar sobre seu estilo de vida. Foi quando soube que a profissionalização era um dos eixos de medida socioeducativa e que, além de realizar cursos, poderia trabalhar durante o seu cumprimento.

É interessante observar que ele não considerava suas atividades na criminalidade como um trabalho, dizendo que trabalhar requer a realização de um esforço para obter uma renda. Na sua visão, tratava-se de dois tipos de esforço bem diferentes, já que “trabalhando, você sua o mês todo e, no roubo, você sua de adrenalina porque você pode ser pego ou até matar uma pessoa. Você vai a primeira e dá certo e, daí, já quer ir na segunda. Vira um vício”. Apesar do risco envolvido no roubo, Gabriel afirma que é “ganhar dinheiro de forma fácil Você não se esforçou, mas pegou daquele que se esforçou”.

Na terceira semana da pesquisa, quando um novo encontro seria agendado, descobrimos que o juiz havia autorizado o desligamento de Gabriel da medida de internação e que ele já havia retornado à sua casa. Por prudência, o juiz resolveu progredir a medida para o meio aberto, no qual Gabriel deveria ser acompanhado por um técnico.

Um mês após seu desligamento, localizamos a regional onde o jovem deveria cumprir a medida de meio aberto. De acordo com a técnica de referência, ele estava bem, comparecendo aos atendimentos com disciplina e aguardando uma oportunidade de reinserção profissional.

Pedro: do trabalho no tráfico ao trabalho no tráfico

Pedro estava com 19 anos quando o entrevistamos e havia sido desligado do Centro Socioeducativo, realizando um acompanhamento pelo programa Se Liga⁵. Era o segundo filho de uma família de três irmãos, com uma irmã de 27 anos e um irmão adotivo de 10 anos. A mãe trabalhava revezando entre as atividades de auxiliar de serviços gerais e de empregada doméstica. Seu pai estava aposentado e exerceu a função de encarregado de empilhadeira. Até completar nove anos de idade, Pedro residia no mesmo terreno que a avó materna, juntamente com outros três tios e suas respectivas famílias, sendo que cada um tinha sua própria casa. Quando os pais saíam para trabalhar, ele e sua irmã ficavam sob os cuidados da avó; por isso, ele considera ter sido criado por ela.

Relatou que a família não necessitava que ele trabalhasse e auxiliasse nas despesas domésticas. No entanto, descreveu-se como uma pessoa ansiosa, dizendo que, desde muito jovem, desejava ter sua própria fonte de renda e autonomia. Além disso, considerava que o trabalho preenchia seu tempo ocioso e que, na ausência de uma atividade formal, poderia se ocupar com atividade informais, sendo algumas ilícitas.

Assim, aos 13 anos de idade, começou a trabalhar informalmente como chaveiro em parceria com um primo. Nessa época, envolveu-se com substâncias psicoativas, pois a loja era o ponto de encontro de amigos que faziam uso dessas substâncias.

Em seguida, atuou como jovem aprendiz numa empresa de transporte, mas foi dispensado por dormir durante o trabalho e não levar as atividades a sério. Foi também repositor de produtos em um pequeno mercado, mas afirmou que usava a atividade como uma fachada, já que também estava cometendo atos ilícitos e não queria ficar visado pela polícia.

Pedro trabalhou ainda por cerca de seis meses em uma empresa de *fast food* na qual exerceu atividade de atendente e treinador. Apesar de ser responsável pelo treinamento, não recebeu promoção em seu contrato e carteira de trabalho e também não teve acréscimo formal de salário.

5 Programa de adesão voluntária que tem como objetivo acompanhar jovens egressos do sistema socioeducativo.

O valor que extrapolava o salário como atendente era pago pelo gerente de maneira informal. Por isso, abriu um processo judicial contra a empresa por desvio de função e durante o cumprimento da medida socioeducativa, recebeu uma indenização, investindo o valor na compra de uma residência própria para morar com a namorada que estava grávida.

Apreendido diversas vezes pela polícia por porte e comércio de drogas, além de assaltos, Pedro cumpriu medidas socioeducativas em meio aberto, porém, devido à reincidência, foi sentenciado com uma medida de internação. Mesmo privado de liberdade, conseguiu trabalhar como zelador de uma igreja evangélica do seu bairro. Esse trabalho era para cumprir o eixo profissionalização da medida, e ele o aceitou, principalmente, para sair da unidade. Foi apenas quando se tornou auxiliar financeiro de uma empresa de transporte público que o jovem se estabilizou. Começou como agente de bordo e foi promovido para trabalhar no escritório exercendo a função de assistente financeiro, com a qual afirma se identificar. Durante o primeiro mês, passou por treinamento em vários setores da empresa, como departamento pessoal e conferência de veículos, setores que não o agradaram, pois disse ter se sentido “perdido”. Decidiu negociar com seu gestor a mudança para o setor financeiro, onde considera ter se encontrado.

Mesmo após o desligamento da medida socioeducativa, continuou realizando suas atividades laborais na empresa de transporte público. Ao comparar seu trabalho no trânsito com aquele que estava realizando no tráfego, concluiu que, neste último, estava se sentindo mais tranquilo e feliz. Após o nascimento da filha, foi morar com a namorada na casa que conseguiu comprar com o dinheiro da indenização. Avaliou o período de cumprimento de medida de internação como delicado e difícil em sua trajetória, tendo sido um divisor de águas em sua vida. Foi a partir dessa experiência que pôde se reorganizar, permitindo-se experimentar outras alternativas de geração de renda e ocupação do seu tempo.

Análise dos resultados

Ao analisar os dois casos expostos acima, observa-se que as atividades laborais fora do acautelamento estavam atreladas às necessidades financeiras, seja para ajudar à família que se encontrava em situação precária, seja para obter independência e adquirir bens de consumo.

Esses resultados não diferem de outros obtidos em estudos semelhantes. Em sua pesquisa em torno do sentido do trabalho para jovens das periferias, Martins (2014) verificou que, normalmente, estabelecem relações temporárias com suas atividades, tais como: “o trabalho se pega, se usa, se larga” (p. 90), ou seja, atrelando-as apenas a um meio de sobrevivência.

Já com relação às atividades profissionais propostas pelas medidas socioeducativas, o trabalho apareceu no nosso estudo como uma saída para aliviar a tensão causada pela situação de restrição ou privação de liberdade. A meta passa a ser “sair do alojamento” ou “ocupar a mente” para que “o tempo passe mais rápido enquanto estamos agarrados aqui”.

Para os jovens, a medida promove uma organização nas suas vidas que até então não haviam experimentado enquanto estavam “na correria do mundão”. Percebemos também que a quietude e a restrição do espaço institucional suscitam neles pensamentos incômodos. Nesse caso, “fazer algo” é importante, pois afinal, “cabeça vazia é oficina do diabo”.

É importante ressaltar que o trabalho faz parte dos requisitos desejáveis para alguém que conclui uma medida socioeducativa, portanto, se é algo “exigido pelo juiz”, é bom aderir para auxiliar no seu desligamento. Aqui também não importa a natureza da atividade e nem se irá contribuir para a construção de uma carreira profissional, uma vez que o trabalho no contexto da medida aparece, sobretudo, como fonte de renda. Enquanto está acautelado, a remuneração que o jovem recebe serve, inclusive, para ajudar aos familiares com os gastos com transporte das suas casas às

unidades de internação durante as visitas semanais. Além disso, reservam algum dinheiro para seu próprio usufruto após seu desligamento.

Assim, a atividade de trabalho aparece, em um primeiro momento, em seu caráter temporário, restrito ao tempo presente e, portanto, sem maiores conexões com o futuro. Embora haja uma variação entre as percepções, há o reconhecimento da atividade ilícita enquanto um trabalho pela sua estrutura e organização, porém, quando se considera seus atributos morais, o jovem conclui que não se trata realmente de um trabalho. Para ele, a atividade ilegal e ilícita apenas se aproxima daquilo que considera realmente como trabalho, pois “ser honesto”, ter uma “carteira assinada”, “não prejudicar alguém”, “ter o suor do dia a dia”, são os aspectos que diferenciam o “trabalhador” do “bandido”.

No entanto, os casos analisados em profundidade revelaram que, embora inicialmente arredios e desanimados com o trabalho “obrigatório” da medida, os socioeducandos podem atribuir um novo sentido às atividades que lhes são propostas. Uma vez engajados em sua realização, elas podem adquirir um novo sentido e ocupar outro lugar em suas vidas.

À guisa de conclusão

Acreditamos que a pesquisa tenha revelado a pertinência de se contemplar a formação e a inserção produtiva em um projeto socioeducativo. No entanto, pensamos que uma educação pela via do trabalho, considerando sua centralidade na vida dos indivíduos (Clot, 2010), só é possível se essa atividade perder seu caráter de barganha dentro de um processo judicial e evoluir para um sentido de emancipação e transformação da vida do jovem. Um trabalho restrito a uma exigência legal não viabiliza sua potencialidade de autoconstrução e ressignificação da existência.

Os jovens entrevistados começaram cedo em atividades laborais informais, legais ou ilegais. Alguns, pela impossibilidade de se espelhar em figuras que identificam como honestas e respeitáveis, consideradas como trabalhadoras e, em certa medida, heroicas, acabaram por ser recrutados pelos anti-heróis para o ofício de “bandido”. No entanto, ser bandido dá dinheiro “que escorre fácil” [gasta-se], além “da adrenalina na cena” [do crime].

Mas cabe ainda refletir sobre o eixo profissionalização e o lugar que ocupa no método de atendimento socioeducativo e no discurso dos operadores do sistema, uma vez que este parece ser pouco valorizado, limitando-se a ter um papel de assegurar um direito garantido pelo ECA. Não se percebe, em geral, uma preocupação em se olhar de forma mais acurada para a questão. As noções compartilhadas socialmente se repetem no âmbito institucional, onde o trabalho legal é percebido como uma solução para a violência e a saída do jovem da criminalidade. Não obstante, há que se considerar que essa atividade adquire, quase sempre, um caráter disciplinador sobre os indivíduos que se encontram fora das normatizações sociais (Foucault, 1989; Lemos, Mazilli, & Klering, 1998).

Pouco se discute sobre o papel do trabalho e sua importante contribuição na construção das identidades (Jacques, 1997; Toni, 2003), sobretudo no que se refere ao jovem autor de ato infracional (Jacobina, 2006). E mais ainda, não se reflete sobre os riscos que pode acarretar para a saúde mental quando se limita ao mero emprego da força de trabalho, voltado para atender às falácias do capitalismo que precisa qualificar mais mão de obra e disciplinar esses indivíduos “problema” (Silva Júnior & Mayorga, 2016; Kuenzer, 2002; Frigotto, 2004).

Conclui-se, ainda, que não existe uma polarização trabalhador × bandido, como em uma luta entre o bem e o mal, mas dimensões que se entrecruzam e que, às vezes, não se excluem. Ao contrário do que povoa o imaginário social, coexiste no “bandido” o mal que a sociedade de classes produziu e o bem que se vê em vários gestos desses jovens.

Referências bibliográficas

- Bendassolli, P. F. & Gondim, S. M. G. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32 (1), 131-147.
- Carvalho, V. D., Borges, L. O., & Rego, D. P. (2010). Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30 (1), 146-161.
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho* (A. Sobral, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Originalmente publicado em 1999)
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 05 de outubro). Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Faria, A. A. C., & Barros, V. A. (2011). Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia e Sociedade*, 23 (3), 536-544.
- Feffermann, M. (2006). *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Feijó, M. C., & Assis S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 157-166.
- Feltran, G. S. (2008). *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Foucault, M. (1989). *Microfísica do poder* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Frigotto, G. (2004). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In P. Vannuchi & R. Novaes. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 180-213). São Paulo: Fundação Perseu Ramos.
- Guimarães, N. A. (2004). Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil. In H. W. Abramo e P. P. Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira* (pp. 1-27). São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Perseu Abramo.
- Jacobina, O. M. P. (2006). *Adolescente em conflito com a lei: trabalho e família*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Jacobina, O. M. P., & Costa, L. F. (2007). “Para não ser bandido”: adolescentes em conflito com a lei e trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10 (2), 95-110.
- Jacques, M. G. C. (1997). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In A. Tamayo, J. E. Borges-Andrade, & W. Codo. (Orgs.). *Trabalho, organização e cultura* (vol. 1, pp. 41-49). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Kuenzer, A. Z. (2002). Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In J. C. Lombardi, D. Saviani, & J. L. Sanfelice (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação* (pp. 1-17). Campinas, SP: Autores Associados.
- Le Guillant, L. (2006). O caso de Marie L. In M. E. A. Lima (Org.). *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho* (pp. 331-348). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 16 de julho). Estatuto da criança e do adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Lei Federal n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012, 19 de janeiro). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Lemos, A. M., Mazzili, C., & Klering, L. R. (1998). Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. *Revista de Administração Contemporânea*, 2 (3), 129-149.
- Lima, M. E. A. (2002). A questão do método em Psicologia do Trabalho. In I. B. Goulart. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos* (pp. 123-132). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lukács, G. (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. (C. N. Coutinho, trad.). São Paulo: Editora Ciências Humanas. (Originalmente publicado em 1984)
- Martins, E. M. (2014). O sentido do trabalho para jovens de periferia. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Marx, K. (1974). *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. (J. C. Bruni, trad.). São Paulo: Abril Cultura. (Originalmente publicado em 1932)
- Misse, M. (2007). Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, 21 (61), 139-157.

- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, 79, 15-38.
- Rizzo C. B. S., & Chamon E. M. Q. O. (2010). O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. *Trabalho, Educação e Saúde*, 8 (3), 407-417.
- Silva Júnior, P. R. & Mayorga, C. (2016). Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicologia e Sociedade*, 28 (2), 298-308.
- Toni, M. (2003). Visões sobre o trabalho em transformação. *Sociologias*, (9), 246-286.
- Weller, W. (2006). Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, 32 (2), 241-260.
- Zione, F. (2006). Exclusão social: noção ou conceito? *Saúde e Sociedade*, 15 (3), 15-29.

Endereço para correspondência

fernandareis_psi@yahoo.com.br, antuneslima15@gmail.com

Recebido: 22/08/2018
Revisado em: 25/10/2018
Aprovado: 11/03/2019

Sofrimento psíquico e social na situação de desemprego¹

Maria Luiza Gava Schmidt², Caio Augusto Rodrigues Martins Januário³ e
Liliane Ubeda Morandi Rotoli⁴

Universidade Estadual Paulista (Assis, São Paulo, Brasil)

Esta pesquisa visou identificar fatores de sofrimento psíquico-social em desempregados. A coleta de dados foi realizada no Posto de Atendimento ao Trabalhador localizado num município do estado de São Paulo. Um Questionário Sociodemográfico e a escala para avaliação de sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados foram utilizados para coleta de dados. Dos 100 respondentes, 57% são homens e 43% são mulheres, na faixa etária de 19 a 41 anos, com tempo médio de desemprego de 11,7 meses. A escala apresentou a média dos itens que correspondem ao sofrimento psíquico igual a 3,32 (desvio padrão = 1,29), com variação entre “às vezes” e “frequentemente” para aspectos como insegurança, medo e vergonha, enquanto a média do sofrimento social foi de 1,84 (desvio padrão = 0,98), variando entre “raramente” e “às vezes” com indicadores de suporte social de familiares e amigos. Os resultados revelaram a vivência do desemprego por parte dos respondentes e apontou para a necessidade de ações da psicologia nas áreas social, de trabalho e clínica voltadas a auxiliar nos impactos provocados pelo desemprego bem como a criação de políticas públicas para diminuir o impacto da recessão.

Palavras-chave: Desemprego, Precarização do trabalho, Sofrimento psíquico e social, Psicologia social e do trabalho.

Psycho and social suffering in unemployment situations

This study aimed to identify psychic and social suffering factors in unemployed individuals. Data collection was conducted at a Center of Services to Workers located in a municipality in the state of São Paulo. A Sociodemographic Questionnaire and the instrument to assess psycho-social suffering in unemployed workers were used for data collection. Out of 100 respondents, 57% are men and 43% are women, aged between 19 and 41, with mean unemployment time of 11.7 months. The instrument presented the mean of the items that correspond to psychic suffering equal to 3.32 (standard deviation = 1.29), with variation between “sometimes” and “often” for aspects such as insecurity, fear and shame, while the mean of social suffering was 1.84 (standard deviation = 0.98), varying between “rarely” and “sometimes” with social support indicators from family members and friends. The results revealed the experience of unemployment on the part of respondents and pointed to the need for psychology actions in the social, work and clinical areas aimed at assisting the impacts caused by unemployment as well as the creation of public policies to reduce the impact of recession.

Keywords: Unemployment, Work precariousness, Psychic and social suffering, Social and work psychology.

Introdução

Nas últimas décadas, o desemprego tem sido mundialmente discutido, sendo foco de um número expressivo de estudos e publicações, talvez mais do que em qualquer outra época, pelo fato de ser um dos mais importantes aspectos da precariedade social na sociedade capitalista (Bernardo, Nogueira & Büll, 2011; Druck, 2011), com repercussões individuais e coletivas (Barros & Oliveira, 2009), associadas à perda das identidades (Druck, 2011), “não sendo possível de ser evitado nem mesmo nos países de capitalismo mais avançado” (Mészáros, 2006, p. 29).

1 Informamos que este artigo faz parte da pesquisa de Iniciação Científica de Caio Augusto Rodrigues Martins Januário, a qual recebeu Bolsa Fapesp (processo 2017/06694-5). Foi orientada pela docente Maria Luiza Gava Schmidt e a análise estatística dos dados foi auxiliada pela professora Liliane Ubeda Morandi Rotoli.

2 Docente do curso de graduação em Psicologia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho.

3 Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras.

4 Professora Substituta Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Concebido como falta ou ausência de trabalho, seguida pela busca dele, mediante a disponibilidade para trabalhar (Oliveira & Mendes, 2014), o fenômeno no Brasil tem apresentado indicadores elevados nos últimos anos. A força de trabalho brasileira é regularmente estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os indicadores, destaca-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad). A Pnad trimestral de 2017 indicou queda na taxa de desempregados no Brasil, de 13,7% para 11,8%. No primeiro trimestre de 2018, a taxa atingiu o percentual de 13,1% da força de trabalho e, no segundo trimestre, houve uma queda para 12,4%. Nas últimas pesquisas, em média, o maior percentual da população desocupada corresponde às mulheres, indivíduos com escolaridade de pelo menos o ensino médio, de cor negra (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018).

De acordo com Pochmann (2006), o desemprego no Brasil tem aumentado continuamente desde 1990, sofrendo alterações em seu perfil, passando de um fenômeno homogêneo com impactos em seguimentos específicos como mercado de trabalho – mulheres, jovens, negros e pessoas sem qualificação profissional – e se transformando num fenômeno heterogêneo, atingindo de forma generalizada praticamente todos os seguimentos sociais.

Enriquez (1999) ressaltou que, diante do fenômeno decorrente da perda de emprego, sustentava-se a tese de que a economia capitalista se comportaria melhor, entretanto, o que se observava era que a redução de empregos, devido às novas tecnologias – como por exemplo a reengenharia e técnicas de qualidade total – impactavam no crescimento global em todos os países. Nesse contexto, o autor alertou que, pelo fato de o trabalho ser elemento constitutivo do ser humano e importante para sua estruturação psíquica, a perda deste provocaria a perda da identidade, concorrendo para a degradação da personalidade (Enriquez, 1999).

Para Antunes (2004), o trabalho é concebido como um aspecto central para a sociabilização dos sujeitos. Também é compreendido como ato de produção e reprodução na relação do indivíduo com a natureza e o contexto promissor para o desenvolvimento de suas potencialidades (Navarro & Padilha, 2007). No entanto, com as novas exigências conferidas a ele, tem-se a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a instalação da precariedade do trabalho, o desemprego (composto por aqueles que seriam capazes de trabalhar e não o fazem), conforme descrito por Castel (1998). Desse modo, é denominado desempregado o indivíduo que vivencia “a falta de renda, a exclusão do mundo trabalho e que vive à margem da sociedade, por não ser reconhecido como um cidadão ativo e produtivo” (Pinheiro & Monteiro, 2007, p. 42).

O impacto do desemprego na deterioração do bem-estar psicológico dos trabalhadores, em razão da situação de desemprego, tem sido destacado por pesquisadores (Argolo & Araújo, 2004). A situação é preocupante pois “o desemprego força as pessoas, desesperadas pela falta de dinheiro e de reconhecimento social, a enfrentarem filas aviltantes para tentar uma vaga no mercado do emprego formal, mesmo que este seja alienado e estranhado” (Navarro & Padilha, 2007, p. 19). Assim, “ficar desempregado pode significar não só uma suspensão da estabilidade econômica, mas também uma exposição de cada um e de todos nós diante de si e da sociedade, colocando certezas em xeque” (Terra, Carvalho, Azevedo, Venezian & Machado, 2006, p. 50).

Essa nova questão social, marcada pelo desemprego, colabora para a emergência de três processos: a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade e o déficit de lugares, os quais produzem efeitos negativos “à identidade de todos aqueles que a tiveram forjada sobre a questão do trabalho, gerando sofrimento e, ainda, a possibilidade de autodestruição” (Werlang & Mendes, 2013, p. 750). Para Antunes (2011), essa destrutividade “se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua, parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados na informalidade ou desempregado” (p. 407).

Em razão das consequências negativas do não-trabalho, estudos apontam a emergência de sofrimento social e psíquico, os quais podem produzir repercussões à saúde mental dos indivíduos que se encontram fora do mercado de trabalho. De acordo com Werlang e Mendes (2013), o sofrimento social:

Se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite o viver (p. 743).

No que tange ao desemprego, o sofrimento social emerge do desligamento do indivíduo do social, uma vez que se encontra enfraquecido pela vivência da precarização, num estado de desfiliação social conforme denominado por Castel (1998). Druck (2011) também assevera que a perda do emprego é responsável pela emergência do sentimento de insegurança em decorrência da ruptura dos vínculos, tornando os desempregados vulneráveis mediante a condição social fragilizada.

Nessa conjuntura, o termo “sofrimento social” foi cunhado justamente para expressar uma dor que não é localizada. Como expressa Furtos (2008), “é uma dor da existência”, que emana dos sentimentos de solidão, desamparo e medo. Somado a esses, o autor atenta também para o surgimento do medo da perda ou a perda, um elemento, segundo ele, importante na análise da situação do desemprego, posto que o emprego é um objeto social concreto e sua perda gera insegurança, lembrando que a segurança é um fator fundamental de saúde mental (Furtos, 2007). Por sua vez, o medo contribui para a intensificação da submissão e do sofrimento do trabalhador (Aucher & Barnier, 2015).

Ademais, a falta de emprego é uma situação geradora “de negação, dor, ausência de reconhecimento, sentimento de relegação e de inutilidade e, ainda, um sentimento de rebaixamento, uma vez que o sofrimento introduziria um hiato importante entre a percepção de si e as normas sociais que o suportam” (Werlang & Mendes, 2013, p. 754). Diante das dificuldades de reconhecimento e pertencimento a um determinado grupo social, o indivíduo entra em estado de precariedade psíquica, sendo o sofrimento psíquico um indicador dessa mesma precariedade (Jacques, 2004). Do mesmo modo, Dejours (2003) concebe que o indivíduo desempregado, ao não conseguir trabalho, passa por um processo de dessocialização progressiva, fonte de intenso sofrimento.

Nessa direção, Figueiredo e Nascimento (2015) compreendem que sofrimento psíquico relacionado ao desemprego, decorrente de buscas frustradas por uma colocação, somado à sensação de instabilidade e insegurança, maior competitividade, individualidade e luta exasperada pela sobrevivência, é acrescido ao medo de não conseguir se inserir novamente no mercado de trabalho e perder de vez seu poder de compra, seu próprio sustento e de sua família.

De acordo com Abs e Monteiro (2010), as experiências negativas vividas por pessoas desempregadas são compostas de sofrimento e psicopatologias, pois a situação de desemprego cria consequências negativas,

Como a desestruturação de laços sociais e afetivos que restringem os direitos, tornando a insegurança socioeconômica, a redução da autoestima, o sentimento de solidão e fracasso em fardos que os indivíduos carregam, resultando em desenvolvimento de distúrbios mentais, bem como a geração de consumo ou dependência de drogas (Pinheiro & Monteiro, 2007, p. 42).

Entre os estudos que têm apontado que o desemprego pode afetar a saúde do indivíduo desempregado, a pesquisa realizada por França et al. (2017) mostrou que:

Os transtornos mentais, especialmente transtornos de humor estão associados à inatividade ou ao desemprego entre os homens e à inatividade entre as mulheres, com exceção aos transtornos devido ao uso de substâncias psicoativas que também estão associados ao desemprego em as mulheres” (p. 1).

Os autores observaram também que a busca por serviços de saúde entre os portadores de transtornos mentais é menos frequente entre os desempregados.

Dimas, Pereira e Canavarro (2013) verificaram que o desemprego de longa duração causa sintomas de depressão, e que os indivíduos de idade entre 29 e 37 anos são mais propensos a desenvolverem esses sentimentos. Isso decorre, sobretudo, porque o trabalho confere sentidos que vão além do caráter da satisfação básica e, por ocupar uma posição importante na vida do indivíduo, tem sido associado também a formas de identificação e autoestima, meio de inclusão na sociedade contemporânea.

Ademais, são apontadas como sequelas do desemprego algumas alterações no bem-estar psicológico, entre as quais se destacam: transtornos mentais leves, dificuldades de relacionamento familiar, insatisfação com a vida e degradação da autoestima. Dessa forma, o trabalhador desempregado vivencia um processo de deterioração advindo da inatividade, cuja ressignificação só poderia ser contestada com a provisão de um novo trabalho (Argolo & Araújo, 2004). Pesquisa aponta também que a capacidade de resiliência do desempregado está associada a menor sintomatologia psicopatológica, a melhor percepção de qualidade de vida, além de melhor ajustamento diádico (Dimas et al., 2013).

Para Dejours (1992), a situação expõe a identidade do trabalhador na sociedade atual, em que o trabalho é excessivamente valorizado e concebido como um dever moral. Em sua obra *A loucura do trabalho: estudo em psicopatologia do trabalho*, há uma lista de psicopatologias do trabalho, tais como: da sobrecarga, do estresse pós-traumático, do assédio moral, do suicídio e tentativas, dos vícios e drogadição e a do desemprego. Essa última, na opinião do autor, está muito ligada à questão da perda (do emprego, do salário, da atividade e do status, dos laços sociais, do sentimento de utilidade etc.). Segundo ele, os indivíduos presentes nesse quadro podem enfrentar problemas de humor (como a depressão) ou de comportamento (raiva, agressividade).

Mediante essas considerações sobre os efeitos deletérios do desemprego à saúde do indivíduo, justifica-se a realização desta pesquisa, posto que o Brasil enfrenta, neste momento, um índice significativo de pessoas desempregadas, além do alto contingente de situações precárias de trabalho relacionadas ao contexto social gerador do desemprego. Assim sendo, visou-se a identificar fatores de sofrimento psíquico-social nesse grupo de indivíduos.

Método

Tratou-se de pesquisa quantitativa, descritiva e de corte transversal. Foram analisados os dados de 100 desempregados que buscaram o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de um município localizado no interior do estado de São Paulo, no período de julho a dezembro de 2017.

Foram consideradas desempregadas as pessoas que estavam sem exercer atividade laboral com vínculo formal decorrente da demissão nos últimos três meses do momento da coleta de dados, foram incluídos também as que estavam exercendo trabalhos irregulares ou informais, e procuravam mudar essa situação no momento da pesquisa. Foram excluídos trabalhadores que estavam desempregados há menos de três meses, após terem trabalhado com carteira assinada.

Este estudo seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, definidas pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovado.

O projeto foi iniciado após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa e está registrado na Plataforma Brasil CAAE nº 66705817.4.0000.5401.

Procedimentos de coleta de dados

O contato inicial com as participantes foi realizado durante o momento de preenchimento da ficha cadastral. Aqueles dispostos a colaborar com o estudo foram informados sobre os objetivos e etapas da pesquisa, obedecendo às exigências éticas pertinentes como a privacidade, o anonimato e o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico, composto por questões fechadas, com dois blocos: variáveis sociodemográficas (idade, sexo, estado civil, escolaridade, renda familiar, número de filhos, número de pessoas que moram na residência do participante, se é provedor da família, religião); e situação de desemprego (tempo de desemprego, sentimentos e dificuldades relacionados ao desemprego e recebimento ou não de seguro-desemprego).

Na sequência, responderam a escala para avaliação de sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados (EASPSTD), desenvolvida por Veiga e Silva (2007). Essa escala é constituída por dois fatores – sofrimento psíquico e sofrimento social –, os quais foram avaliados em duas dimensões. Ela é do tipo Likert, com cinco pontos que correspondem a: nunca, raramente, às vezes, frequentemente e sempre.

O fator sofrimento psíquico é composto por oito itens, cujo conteúdo se refere às vivências internas relacionadas ao desemprego, como ansiedade, angústia, estresse, tristeza e desânimo. O sofrimento social é composto por sete itens, referentes às alterações no relacionamento familiar e à exclusão social do trabalhador desempregado. A dimensão relativa ao fator sofrimento psíquico corresponde às questões ímpares da escala (1, 3, 5, 7, 9, 11, 13 e 15), ao passo que a dimensão sofrimento social é constituída pelas questões pares da escala (2, 4, 6, 8, 10, 12 e 14).

Para a realização da coleta de dados, foram realizadas visitas ao PAT, quatro vezes por semana, com exceção em feriados e dias de atividades internas, perfazendo, no período, 57 visitas no total.

Procedimento de análise

O conteúdo dos dados foi digitado em planilha Excel e avaliado com base nos dados de natureza quantitativa, amparado nos repertórios estatísticos de variáveis, frequências, médias e desvio padrão. Por fim, foram analisados com o apoio de bibliografia pertinente e em razão dos objetivos da pesquisa.

Resultados e discussão

Do total de 100 respondentes, 57% são homens e 43% são mulheres. O tempo médio de desemprego encontrado foi de 11,7 meses. Vale destacar que o tempo de desemprego interfere diretamente na subjetividade do trabalhador e, quanto maior o tempo, maior a tendência ao acúmulo das cobranças e frustrações.

Observou-se maior concentração na faixa etária de 19 a 41 anos, sendo essa idade período característico da vida ativa das pessoas em emprego. Os dados apresentaram também características do “desemprego de reestruturação”, ou seja, o que atinge trabalhadores entre 25 e 50 anos de idade e que trabalham em setores econômicos que estão se reestruturando (Caldana & Figueiredo, 2002).

Os resultados evidenciaram o perfil etário da desocupação entre os mais jovens, convergindo com as preocupações do ponto de vista social e econômico apontadas por Simões, Alves e Silva (2016) de que “os jovens têm sido proporcionalmente mais prejudicados no contexto da atual crise, e a desocupação tem hoje um perfil etário ainda mais desfavorável aos mais jovens do que no passado” (p. 561). Em face do desemprego juvenil, o percentual da contribuição dos filhos para a formação da renda familiar também se torna um agravante, podendo causar a precarização nas famílias, conforme já observado por Borges (2006).

No que se refere ao estado civil, 53%, ou seja, um pouco mais que a metade dos participantes, são solteiros, seguidos de 34% de casados e os demais com outros vínculos, não havendo nenhum viúvo na amostra. A renda *per capita* dos respondentes ao período anterior ao desemprego variava entre um e três salários mínimos, não sendo observada nenhuma renda acima de nove salários mínimos entre os participantes.

Quanto ao número de filhos, houve bastante variação entre os respondentes, sendo que 41% não possuem filhos. Dos que possuem, a maioria possui dois filhos (correspondente a 28% na população estudada). A presente variável reflete o peso da responsabilidade social como fator que medeia o impacto do desemprego sobre a afetividade dos trabalhadores, sobretudo no que se refere à participação no orçamento familiar.

O número de pessoas que residem com o participante da pesquisa varia de uma a sete pessoas, sendo 43% das famílias de uma a três pessoas e 51% de quatro a sete. Dos 100 participantes, 52% assinalaram que não eram provedores de renda da casa e 48% pontuaram que eram. No enunciado sobre religião, a maioria dos participantes se declarou católica, com uma taxa de 48%, seguidos de 35%, que se disseram protestantes ou evangélicos. Por fim, 17% assinalaram não possuir religião. Não houve apontamentos das religiões espírita e candomblé ou outras.

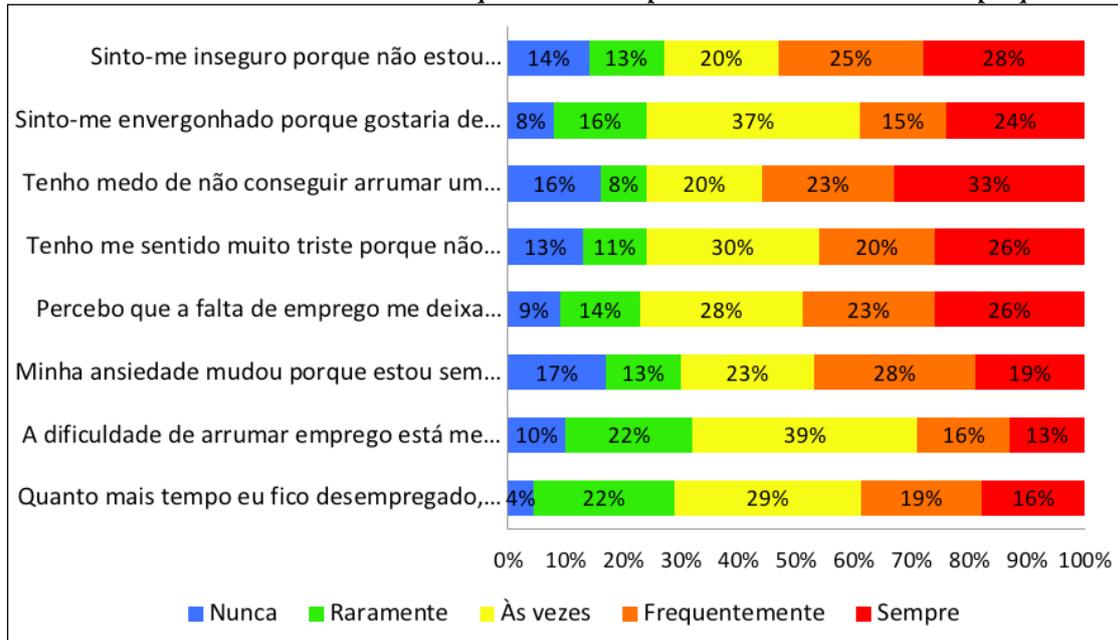
Quanto ao seguro desemprego, 41% disseram já tê-lo recebido. A maioria (46%) não recebeu e 13% estão recebendo. Um dado que chama a atenção é que algumas pessoas que estão recebendo seguro estão em busca de um emprego sem a carteira assinada, pois, assim, segundo eles, podem continuar a receber o seguro desemprego. Verificou-se que a maioria dos entrevistados possui o ensino médio completo (56%), seguidos de participantes que possuem o ensino superior, com 26%. Esses dados revelam que os indicadores de desemprego na população estudada apresentaram índices de desocupação, com tendência a ser menor entre as pessoas com baixa escolaridade, e maior entre aquelas de escolaridade intermediária e superior.

Entre as variáveis que compõem esse aspecto sociodemográfico, compreende-se que a participação no orçamento e o número de filhos, correlacionados à responsabilidade por encargos financeiros, são as que evidenciam maiores riscos ao bem-estar psicológico dos respondentes. Isso decorre, sobretudo, em razão da impossibilidade de o desempregado prover o sustento familiar, implica no comprometimento de um dos fundamentos da sua identidade individual, uma vez que há um rompimento com compromissos produtivos e reprodutivos assumidos socialmente. Nessas situações, os impactos psicossociais se evidenciam na medida em que o desempregado se sente desamparado, impotente e incapaz de saciar suas necessidades sociais e de seus dependentes.

Na EASPSTD, foram analisadas a frequência, média e o desvio padrão (DP) do sofrimento psíquico e social. Os resultados apresentaram a média dos itens que correspondem ao sofrimento psíquico igual a 3,32 (DP = 1,29), com variação entre “às vezes” e “frequentemente”, enquanto a média do sofrimento social foi de 1,84 (DP = 0,98), variando entre “raramente” e “às vezes”.

Com relação aos itens referentes ao fator sofrimento psíquico, da EASPSTD, pode-se observar a maior frequência nas respostas “sempre” nos enunciados: “sinto-me envergonhado porque gostaria de poder ajudar nas despesas de casa”; “tenho me sentido muito triste porque não estou trabalhando”; “percebo que a falta de emprego me deixa estressado”, com destaque para o temor em não conseguir arrumar outro emprego, conforme dados do Gráfico 1.

Gráfico 1: Demonstrativo da frequência de respostas do fator sofrimento psíquico



Os resultados das frequências de respostas dos enunciados da dimensão sofrimento social confirmam a concepção de Dejours (2003) de que a preocupação da maioria das pessoas com a situação do desemprego é a miséria, daí a origem do medo. A situação relativa ao medo de não conseguir arrumar trabalho se torna atemorizante, uma vez que o mercado é volátil.

Histórias de desemprego de longa duração e de situações em que o trabalhador não consegue mais voltar para o mercado formal se repetem. E mais, aquele que consegue voltar ao mercado formal tem até mais medo, porque já conhece as consequências do desemprego (Castelhana, 2005, p. 17).

Para Dejours (1992), o desemprego possui uma imagem de negatividade na sociedade e, segundo ele, essa situação expõe a identidade do trabalhador em uma atualidade em que o trabalho é excessivamente valorizado e concebido como um dever moral. “O medo e a angústia agravam o sofrimento mental. À medida que diminui a segurança no emprego, o medo abre uma porta para o sofrimento” (Castelhana, 2005, p. 15).

Sentir-se envergonhado na situação de desemprego foi um dos enunciados também mais apontados. Isso revela a ideologia defensiva da vergonha, a qual resulta da ansiedade dirigida não contra uma angústia proveniente de conflitos intrapsíquicos de natureza mental e, sim, de ter que lutar contra um perigo e um risco reais (Dejours, 1992).

Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) definem as estratégias defensivas como mecanismos pelos quais o trabalhador busca modificar, transformar e minimizar a percepção da realidade que o faz sofrer. Os autores concebem que há diferença entre um mecanismo de defesa individual e um coletivo, sendo que no primeiro permanece sem a presença física do objeto, que se encontra interiorizado. Já o segundo depende da presença de condições externas e se sustenta no consenso de um grupo específico de trabalhadores.

Oliveira e Mendes (2014), estudando estratégias defensivas em desempregados, observaram que essas aparecem mais relacionadas “às defesas de adaptação, no qual o sujeito nega seu sofrimento, adaptando-se a ele” (p. 397). Mendes (2007) associou essa defesa de negação à interiorização e naturalização das vivências de sofrimento produzidas em comportamentos de desconfiança, isolamento e individualismo.

Evidenciam-se, nas respostas dessa dimensão, os principais danos psicossociais relacionados à situação de não trabalho, dentre os quais: estresse, ansiedade insegurança e medo. Pinheiro e Monteiro (2007), refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental, destacam quatro fases de possível evolução embasados nas propostas de Lira e Weinstein (1985), citados por Seligmann-Silva (1994):

Fase 1: Reação do indivíduo que busca soluções para seu desemprego mas já demonstra alguns sintomas, como mudança de humor e insônia.

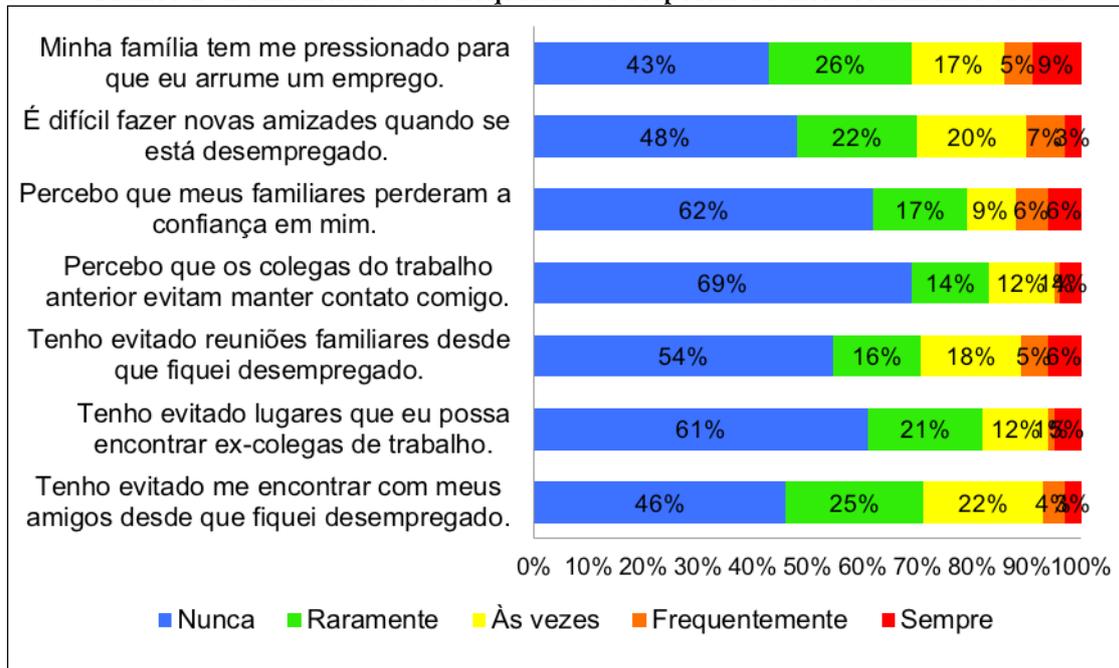
Fase 2: Esta fase caracteriza-se pela transição, na qual presencia-se desânimo, tristeza e o início de um processo de isolamento.

Fase 3: A adaptação patológica frente à situação é a terceira fase, sendo que pode ocorrer o alcoolismo.

Fase 4: Caracterizada pelo embotamento afetivo e a deterioração da autoimagem, acentuando o desalento.

Na dimensão da escala referente ao sofrimento social, as frequências pontuadas pelos participantes revelam que os respondentes apresentam poucos problemas familiares e poucas dificuldades na rede de contatos em decorrência do desemprego (Gráfico 2).

Gráfico 2: Demonstrativo da frequência de respostas do fator sofrimento social



Os dados da dimensão sofrimento social denotam que o apoio social percebido na situação de desemprego apresentou frequências positivas em suas formas básicas: apoio material da família e apoio emocional da família e dos amigos. A nosso ver, compartilhar o sofrimento com demais pessoas que passam pela mesma vivência torna-se uma estratégia de ação importante para criação e fortalecimento de laços e redes em que os sujeitos possam ter apoio e suporte social. Uma pesquisa sobre as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para enfrentar o desemprego revelou que “as estratégias de sobrevivência e de reinserção profissional estão baseadas na ativação das redes de amigos e de familiares” (Bendassolli, Coelho-Lima, Carlotto, Nüssle, & Ferreira, 2015, p. 348).

Dejours (1992), em seus estudos sobre a psicodinâmica do trabalho, mostrou como as relações interpessoais interferem na motivação em exercer a atividade laboral e também na saúde do trabalhador.

De acordo com Fonseca e Moura (2008), o apoio social também permite o compartilhamento de emoções e sentimentos com familiares, amigos ou grupos que ofereçam um apoio afetivo, emocional. Ainda, segundo esses autores, o apoio social influencia de forma significativa a saúde do trabalhador e, quando há apoio social suficiente, ocorre certa “absorção” de parte dos efeitos adversos do ambiente, o que, conseqüentemente, pode vir a minimizar o desencadeamento de patologias (Fonseca & Moura, 2008).

Com base nos resultados, podemos observar, nesta pesquisa, que o desemprego provoca conseqüências psicológicas nos desempregados, conforme resultados da dimensão sofrimento psíquico. Porém, ao observarmos os da dimensão sofrimento social, as frequências do impacto foram menos expressivas. A nosso ver, isso pode estar associado ao perfil sociodemográfico dos respondentes (faixa etária de 19 a 41 anos), média do tempo em que se encontram desempregados (11,7 meses) somada à possibilidade de suporte social entre amigos e familiares, sendo possíveis fatores protetivos para amenizar as conseqüências sociais do desemprego nesse grupo estudado.

Em face às condições de (des)proteção social (Cardoso Junior, 2015) causadas pelo desemprego, “uma das áreas-chave em termos de políticas públicas para proteger a saúde mental passa por evitar o sobre-endividamento e assegurar aos afetados por este problema uma rápida ajuda que lhes permita regressar a uma vida digna” (Antunes, 2015, p. 274). O autor considera também que “os investimentos em políticas públicas de emprego diminuem o impacto da recessão na saúde mental das populações amortecendo as suas conseqüências negativas e diminuindo os riscos de suicídio” (p. 267).

Seligmann-Silva (2015) também ressalta a necessidade emergente da criação de políticas públicas e iniciativas da sociedade como forma de enfrentamento dos males causados pelo desemprego na subjetividade e saúde. E, como bem pontuado pela autora, tais ações, logicamente, devem ser somadas à criação de empregos e outras formas de geração de renda em prol do fortalecimento dos pertencimentos. Isso se faz necessário, posto que, diante dessas situações, o trabalhador passa a vivenciar “mais sofrimento patogênico em detrimento do sofrimento criativo, sendo o primeiro relacionado à desvalorização, inutilidade e improdutividade” (Oliveira & Mendes, 2014, p. 389).

Nos resultados desta pesquisa, os participantes revelaram apresentar poucos problemas familiares ou ter poucas dificuldades na rede de contatos. O apoio social percebido na situação de desemprego apresentou frequências positivas nas formas básicas de apoio social: apoio material da família, apoio emocional da família e dos amigos.

Notadamente, diante do desmonte do sistema de proteção social acarretada pelo desemprego, faz-se mister ações voltadas à mobilização coletiva de luta pelo emprego visando contribuir para minimizar o sofrimento vivenciado pelos desempregados. Barros e Mendes (2003) asseguram que a coesão entre eles e os relacionamentos satisfatórios atuam como estratégias para manutenção do equilíbrio psíquico perante as adversidades da situação do desemprego. Segundo os autores, as estratégias individuais e coletivas utilizadas parecem servir para evitarem o adoecimento e se manterem sadios.

Goulart (2003), em pesquisa realizada junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), verificou que as articulações psicossociais no engajamento do movimento social era uma das possibilidades de superar o desemprego, bem como amenizar o medo diante dessa situação.

Esta pesquisa permitiu compreender a ligação entre o desemprego e o impacto na saúde mental dos trabalhadores desempregados, além de evidenciar que o cenário se configurou numa questão psicossocial, no qual a:

Psicologia é convocada a compor a rede de forças de combate ao desemprego, trazendo uma visão psicossocial do desemprego, analisando seus impactos nas pessoas e nas relações intersubjetivas e propondo estratégias, a partir do seu cabedal construído de teorias e técnicas (Ribeiro, 2009, p. 343).

Sato (2013) reconhece haver nesse cenário um espaço para atuações da Psicologia Social, com seus aportes teóricos e métodos que possibilitam dar visibilidade à realidade. Nesse panorama, a Psicologia do Trabalho também necessita se preocupar com a situação do desemprego em decorrência do sofrimento psíquico e social, devendo atuar em intervenções voltadas para elaboração de atividades relacionadas ao investimento na formação profissional dos trabalhadores, enquanto atividades educativas, como uma estratégia de promoção da saúde. Estudos têm mostrado resultados que evidenciaram diferenças significativas no que concerne à auto percepção de saúde mental dos trabalhadores em virtude da sua frequência em programas de formação profissional, indicando melhor situação entre os que frequentam cursos, sejam homens ou mulheres, sejam empregados ou desempregados (Oliveira, Pinto & Barros, 2014).

Por sua vez, as atuações na área da Psicologia Clínica poderão operar criando espaços de escuta e acolhimento, de modo a nortear, orientar e fortalecer as estratégias de defesa psicológicas dos desempregados para o enfrentamento dessa fase difícil em suas vidas. Nessa linha de pensamento, concorda-se com Abs e Monteiro (2010) que:

As práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo de que antes de sanar o patológico, o terapêutico tem de abrir possibilidade à criatividade em ruptura a toda a serialização vigente, sendo o terapêutico, comprometido com certa plasticidade inerente à vida, acompanhando-a e cuidando dela em sua constante instabilidade (p. 426).

Além disto, vale ressaltar que:

O aumento do desemprego está associado a um aumento das taxas de suicídio. Os grupos mais vulneráveis são particularmente afetados em épocas de crise econômica. Os efeitos das crises econômicas podem ser mitigados. Investimentos em políticas ativas de emprego diminuem o impacto da recessão na saúde mental das populações amortecendo as suas consequências negativas e diminuindo o suicídio (Antunes, 2015, p. 267).

Conforme descrito por Schmidt (2004), “talvez a psicoterapia possa ocupar, como uma referência entre outras possíveis, esse espaço de separação e recolhimento, esse lugar de repouso e suporte, num momento de perigo e risco para uma clientela que se encontra desalojada” (p. 9). Assim sendo, concorda-se com Antunes (2015) que sistemas fortes de proteção social tornam as sociedades mais aptas a resistir às adversidades.

Por fim, os resultados desta pesquisa reafirmam as ponderações de que o fenômeno do desemprego:

Pressiona a Psicologia a rever suas bases teóricas e metodológicas, levando-a a se aproximar de pressupostos que integrem os elementos históricos, sociais e culturais no modo de compreender e investigar a experiência humana. Isso ocorre na medida em que a vivência do desemprego por parte dos trabalhadores concatena, inalienavelmente, dimensões objetivas e subjetivas (Coelho-Lima, Costa & Bendassolli, 2013, p. 1295).

Mediante o exposto e como já observado por Sato e Schmidt (2004), conclui-se que a psicologia tem muitas contribuições para auxiliar no enfrentamento dos impactos produzidos pelo desemprego, o que será possível mediante uma profícua articulação entre a prática da psicologia clínica (pautada no suporte psicoterápico) e as intervenções provenientes da Psicologia Social e do Trabalho.

Conclusões

Os resultados obtidos permitiram confirmar que o desemprego pode gerar uma desorganização e desagregação na identidade construída pelo indivíduo, trazendo consequências à sua saúde mental e às relações sociais que dele decorrem convergindo com os resultados de outros estudos anteriormente elencados.

Após a análise de todos os dados obtidos, chegou-se à conclusão de que o fator psíquico é mais afetado pelo desemprego. Sentimentos de vergonha, incapacidade, tornar-se dependente de alguém ou de uma ajuda foram as principais consequências geradas pelo desemprego entre os participantes deste estudo. Ao analisar os dados, foi possível concluir que o fator social é afetado de forma mais branda, já que em situação de desemprego, a família e os amigos ajudam e servem de apoio e motivação para o indivíduo desempregado ir em busca de um novo trabalho.

Embora o estudo tenha tido como limitação o pequeno número de participantes e a falta de associações entre variáveis, o que certamente traria mais informações sobre o tema, a análise dos resultados das dimensões da escala evidenciaram que, no grupo estudado, o fator psíquico é mais afetado pelo desemprego, em função dos enunciados mais pontuados como sentimentos de vergonha, incapacidade e medo. No que tange o fator social, os dados são menos expressivos, estando por sua vez, associados ao apoio familiar e de amigos.

Outra limitação observada diz respeito ao instrumento utilizado, pelo fato dos enunciados da escala na “dimensão social” incluírem apenas as relações sociais próximas (família, amigos) e não as condições macro e mesossociais, que produzem o desemprego. Desse modo, os resultados não permitiram fazer uma análise dialética, uma vez que o sofrimento social tem relação com a estrutura social, sendo o sofrimento psíquico consequência do sofrimento social (no sentido amplo).

Com os resultados desta pesquisa na devolutiva ao responsável pelo PAT, apresentaremos como contribuições estratégias de políticas públicas para o enfrentamento da situação de desemprego na região estudada, além da formação de grupos com os desempregados a serem oferecidos nas dependências do próprio PAT, a fim de criar propostas conjuntas para o enfrentamento do desemprego.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela Bolsa de Iniciação Científica concedida a Caio Augusto Rodrigues Martins Januário, processo nº 2017/0669475.

Referências

- Abs, D. & Monteiro, J. K. (2010). Práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 15 (2), 419-426.
- Antunes, J. A. P. J. (2015). Crise econômica, saúde e doença. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 16 (2), 267-277.
- Antunes, R. (2004). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, (107), 405-419.
- Argolo, J. C. T. & Araújo, M. A. D. (2004). O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. *Revista de Administração Contemporânea*, 8 (4), 161-182.
- Aucher, L. & Barnier, F. (2015, May 22). L'entreprise de dépossession: entretien avec Danièle Linhart. *La Vie des Idées*. Recuperado em 20 fevereiro de 2019, de <http://www.laviedesidees.fr/Lentreprise-de-depossession-3054.html>.

- Barros, C. A. & Oliveira, T. L. (2009). Saúde mental de trabalhadores desempregados. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 9 (1), 86-107.
- Barros, P. C. R. & Mendes, A. M. B. (2003). Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *Psico-USF*, 8 (1), 63-70.
- Bendassolli, P. F., Coelho-Lima, F., Carlotto, M. S., Nüssle, F. S., & Ferreira, I. M. (2015). Estratégias utilizadas pelos trabalhadores para enfrentar o desemprego. *Revista Colombiana de Psicología*, 24 (2), 347-362.
- Bernardo, M. H., Nogueira, F. R. C., & Büll, S. (2011). Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63 (spe), 83-93.
- Borges, A. (2006). Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23 (2), 205-222.
- Caldana, A. C. F. & Figueiredo, M. A. C. (2002). Desemprego e subjetividade: estratégias de inclusão social e sobrevivência. *Paidéia*, 12 (22), 19-26.
- Cardoso Junior, J. C. (2015). Trabalho, proteção social e desenvolvimento. *Estudos Avançados*, 29 (85), 87-103.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castelhano, L. M. (2005). O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 17 (1), 14-20.
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Bendassolli, P. (2013). A produção científica da psicologia brasileira acerca do desemprego. *Universitas Psychologica*, 12 (4), 1283-1299.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo em psicopatologia do trabalho* (5a ed.). São Paulo: Cortez e Oboré. (Trabalho original publicado em 1987)
- Dejours, C. (2003). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dimas, I. M., Pereira, M. D., & Canavarro, M. C. (2013). Ajustamento psicossocial, ajustamento diádico e resiliência no contexto de desemprego. *Análise Psicológica*, 31 (1), 3-16.
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, 24 (spe1), 37-57.
- Enriquez, E. (1999). Perda do trabalho, perda da identidade. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 5 (9), 53-73.
- Figueiredo, V. C. N. & Nascimento, B. R. (2015). Sofrimento psíquico-social de mulheres desempregadas no contexto de trabalho precarizado. *Estudos do Trabalho*, 8 (15). Recuperado em 20 fevereiro de 2019, de: <http://www.estudosdotrabalho.org/RRET%2015%2003.pdf>.
- Fonseca, I. S. S. & Moura, S. B. (2008). Apoio social, saúde e trabalho: uma breve revisão. *Psicologia para América Latina*, (15). Recuperado em 20 fevereiro de 2019, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400012.
- França, M. H., Barreto, S. M., Pereira, F. G., Andrade, L. H. S. G., Paiva, M. C. A. & Viana, M. C. (2017). Mental disorders and employment status in the São Paulo Metropolitan Area, Brazil: gender differences and use of health services. *Cadernos de Saúde Pública*, 33 (9), e00154116.
- Furtos, J. (2007). Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origine sociale. *Mental'Idées*, (11), 24-33.
- Furtos, J. (2008). *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Paris: Elsevier Masson.
- Goulart, P. M. (2003). Sem medo do desemprego: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados. *Psicologia e Sociedade*, 15 (1), 137-160.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (c2018). *Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua*. Brasília, DF: Autor. Recuperado em 20 fevereiro de 2019, de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>.
- Jacques, P. (2004). Souffrance psychique et souffrance sociale. *Pensée Plurielle*, 2 (8), 21-29.
- Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In A. M. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa* (pp. 29-48). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mészáros, I. (2006). Desemprego e precarização: um grande desafio para esquerda. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (Vol. 1, pp. 27-44). São Paulo: Boitempo.

- Navarro, V. L. & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*, 19 (spe.), 14-20.
- Oliveira, J. E. V., Pinto, J. F. V. C., & Barros, R. M. A. (2014). A formação profissional e a percepção de saúde mental dos trabalhadores: estudo comparativo em situação de (des)emprego. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 39 (129), 111-118.
- Oliveira, J. N. & Mendes, A. M. (2014). Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da psicodinâmica do trabalho. *Temas em Psicologia*, 22 (2), 389-399.
- Pinheiro, L. R. S. & Monteiro, J. K. (2007). Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10 (2), 35-45.
- Pochmann, M. (2006). Desempregados do Brasil. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (pp. 59-73). São Paulo: Boitempo.
- Ribeiro, M. A. (2009). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. *Psicologia Política*, 9 (18), 331-346.
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16 (spe1), 99-110.
- Sato, L. & Schmidt, M. L. S. (2004). Psicologia do trabalho e psicologia clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), 365-371.
- Schmidt, M. L. S. (2004). Clínica psicológica, trabalho e desemprego: considerações teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 7, 1-10.
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Destaque mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez.
- Seligmann-Silva, E. (2015). Desemprego e desgaste mental: desafio às políticas públicas e aos sindicatos. *Revista Ciências do Trabalho*, 4(4), 89-109.
- Simões, P. H. C., Alves, J. E. D., & Silva, P. L. N. (2016). Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33 (3), 541-566.
- Terra, C. P., Carvalho, J. A. S., Azevedo, J. E. A., Venezian, L. A., & Machado, S. B. (2006). Desemprego: discurso e silenciamento: um estudo com clientes de um serviço de aconselhamento psicológico. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9 (1), 33-51.
- Veiga, H. M. S. & Silva, N. I. A. (2007). Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. *Avaliação Psicológica*, 6 (1), 13-20.
- Werlang, R. & Mendes, J. M. R. (2013). Sofrimento social. *Serviço Social e Sociedade*, (116), 743-768.

Endereço para correspondência

mlschmidt@uol.com.br, caiojanuario29@gmail.com,
lilianemorandi@yahoo.com.br

Submetido em: 14/10/2018

Revisado em: 14/02/2019

Aprovado em: 11/03/2019

Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana

Maria Chalfin Coutinho^I, Geruza Tavares D'Avila^{II},
Tielly Rosado Maders^I e Marcelo Morais^I

^IUniversidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil),

^{II}Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil)

Em um contexto de mudanças na legislação, com ampliação de direitos no trabalho doméstico, foi desenvolvida uma pesquisa para investigar as práticas e os sentidos produzidos no cotidiano de trabalhadoras domésticas. A pesquisa foi realizada em duas regiões metropolitanas brasileiras: Grande Florianópolis e Baixada Fluminense. A partir dos chamados métodos biográficos, foram entrevistadas 27 trabalhadoras domésticas, mensalistas e diaristas, tendo como instrumentos complementares fotografias e agenda colorida. A análise resultou na identificação de três núcleos de significação: 1) trajetórias educacionais e laborais, 2) vivências no trabalho e 3) gestão da vida cotidiana e trabalho. As trajetórias revelam entrada precoce na vida laboral e baixa escolaridade como fatores que contribuíram para que exercessem o trabalho doméstico remunerado. As vivências foram permeadas por ambiguidades afetivas nas relações com contratantes e familiares, particularmente para as mensalistas. A gestão do cotidiano revela peculiaridades do trabalho de diaristas e mensalistas e capacidade de negociação com uso de astúcias e saberes tácitos. A análise evidencia a articulação entre ambiguidades afetivas e demandas imperativas num cotidiano de trabalho intenso, íntimo e com traços de herança escravagista.

Palavras-chave: Trabalho doméstico, Cotidiano, Emoção, Trajetórias, Vivências.

Domestic workers: trajectories, experiences and everyday life

In a context of changes in legislation and with expansion of rights in domestic service, it was made a research to investigate the practices and the meanings produced in the daily lives of domestic workers. The investigation occurred in two Brazilian metropolitan regions: Grande Florianópolis and Baixada Fluminense. Based on biographic methods, 27 domestic workers (housemaids and cleaners) were interviewed, with use of photographs and colorful schedule. In the analysis, three meaning cores were identified: educational and work trajectories, labor experiences and management of daily life and work. The trajectories reveal early entry into working life and low education level as factors that reinforced to perform paid domestic work. The experiences were constituted by emotional ambiguities in relations with employers and families, particularly for the housemaids. The management of daily life reveals peculiarities of housemaids and cleaners work and ability to negotiate with cunning and tacit knowledge. The analysis stresses the articulation between emotional ambiguities and imperative demands in an intense, intimate everyday work life marked by traces of slave heritage.

Keywords: Domestic labor, Everyday life, Emotion, Trajectories, Experiences.

Introdução

Estudos sobre os serviços domésticos revelam o quanto persistem desigualdades de gênero, raça e classe quando se analisa a vida cotidiana das trabalhadoras domésticas, categoria predominantemente feminina¹. Em 2015, a população ocupada em serviço doméstico no Brasil correspondia a 6.275.592 pessoas, sendo 5.755.600 mulheres e, destas, 3.747.311 negras (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada [IPEA], 2017). Para Melo e Thomé (2018, p. 174), as mulheres negras não foram contempladas da mesma forma que as brancas no que se refere às leis vagarosamente concedidas pelo Estado brasileiro, isto é, o racismo perdura na sociedades brasileira contemporânea e continua delineando as relações sociais e o mercado de trabalho.

1 Adotaremos ao longo do texto o termo "trabalhadoras domésticas" para nos referirmos às participantes da pesquisa, ainda que um trabalhador do sexo masculino tenha participado da presente investigação, como será mencionado oportunamente.

Com a tramitação e sequente aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 72 (2013), a chamada PEC das Domésticas, em abril de 2013, a temática do serviço doméstico foi alvo de extenso debate no Brasil. Por meio dessa PEC e de legislação complementar posterior, a categoria das domésticas, frequentemente invisibilizada, adquiriu direitos trabalhistas equiparáveis aos de outras categorias de trabalhadores. Nesse contexto, desenvolvemos uma pesquisa² com o objetivo de investigar as práticas e os sentidos produzidos no cotidiano de trabalhadoras domésticas. O foco da pesquisa foram trabalhadoras domésticas, mensalistas e diaristas, residentes em dois campos: Grande Florianópolis (GF) e Baixada Fluminense (BF)³. Quando se analisa o trabalho de mulheres atuantes no serviço doméstico, evidencia-se o quanto as relações com os contratantes e seus familiares pautam suas atividades laborais e as negociações cotidianas. Para Brites e Picanço (2014), as relações entre patroas e empregadas são marcadas pela “ambiguidade afetiva”⁴, em especial quando o trabalho doméstico envolve o cuidado de crianças. O foco nos afetos ou emoções que atravessam o cotidiano do serviço doméstico possibilita complexificar as análises para além dos indicadores contextuais dessa atividade.

Para situar a complexidade da temática proposta, iniciamos o presente texto com uma breve revisão sobre trabalho doméstico remunerado: suas origens e o contexto brasileiro e, em seguida, apontamos as ambiguidades afetivas que atravessam a vida cotidiana das trabalhadoras domésticas. A seguir apresentamos o percurso metodológico da pesquisa e, após, seus resultados, iniciando com uma breve caracterização das participantes seguida dos três núcleos de análise: trajetórias educacionais e laborais; vivências no trabalho; e gestão da vida cotidiana e trabalho. Por fim, tecemos algumas considerações para destacar as racionalidades e as emoções presentes no cotidiano do trabalho doméstico.

Trabalho doméstico no Brasil: origens, contexto e ambiguidades afetivas

A compreensão do trabalho doméstico no Brasil requer a consideração das articulações entre as categorias trabalho e gênero desde uma perspectiva histórica, em especial no que diz respeito às desigualdades sociais entre homens e mulheres. Ao investigar a inserção ocupacional de homens e mulheres em diferentes países no contexto do “capitalismo patriarcal” ou de uma sociedade na qual os homens dominam e oprimem as mulheres, Hirata (2018) conclui que:

a posição das mulheres e dos homens na hierarquia social, em termos de repartição do trabalho doméstico, de hierarquia profissional ou de representação política não é a mesma nas sociedades contemporâneas. O paradoxo dessa desigualdade persiste, a despeito do fato de que as mulheres têm níveis de educação superiores aos dos homens, em quase todos os níveis de escolaridade e em praticamente todos os países industrializados (Hirata, 2018, pp. 18-19).

A persistência dessas desigualdades ao longo do tempo pode ser compreendida a partir do conceito de divisão sexual do trabalho. De acordo com Kergoat (2009) essa divisão “decorre das

2 Trata-se da pesquisa “Práticas e produção de sentidos no cotidiano de trabalho”, contemplada pela chamada Universal 14/2013 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com auxílio financeiro e bolsas de pesquisa.

3 A GF é considerada Região Metropolitana (RM) do estado de Santa Catarina desde 2010 e inclui 9 municípios, somando 7.465,7 km² e representando 14% da população estadual (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], ; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] & Fundação João Pinheiro [FJP], 2017). Já o polissêmico termo Baixada Fluminense (BF) corresponde a RM do estado do Rio de Janeiro e inclui 13 municípios (Rocha, 2013). A partir de dados do último Censo, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro ([Sebrae/RJ], 2015) informa que a região da BF tem área total de 2.807 km², a qual apresenta a maior densidade demográfica do estado, representando em torno de 23% da população total.

4 Tal conceito é apresentado por Brites (2007) a partir do trabalho de Donna Goldstein.

relações sociais de sexo”, “é historicamente adaptada a cada sociedade” e “tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)” (p. 67). Assim, na visão da autora, as práticas decorrentes da divisão sexual do trabalho resultam de relações sociais e, portanto, não são imutáveis, mas a permanência dos princípios implica práticas diferenciadas para homens e mulheres, sendo as executadas pelos primeiros mais valorizadas do que as das mulheres. Decorre daí que, apesar da “significativa ampliação da presença feminina no trabalho remunerado, as construções hierárquicas das relações entre os sexos permanecem e ainda se expressam por meio da divisão sexual do trabalho na esfera profissional e doméstica” (Tosta, 2016, p. 18).

A valorização desigual do trabalho de homens e mulheres implica, de acordo com Tosta (2016), pensar para além do trabalho produtivo assalariado, ou seja, requer analisar o trabalho reprodutivo. Para a autora, “a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo torna-se fundamental para compreender as relações de trabalho como um todo” (Tosta, 2016, p. 21). Historicamente coube às mulheres o exercício das atividades de reprodução da vida, seja no cuidado de suas próprias famílias ou das de outros. Essas atividades constituem o trabalho doméstico, o qual, de acordo com Fougereyrollas-Schwebel (2009) é executado gratuitamente, geralmente por mulheres no ambiente doméstico e pode ser definido “como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família” (p. 257).

Ancorada em indicadores sociais de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tosta (2016) observa que a realização dos afazeres domésticos por mulheres, em sua maioria com uma jornada semanal de mais que o dobro da dos homens, somada ao tempo de trabalho remunerado, resulta em “uma jornada feminina semanal total de 56,4 horas, superior em quase cinco horas à jornada masculina” (p. 23). Assim, na ausência de políticas públicas ou de mudanças na organização produtiva para facilitar a conciliação entre trabalho remunerado e os afazeres domésticos, as mulheres acabam por delegar essa tarefa a outras mulheres, de sua própria família ou contratadas. Nesse último caso, temos a constituição do emprego doméstico ou prestação de serviços domésticos remunerados.

Na América Latina a prestação de serviços domésticos para outras famílias tem origem na escravidão, situação na qual as escravas eram obrigadas a realizar os afazeres domésticos na casa de seus senhores, caracterizando, de acordo com Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), uma relação de troca (serviços por moradia e alimentação), embora não fossem remuneradas pelo trabalho. Com a abolição da escravatura, o trabalho doméstico se tornou a principal forma de ocupação remunerada para as ex-escravas e passou a se configurar como um serviço doméstico. Ainda que a relação entre as trabalhadoras e os contratantes possa ter se modificado ao longo do tempo, Soratto (2006) enfatiza o quanto a herança escravista fortalece a condição servil das trabalhadoras domésticas, pois a natureza da atividade, reforçada em função do contexto privado em que acontece, implica a disponibilidade permanente para resolver as vontades e emergências não só de uma pessoa, mas de famílias inteiras com seus próprios ritmos, valores e hábitos.

O serviço doméstico é uma ocupação tradicional de mulheres negras de baixa renda e até o ano de 2010 foi a principal ocupação feminina no Brasil, sendo ainda a atividade remunerada de mais de 14% das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, como apontam Melo e Thomé (2018)⁵. Apesar disso, somente após a aprovação da PEC 72/13 e de sua regulamentação pela Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015, as trabalhadoras domésticas adquiriram direitos equiparáveis a outras categorias de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁶. Entre os direitos

5 As autoras se ancoram em dados do CENSO de 2010 e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2015, realizadas pelo IBGE.

6 Foge ao escopo deste texto discutir as modificações significativas na legislação trabalhista brasileira com a aprovação, em julho de 2017, da chamada Reforma Trabalhista (Lei Federal nº 13.467, de 13 de julho de 2017) e seus impactos no mercado de trabalho.

incorporados estão: recolhimento obrigatório do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); seguro-desemprego; regulação da jornada de trabalho; salário não inferior ao mínimo nacional; fixação da jornada em 44 horas semanais, com limitação e pagamento de adicional por hora-extra de trabalho noturno; auxílio-creche e pré-escola; 13º salário; multa por demissão sem justa causa; vale-transporte; seguro para acidente de trabalho; entre outros.

Pesquisa realizada pelo IPEA (2017), a partir de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 1995 a 2015, aponta para o aumento da formalização do serviço doméstico: o contingente de trabalhadoras com carteira assinada passou de 17,8% em 1995 para 30,4% em 2015. Além disso, o estudo apontou diferenças consideráveis entre as diferentes regiões do Brasil. As regiões Sul e Sudeste, campos dessa investigação, apresentam o maior índice de trabalhadoras formais. A taxa é de 35% de trabalhadoras registradas, índice superior quando comparado às regiões Norte e Nordeste, que contemplam apenas 20% das trabalhadoras (IPEA, 2017). Outra tendência levantada foi o crescimento do número de trabalhadoras domésticas “diaristas”, isto é, aquelas que atuam em mais de um domicílio e sem vínculo formal de trabalho. Em 1995, elas abrangiam 18,3% da categoria e, dez anos depois, em 2015, a taxa atingiu 31,7%. Trata-se, como aponta Costa (2017), de um movimento de diarização do trabalho doméstico remunerado no Brasil nos últimos anos.

Quando se analisa a inserção de mulheres nos serviços domésticos, há que se considerar o *locus* no qual exercem suas atividades remuneradas atualmente: residências de famílias de extratos médios e altos da população. Para realização do trabalho doméstico nessas residências, Melo e Thomé (2018) estimam que “no interior de cerca de 10 milhões de famílias brasileiras (cerca de 15% das famílias), há sempre uma mulher não integrante da família que realiza tais tarefas” (p. 127). Ao adentrarem o ambiente privado das famílias a quem prestam serviço, as trabalhadoras domésticas defrontam-se com um espaço marcado pelo jogo de interações entre sujeitos provenientes de lugares sociais distintos, “em ambiente desprovido de fronteiras profissionais, onde patroa e empregada são simultaneamente enredadas no jogo de conflitos de gênero e de classe” (Preuss, 1997, p. 54). Ao analisar as relações entre empregadas e empregadoras, Vidal (2012) as caracteriza como uma “amizade entre desiguais” em uma relação marcada pelo paternalismo e pelas trocas afetivas, mesmo que as trabalhadoras ocupem um lugar mais difícil nessas trocas.

Girard-Nunes e Silva (2013) apontam para a relação de confiança que se faz presente até mesmo quando da contratação do serviço doméstico. Para os autores:

a confiança traduz-se na redução dos riscos decorrentes do estabelecimento de uma relação que tanto empregador como empregada percebem ser mais complexa do que a simples venda de serviços, pois implica na convivência em um ambiente perpassado por relações íntimas (Girard-Nunes & Silva, 2013, p. 598).

Na leitura de Brites (2007), as relações estabelecidas no exercício do serviço doméstico são marcadas por ambiguidades entre as patroas e seus familiares e as trabalhadoras domésticas. Tais relações abarcam uma carga afetiva para além da racionalidade que rege contratos formalizados, sobretudo, por serem construídas por meio de laços que envolvem cumplicidade e antagonismo. A autora ainda ressalta que, apesar da grande carga afetiva, as relações entre patroas e empregadas também são permeadas por lugares hierarquizados, evidenciando a situação de subalternidade, herdeira da tradição escravista associada ao trabalho doméstico.

As relações de afeto se entrelaçam com outras “como as relações monetárias, as jurídicas, as desigualdades sociais que fazem com que as afetividades construídas entre as famílias de empregadores e as trabalhadoras domésticas remuneradas sejam complexificadas por meio de tantas dimensões ‘contraditórias’” (Monticelli, 2013, p. 79). Essas relações contraditórias são analisadas

por Soratto (2006), quando pontua os modos diferenciados de pertencimento requeridos para trabalhar na casa dos outros, pois envolve ser parte integrante da dinâmica familiar e participar desse cotidiano, sem, contudo, tal integração ser vivenciada plenamente. Também, para a autora, nas ligações afetivas estabelecidas nos serviços domésticos, a ambiguidade está presente, sobretudo quando se criam vínculos, sendo necessário investimento emocional aquilutado pelo tempo de convivência entre as partes. Os afetos decorrentes da convivência têm implicações significativas na experiência subjetiva das trabalhadoras domésticas.

Entre as inúmeras possibilidades teóricas para analisar os afetos ou emoções que configuram a experiência subjetiva, optamos pela leitura da Psicologia Histórico-cultural, a partir de Lev S. Vigotsky e de autores contemporâneos dentro dessa vertente. Ao afirmar a “unidade dos processos afetivos e intelectuais”, Vigotsky (1934/2007, p. 48), assentado na perspectiva monista de Espinosa, rompe com o dualismo cartesiano e compreende a indissociabilidade entre corpo e mente. É importante destacar, como faz Sawaia (2000), o lugar central ocupado pelas emoções na obra vigotskyana, pois a articulação dialética entre pensamento e emoção se expressa na ideia de que todo pensamento é motivado, isto é, tem uma base afetiva e volitiva. Ao revisitar a obra de Vigotsky, Clot (2006) pontua que para o autor “o conceito e o afeto que são duas faces do pensamento” e, portanto, “não são inimigos que disputam o controle da vida psicológica” (p. 26), contrariando a ideia recorrente da emoção como oposta à racionalidade.

A ideia clássica em História da Psicologia é que a racionalidade progrediria à medida que as emoções regredem. Seria necessário, portanto, eliminar a emoção para chegar ao saber. Isso traz um impasse sobre um ponto muito importante que é o fato de que a atividade de pensar é precisamente colorida pela emoção e mesmo profundamente afetada (Clot, 2006, p. 26).

Tomar como referência uma compreensão de sujeito guiado não apenas pela razão, mas também pela emoção nos permitiu complexificar a análise sobre o cotidiano do trabalho doméstico. Olhar para o cotidiano como lugar das “vivências humanas” (Martins, 2018) nos possibilitou ampliar nossa compreensão sobre as práticas diárias das trabalhadoras domésticas, pois, como sugerem Sato e Oliveira (2008), “Os trabalhadores procuram gerenciar o dia-a-dia de trabalho segundo a interpretação de regras, segundo suas próprias avaliações e buscam resolver os problemas que se apresentam dia após dia” (p. 194). Logo, para apreender as ambiguidades e contradições nas práticas e sentidos produzidos desenhamos um percurso de pesquisa que nos aproximasse das experiências das participantes, a seguir apresentado.

Percurso da pesquisa

A presente investigação se situa no campo dos chamados métodos biográficos. Para Bassi Follari (2014) esses métodos abarcariam modalidades e formas de pesquisa diversas, com tradições teórico-metodológicas variadas, tendo como ponto comum o uso de fontes orais, material pessoal ou biografias para levantamento de informações.

Na investigação aqui apresentada, adotamos o método do relato de vida, tal como propõe Berteaux (2010), que assim denomina seu método para distinguir entre a história vivida por uma pessoa do relato que faz de sua vida. O autor define sua perspectiva de pesquisa como “etnossociológica”, situando-a entre a etnografia e a tradição sociológica, entre o particular e o geral, e adota uma dimensão histórica, pois: “Todo fenômeno social se insere no movimento histórico geral de transformação das sociedades” (Berteaux, 2010, p. 16, tradução nossa).

O levantamento de informações⁷ foi efetivado por meio de duas entrevistas com cada participante, aliadas ao uso de fotografias e de agenda colorida. Na primeira entrevista, pautada em um roteiro organizado em campos temáticos, as participantes discorreram sobre suas histórias de vida e trabalho e, ao final, foram convidadas a produzirem imagens sobre seu cotidiano de trabalho, por meio de uma câmera digital disponibilizada pelas pesquisadoras. Na segunda entrevista as participantes preencheram suas atividades rotineiras e ocasionais – discriminadas por meio de cores variadas, num formulário contendo os dias da semana divididos por horas, semelhante à forma utilizada por Borges e Coutinho (2018) em sua pesquisa. Logo, o diálogo se estabeleceu a partir das duas produções das participantes: as imagens materializadas pelas fotografias e a agenda colorida. Na produção de material fotográfico, as participantes trouxeram o enquadre do próprio olhar sobre os espaços percorridos no contexto laboral e com a agenda colorida foi possível conhecer os usos do tempo das participantes no cotidiano de trabalho remunerado e não remunerado.

Desse modo, na GF foram entrevistadas 22 trabalhadoras, sendo dez diaristas e 12 mensalistas. Na BF foram entrevistadas cinco trabalhadoras, sendo três diaristas e duas mensalistas. De forma complementar, foram entrevistadas duas representantes da Federação Nacional das Trabalhadoras domésticas (Fenatrad), em cada uma das regiões investigadas. Todas as entrevistas gravadas em áudio foram transcritas e, após, isso analisadas por meio de procedimento inspirado na proposta dos Núcleos de Significação (Aguiar & Ozella, 2006; 2013; Aguiar, Soares & Machado, 2015), considerando as especificidades da pesquisa efetivada, em especial, o grande volume do material coletado.

Essa análise implicou a leitura atenta e repetida das transcrições das entrevistas de cada participante, num processo de aglutinação em três etapas: pré-indicadores, indicadores e núcleos. Em diálogo com o referencial teórico da pesquisa, foi possível identificar três grandes núcleos: trajetórias educacionais e laborais; vivências no trabalho; e gestão da vida cotidiana e trabalho. A seguir vamos apresentar e discutir os resultados da pesquisa, iniciando com a caracterização dos/as participantes. Depois, cada núcleo será apresentado separadamente, embora seja importante destacar a articulação entre eles.

Vida cotidiana de trabalhadoras domésticas

Caracterização das participantes

Antes de apresentar o perfil das participantes, cabe observar que a clássica divisão entre atuar como diarista ou mensalista se torna mais difusa quando se analisa a vida cotidiana de quem trabalha no serviço doméstico. Assim, para fins dessa pesquisa, consideramos como mensalista a trabalhadora doméstica que possuía vínculo formal de trabalho (carteira assinada) e remuneração regular, mesmo que também exercesse outras atividades como a faxina em residências alternadas; e consideramos como diaristas as entrevistadas que não tinham vínculo formal de trabalho e atuavam em mais de uma residência.

Quase a totalidade do grupo, com exceção de um diarista, é composta por mulheres, corroborando pesquisas e estatísticas que destacam o caráter feminino do trabalho doméstico (Girard-Nunes & Silva, 2013; Melo & Thomé, 2018). Dados publicados no relatório *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015* (IPEA, 2017) revelam que em 20 anos o percentual de mulheres ocupadas no mercado de trabalho como doméstica remunerada passou de 17,3% para 14,3%. Mesmo com a leve queda no contingente de mulheres ocupadas com serviço doméstico,

7 O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado por Comitê de Ética nas duas universidades onde a investigação foi realizada.

quando se analisa o vínculo empregatício, observa-se que 71,6% delas trabalhavam sem carteira assinada. Os homens, nessa mesma atividade, eram 57,7% sem carteira assinada.

Quanto ao perfil etário das entrevistadas na presente pesquisa, observou-se que na GF elas têm em média 43 anos de idade, a mais jovem entrevistada com 20 e a de mais idade com 63 anos. Na BF a média de idade foi de 52 anos: partindo da entrevistada de menor idade, 39 anos, e atingindo o teto de 69 anos de idade. Esse perfil etário é compatível com a análise Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2017) a partir de dados entre 2012 e 2017, ao evidenciar o envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas em três capitais e no Distrito Federal. No período analisado houve um expressivo crescimento da parcela de mulheres com 40 anos ou mais, com destaque para as mulheres com mais de 50 anos de idade.

No que se refere à escolaridade, observam-se níveis variados entre as participantes, desde ensino fundamental incompleto até superior completo. Predominam os níveis educacionais mais baixos, com 15, mais da metade das 27 entrevistadas, com até o ensino fundamental completo. Destaca-se a presença de três entrevistadas com ensino superior completo, duas têm menos de 35 anos de idade, sendo uma mensalista e outra diarista.

Quando se analisa a composição familiar das participantes da GF, predominam as casadas ou com união estável (13 entrevistadas). A maioria, 17 participantes, têm filhos, entretanto boa parte desses filhos têm idades acima de 14 anos, apenas sete entrevistadas têm filhos abaixo dessa idade, o que pode sugerir maior dispêndio de tempo no cuidado da prole. Cabe colocar ser o trabalho doméstico não remunerado em suas próprias residências uma presença cotidiana na vida de todas as entrevistadas, com exceção do único homem. Além do trabalho doméstico remunerado exercido pelas entrevistadas, na GF, oito delas relataram exercer outras atividades remuneradas para complemento de renda, em geral atividades vinculadas ao trabalho doméstico, como no caso de mensalistas que também fazem diárias de faxina. A maioria se declara responsável por sua subsistência, sozinhas ou em compartilhamento com o marido. No caso das entrevistadas no RJ, apenas uma é casada, as demais declararam-se solteiras, sendo uma divorciada e outra viúva; todas elas têm filhos maiores de dez anos e subsidiam seus próprios custos ou da família. Por outro lado, algumas têm netos e/ou bisnetos e, eventualmente, auxiliam no cuidado. Apenas uma das entrevistadas, a diarista casada, compartilha as despesas com o marido.

A renda média mensal declarada pelas trabalhadoras domésticas foi de aproximadamente R\$ R\$ 1530 – médias aproximadas na GF de R\$ 1.550 enquanto na BF, R\$ 1518. Considerando as duas regiões, as diaristas entrevistadas receberam em média R\$ 1680 (médias aproximadas na GF de R\$ 1.826 e na BF, R\$ 1400), enquanto as mensalistas receberam R\$ 1390, aproximadamente (sendo R\$ 1.342,00 na GF e R\$ 1690 na BF). Entre os anos de nossa pesquisa, 2013 e 2016, o salário mínimo (SM) brasileiro variou na seguinte sequência: R\$ 678,00; R\$ 724,00; R\$ 788,00 (IDoméstica, 2019) e R\$ 880,00. Assim, observamos que as diaristas na GF atingem a média de dois SM e ganham mais que as mensalistas nessa região, o que também é descrito pela PED (Dieese, 2017) no ano de 2017. Na BF, as mensalistas recebem quase dois SM, portanto, mais que as diaristas nas duas regiões, mas cabe esclarecer que as mensalistas da BF possuem outras fontes de renda.

Trajetórias educacionais e laborais

A análise das trajetórias das trabalhadoras domésticas buscou compreender as relações entre o social e o individual, uma vez que ambos se constroem mutuamente ao longo da vida das trabalhadoras, deixando evidentes marcas dos percursos educacionais e laborais, cujas articulações também estão imbricadas quando da inserção laboral (D'Ávila & Coutinho, 2017). Dessa forma, ao relatarem suas trajetórias, as entrevistadas contam histórias de percursos escolares muitas vezes

interrompidos pela necessidade de trabalhar ainda muito jovens ou por migrações em busca de trabalho ou para acompanhar a família, seja sua família de origem ou seu núcleo familiar formado.

A maioria das entrevistadas (17 participantes) reside em uma cidade diferente da de sua origem e ressalta que espera uma trajetória diferente para os seus filhos. A inserção no trabalho doméstico, muitas vezes precoce, é relatada, em geral, de modo naturalizado, como algo considerado inerente à condição de mulher, conforme o princípio da separação relatado por Kergoat (2009). São exemplos os discursos de Rebeca e Fernanda⁸:

a gente já ajudava a mãe, lavava roupa pra ela, passava (Rebeca, mensalista, 49 anos).

Comigo são sete, tem dois meninos e cinco meninas . . . As irmãs, tudo tão fazendo a mesma coisa que eu faço . . . minha mãe sempre trabalhou no sítio, em casa mesmo, negócio de roça . . . Negócio de lenha, madeira, carvão essas coisas que eles fazem lá [referindo-se ao pai e aos irmãos] (Fernanda, mensalista, 45 anos).

O trabalho doméstico destacou-se como uma ou, muitas vezes, única opção de sustento diante do acesso a outras possibilidades de inserção laboral, como colocou Maria:

Escolhi não. Fui obrigada. Por que aonde vão pessoas sem estudos? Qual a profissão que a pessoa tem? Eu só fiz até o segundo ano só. Entendeu? Quer dizer, eu não tive opção (Maria⁹, mensalista residente, 69 anos).

Assim, as trabalhadoras expressam em seus discursos o quanto a baixa escolaridade é um fator determinante em suas inserções no mercado de trabalho:

porque eu não tenho estudo, né? Daí era o único que eu poderia trabalhar, né? (Lete, mensalista, 36 anos).

Teixeira et al. (2015) também consideraram a baixa escolaridade das empregadas domésticas entrevistadas em sua pesquisa um aspecto preponderante para a hierarquização profissional e social da referida categoria. Quando tratam de suas expectativas em relação ao trabalho, observa-se, particularmente para as mais velhas e com menor escolaridade, a dificuldade em vislumbrarem outras possibilidades, apontando para um recorte geracional. Em relação aos filhos, revelam expectativas de outras ocupações menos desgastantes e a possibilidade de finalizarem os estudos. Chama atenção o caso de Amanda, uma das entrevistadas que possui ensino superior completo:

E justamente como desempregada, não conhecia ninguém na cidade né?! Aí eu disse: ficar com o chapéu na mão, ficar pedindo calcinha, sutiã, a calça jeans, o tênis para as filhas, não dá, né. Mandei currículo, mandei, mandei, mandei, cansei. Aí cansei, porque com a idade, infelizmente existe preconceito com a idade (Amanda, diarista e ex-professora, 63 anos).

As participantes do RJ referiram diversos fatores que as levaram a exercer o trabalho doméstico, como a inserção precoce no trabalho e, ao mesmo tempo, a baixa escolaridade, as migrações. No

8 Os nomes das participantes são fictícios e foram autoatribuídos no momento da entrevista.

9 No caso da única mensalista residente participante de nossa pesquisa, Maria permanecia no apartamento dos patrões de segunda a sexta-feira, salvo algumas ocasiões, residindo no “quarto da empregada” situado ao lado da cozinha e da área de serviço do apartamento. Na sexta-feira ao final do expediente ela voltava para sua casa, num município da região metropolitana, onde mora sozinha, e retornava para o trabalho na segunda-feira pela manhã.

caso da mensalista residente, apesar de não ter mencionado um projeto laboral mais organizado, ela reporta o cuidado com seus quatro filhos, tentando possibilitar-lhes uma vida diferente da sua, ou seja, isso pode ser entendido como um projeto já alcançado pela entrevistada. Também chama atenção no discurso de Maria uma distinção entre trabalho de mulheres e de homens, tendo em vista que seu filho e netos não atuam na área de serviços domésticos ou de limpeza, conforme permanece a divisão sexual do trabalho (Hirata, 2018; Kergoat, 2009).

Nesse núcleo foi possível identificar aspectos relevantes que configuram não só as trajetórias de trabalho das entrevistadas, como também a entrada precoce no mercado de trabalho e o nível de escolarização enquanto fator decisivo que possibilita diferentes inserções ocupacionais, mas também a expectativa de que seus sucessores tenham a possibilidade de estudar e aumentem as chances de ingresso em diferentes ocupações, em busca de condições de trabalho menos precárias. Um recorte geracional também foi identificado entre as entrevistadas mais velhas, como fator decisivo de privação ou saída do mercado de trabalho doméstico.

Vivências no trabalho

Baseada em Vigotsky e Toassa (2011), Martins (2018) aponta que as vivências podem ser compreendidas enquanto uma unidade entre os afetos, pensamentos e ações de um sujeito em relação ininterrupta com a conjuntura da vida cotidiana. Isto é, as vivências constituem-se enquanto “unidades personalidade-meio”, dialética permanente do ser social, entre o particular e o genérico, entre si e o mundo que habita (Vigotski, 1925/1999, p. 231).

A análise das vivências no trabalho doméstico revela o quanto este, mesmo sendo considerado desgastante e, não raro, humilhante, é valorizado, uma vez que propicia sustento material e, conseqüentemente, autonomia financeira às mulheres trabalhadoras, bem como pelas relações estabelecidas com as patroas e familiares. Embora o não se configure como uma escolha para a maioria, algumas ressaltam as vantagens desse tipo de atividade em relação a outras experiências de trabalho remunerado, seja pela própria possibilidade de receber uma remuneração, como trouxe Emília, seja pela flexibilidade de horários, particularmente as diaristas:

Eu estou bem onde eu estou, porque a gente vai e tem o teu dinheiro. Então tu paga isso, paga aquilo, é gratificante (Emília, diarista, 53 anos).

Tu te mata de trabalhar numa empresa e quando tu sair e tu pedir tuas contas e perder tudo? Mil vezes trabalhar de faxina (Rosa, diarista, 46 anos).

Os vínculos que se estabelecem entre a trabalhadora e os contratantes são característicos do serviço doméstico e permitem o estabelecimento de relações de confiança. A confiança foi destacada enquanto característica fundamental não só nas relações de trabalho, mas no acesso e permanência nele, pois a atuação no ambiente privado de famílias torna a relação extremamente próxima e, como apontaram Girard-Nunes e Silva (2013), não se trata, somente, de uma “simples venda de serviços” (p. 598).

Luciana, mensalista entrevistada, remete a essa relação de confiança com a patroa ao mencionar que:

ela deixa carteira, dinheiro, então é isso assim ó, digo é essa confiança de um lado e de outro. Ela tem a confiança de deixar tudo que é dela ali, que ela sabe que eu não vou mexer, e a confiança dela ter me deixado na casa dela, né (Luciana, mensalista, 50 anos).

O estreitamento e fortalecimento de vínculo passam, muitas vezes, por uma relação de grande cumplicidade e fortes afetos compartilhados entre as trabalhadoras e seus contratantes. É importante ressaltar que no caso das mensalistas, cujo convívio com os contratantes é mais estreito e regular, essas relações se intensificam, em especial quando envolvem o cuidado de crianças ou outros dependentes, potencializando a construção de um sistema de “ambiguidade afetiva” (Brites, 2007; Brites & Picanço, 2014), como identificado na fala a seguir:

às vezes eu falo que vou embora e eles: “não, não”, eu sei que vai ser muito difícil pra ela, arrumar uma pessoa, né? (Júlia, mensalista, 24 anos).

A tomada de decisões acerca da vida pessoal e ocupacional das entrevistadas está, muitas vezes, balizada pelos fortes vínculos construídos com seus contratantes, pelas contradições que constituem suas vivências nessa relação entre “desiguais” (Vidal, 2012).

No caso da BF chama a atenção o caso da única mensalista residente entrevistada, cujo convívio com os membros da unidade familiar, todos homens, propicia uma série de atividades diversificadas, até mesmo o cuidado de seu patrão idoso, por exemplo. Ademais, os relatos das participantes também fazem referência a situações de humilhação, as quais reiteram uma condição de servidão tributária da herança escravista, como coloca Soratto (2006). Entretanto, algumas falas revelam que nem sempre as trabalhadoras aceitam essa condição, como foi evidenciado por Severina:

Eu já não trabalho pra gente chique porque eu não gosto de ser humilhada não. Se for pessoa chata demais eu também não vou. Só vou uma vez só e não vou nunca mais (Severina, diarista, 52 anos).

Nesse núcleo foi possível compreender que as vivências, tal como Martins (2018) menciona, englobam características peculiares. No caso do trabalho doméstico, particularmente das mensalistas, cuja convivência com os contratantes é constante, as trabalhadoras revelam vivências contraditórias tanto aquelas permeadas por bons afetos, com relações de cumplicidade e confiança, como as situações de humilhação, associadas aos afetos tristes.

Gestão da vida cotidiana e trabalho

O cotidiano é compreendido aqui como o palco das vivências humanas, onde a vida de todo dia acontece entrelaçada em sentimentos, pensamentos e relações dos sujeitos com seu meio. Ao focarmos a gestão da vida cotidiana e trabalho, tomamos como referência, tal como propõem Sato e Oliveira (2008), o universo de regras definidas e relações de poder hierárquicas em que ocorre uma existência negociada entre todos envolvidos no cotidiano. Para tanto, os autores se assentam na concepção de Michel de Certeau (2009), em especial quando ele considera as ações astuciosas ou arte do fraco para fazer frente a situações que não domina.

A gestão da vida cotidiana pelas entrevistadas requer habilidade e destreza para conciliar um sem número de tarefas, bem como capacidade de negociação com as suas contratantes. As trabalhadoras realizam atividades variadas, organizadas ao longo da jornada ou da semana, e estas sempre articuladas com demandas urgentes e instantâneas. Foram valorizadas as possibilidades de estabelecer regras próprias com certa autonomia, bem como descritas astúcias para dar conta da sobrecarga de trabalho físico e emocional. Parte das participantes exerce outras atividades remuneradas, como as mensalistas que também fazem faxina, venda de produtos, entre outras. Todas exercem o trabalho doméstico em suas residências ou na residência de dependentes, caracterizando a clássica dupla jornada de trabalho das mulheres. No caso de Márcia, ela “ajuda” sua vizinha no final de semana:

Dia de sábado, depois que eu largo daqui, aí eu fico com duas criancinhas, porque a mãe deles trabalha. Aí é conhecida, então a gente já tem aquela amizade, assim. Aí eu fico com eles pra ela poder ir trabalhar (Márcia, mensalista, 53 anos).

Assim, para a maioria das entrevistadas, a maior parte do tempo livre é destinado ao trabalho doméstico não remunerado e, no pouco tempo restante, descansam ou fazem alguma atividade de lazer. Na BF, as participantes relataram um grande dispêndio de tempo para o deslocamento entre suas residências e as unidades familiares em que trabalham ou já trabalharam, conforme explica Beth:

Eu vou de ônibus e o tempo é entre três horas a três horas e meia. Ida e volta (Beth, diarista, 47 anos).

Esse tempo de deslocamento, considerando a RM do RJ (Sebrae/RJ, 2015), provoca alterações em suas rotinas, como, por exemplo, a necessidade de acordar mais cedo para acessar o transporte público (ônibus, trem e/ou metrô) e, por outro lado, pensar no retorno às suas residências, que também contempla lidar com os frequentes episódios de violência na capital fluminense. Além disso, conforme Léia, há utilização de mais de dois ônibus, dependendo do lugar de destino:

Daqui pra [zona norte da capital] dois [ônibus]. E daqui pra [município da BF] três. E se eu for de moto eu pego um ônibus, que ele me deixa no ponto e eu vou de ônibus até a casa dela (Léia, diarista, 39 anos).

Para além das similaridades, foi também possível observar peculiaridades que diferenciam o cotidiano de trabalho de mensalistas e diaristas. Em relação ao trabalho doméstico remunerado das mensalistas, percebeu-se que existe uma maior variedade de tarefas a serem executadas do que as diaristas, muitas vezes simultaneamente, e flexibilidade maior no que diz respeito à organização e realização dessas atividades, como aponta Márcia:

Tem horas que eu faço mais rápido. Tem horas que eu demoro mais. Tem horas que a gente se atrapalha um pouquinho, mas fica tudo bem A gente quer fazer o serviço pra acabar logo aí acaba se enrolando (Márcia, mensalista, 53 anos).

Além da responsabilidade pela limpeza e organização das residências, as mensalistas também são responsáveis por tarefas como: fazer compras, cuidar de plantas e animais, lavar e passar roupas, cozinhar etc. Beth explica as diferenças entre as duas modalidades:

Quando a patroa pede para organizar o guarda-roupa, porque ela vai junto, né. A faxineira não mexe em armários sem a presença da patroa. É isso. É organizar tudo. Lavar cozinhas, banheiros. Do teto ao chão, entendeu? Que é diferente da doméstica, né?! Que a doméstica ela faz uma limpeza leve. Ela varre, passa pano. A diarista, não. Ela limpa pesado. Ela limpa com produtos pesados, né, X14, cloro (Beth).

Assim, as mensalistas trabalham, em geral, de segunda a sexta-feira na mesma residência e, portanto, podem organizar o trabalho como acham melhor, dividindo tarefas nos dias da semana, a partir do ritmo da família e das demandas e negociações com cada empregador. Ademais, o cuidado de pessoas das famílias contratantes, eventualmente idosos, mas principalmente de crianças é um aspecto relevante do trabalho das mensalistas, o que traz fortes implicações para as vivências dessas trabalhadoras e um cotidiano de trabalho intensificado:

Um dia eu passo roupa, outro dia limpava os vidros, outros dias limpava a cozinha, geral, assim, geladeira, outro dia lavava o canil, que o canil é bem grande (Margarida, mensalista, 30 anos).

Por outro lado, quando os membros da família estão ausentes, a carga do trabalho e a organização se tornam mais simples, como destaca Júlia ou, ainda que alguém esteja em casa, este “não perturba” (Severina) a realização do trabalho.

No caso da BF, uma das mensalistas trabalha como residente no apartamento de seus três patrões, todos homens, uma vez que acompanha a família há mais de três décadas, suas patroas já faleceram. Essa trabalhadora tem uma relação muito próxima com seus patrões – avô, filho e um neto. Ela cuida das roupas, das plantas, da alimentação, das compras para a casa, serve a comida, cuida do idoso e, eventualmente, tem a ajuda de uma diarista para a faxina mais pesada. Seu lugar na casa dos patrões é naquilo que poderíamos chamar de “quarto de empregada” (Brites, 2007). Márcia, mensalista atualmente, conta que já trabalhou como residente em outro momento de sua vida afirma:

Trabalhei três meses. Lá no [zona oeste da capital]. De frente a praia Dormia. Vinha final de semana, mas é muito ruim dormir no serviço Mas é sempre bom a gente estar junto podendo dormir em casa (Márcia).

Teixeira et al. (2015) questionam o lugar das trabalhadoras domésticas, concluindo certa “simbiose simbólica” em relação às casas em que trabalham e às casas consideradas como seus “cantinhos”, seja de descanso, refúgio ou realizações. Já as diaristas trabalham em várias residências e tendem a apresentar relações de trabalho menos pautadas pelos atravessamentos afetivos, uma vez que não têm contato próximo e não prestam atividades de cuidado frequentes. Como geralmente não precisam cumprir horário, o tempo despendido para o trabalho depende diretamente da velocidade com que realizam suas faxinas, liberando-as do trabalho para poder partir para outra residência. Elas possuem rotinas mais fixas e geralmente preestabelecidas:

Eu tenho um padrão, assim, de limpeza Eu começo pelo banheiro, depois eu vou pras janelas – que é o serviço mais pesado. Dificilmente eu fujo dessa rotina (Charles, diarista, 31 anos).

Embora variem de locais de trabalho, conseguem gerir com mais autonomia sua rotina de trabalho, pois não são tão interrompidas por demandas não previstas como as mensalistas e mantêm o foco no seu trabalho de faxina, a chamada “limpeza pesada”, particularmente desgastante.

Então eu não tenho rotina, porque muda a dinâmica, muda a estratégia e sempre com o olho no relógio, porque eu sei um banheiro bem, hiper, hiper limpinho, com o espelho brilhando são 45 minutos, hiper, brilhando eu cuido também pra não fazer tudo do mesmo jeito (Amanda).

Por fim, esse núcleo possibilitou compreender que a gestão do cotidiano no serviço doméstico é bastante heterogênea e vinculada a diversos fatores, como: as diferentes modalidades (mensalistas e diaristas); o tamanho e características da residência e da própria família; as necessidades diferenciadas, como cuidado de animais, crianças, idosos, preparo de alimentos e outras atividades. Podemos identificar que, como ponto comum, são cotidianos robustos que exigem decisões a todo momento, pautadas não só nas negociações com os contratantes, mas também no saber tácito e nas astúcias das trabalhadoras. Teixeira et al. (2015) consideram as empregadas domésticas como gestoras, uma vez que “são mulheres que cotidianamente desenvolvem estratégias e táticas de sobrevivência no trabalho” (p. 162).

Considerações finais

A naturalização do trabalho doméstico enquanto atividade feminina perdura nas sociedades atuais e pôde ser identificada tanto pela persistência de uma significativa porcentagem de mulheres nesta ocupação quanto pela dupla jornada de trabalho das mulheres, que continuam responsáveis por todas as atividades de limpeza, cuidado, preparo de alimentos e demais funções de manutenção dos lares.

Sobre as trajetórias educacionais e laborais, os achados explicitam o que já vem sendo apontado como comum nesta categoria de trabalhadoras, como: o abandono dos estudos para a ajuda em casa com o trabalho doméstico remunerado ou não, a impossibilidade de inserção em outras ocupações em função da baixa escolaridade e a expectativa de que os filhos possam estudar e garantir um trabalho e condições de vida menos precários. Outro aspecto importante acerca disso é que, mesmo que o trabalho doméstico possa não se constituir propriamente em uma escolha e se configure como desgastante, ele consiste em uma opção de algum modo vantajosa, uma vez que proporciona uma autonomia financeira que lhes possibilita organizar suas vidas.

Em relação às vivências das trabalhadoras, cabe destacar o quanto são atravessadas por ambiguidades afetivas, particularmente no caso das mensalistas, cujos vínculos com os contratantes e seus familiares são mais intensos. A análise dos modos como as trabalhadoras gerem suas vidas cotidianas revelou o quanto precisam dar conta de várias tarefas ao mesmo tempo, em jornadas de trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, que se multiplicam. Entre essas tarefas predominam aquelas que implicam o cuidado do outro, as quais guardam relação com atributos considerados femininos. A análise das experiências dessas trabalhadoras revela o quanto se articulam razão e emoção em seus cotidianos de trabalho. Olhar para a questão da afetividade permite visibilizar as relações entre patroas e empregadas, que ocorrem na intimidade das residências das primeiras e reverberam em modos singulares de vivenciar uma relação hierárquica, pautada numa herança escravista e permeada por emoções.

Os resultados dessa pesquisa revelam o quanto as atividades necessárias à manutenção da vida humana e social continuam sendo de responsabilidade das mulheres e, desse modo, contribuem para a reprodução da “desigualdade sexo/gênero e a subalternidade feminina” (Brites, 2013, p. 424), o que aponta para a urgência da fomentação de políticas públicas e setoriais de cuidado, como creches públicas e escolas em tempo integral, que possam reverter, pelo menos em parte, a sobrecarga que repousa tradicionalmente sobre os ombros femininos.

Concluimos apontando para a necessidade de mais pesquisas sobre o trabalho doméstico no contexto das recentes transformações no cenário do trabalho no Brasil, como a reforma trabalhista que alterou direitos estabelecidos na CLT, para compreender o quanto as trabalhadoras domésticas foram afetadas por essas mudanças, justamente quando recentemente haviam conquistado alguma paridade com outros trabalhadores.

De outra parte, gostaríamos de destacar a importância de projetos de pesquisa e intervenção no campo da Psicologia Social do Trabalho voltados para atividades tradicionais, como o trabalho doméstico, mas frequentemente invisibilizadas. Para finalizar, observamos que ao longo do processo de investigação tivemos algumas oportunidades, por meio de mostras e rodas de conversa, para devolução dos resultados para as trabalhadoras domésticas, participantes ou não do estudo, bem como tivemos contato com representantes sindicais. O desdobramento dessas atividades em projetos acadêmicos mais duradouros poderia se constituir em uma forma de contribuição para as ações coletivas dessas trabalhadoras.

Referências

- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26 (2), 222-245.
- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94 (236), 299-322.
- Aguiar, W. M. J.; Soares, J. R. & Machado, V. C. (2015) Núcleos de Significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, 45 (155), 56-75).
- Bassi Follari, J. E. B. (2014). Hacer una historia de vida: decisiones clave durante el proceso de investigación. *Athenea Digital*, 14 (3), 129-170.
- Bertaux, D. (2010). *Le récit de vie*. Paris: Armand Colin.
- Borges, R. C. & Coutinho, M. C. (2018). Desvelando a vida cotidiana de jovens universitários que conciliam estudo e trabalho. *Acta sociológica*, 76, 89-111.
- Brites, J. & Picanço, F. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, 19 (31), 131-158.
- Brites, J. (2007). Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, (29), 91-109.
- Brites, J. (2013). Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, 43 (149), 422-451.
- Certeau, M. (2009). *A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer* (E. F. Alves, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- Clot, Y. (2006). Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva. *Pro-Posições*, 17 (2), 19-30.
- Costa, F. S. de M. (2017). *A diarização do trabalho doméstico no Brasil e os dilemas atuais da (des)proteção social*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- D'Avila, G. T. & Coutinho, M. C. (2017). Trajetórias laborais de jovens administradores/as. *Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4 (11), 1236-1316.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2017). *Trabalho Doméstico Remunerado: Pesquisa de Emprego e Desemprego*. São Paulo: Autor.
- Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013 (2013, 3 de abril). Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. *Diário Oficial da União*.
- Fougeyrollas-Schwebel, D. (2009). Trabalho doméstico. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico de feminismo* (pp. 256-262). São Paulo: Ed. Unesp.
- Girard-Nunes, C. & Silva, P. H. I. (2013) Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das trabalhadoras domésticas. *Sociedade e Estado*, 28 (3), 587-606.
- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Trabalho Necessário*, 16 (29), pp. 1-27.
- IDoméstica (2019). *Salário da Empregada Doméstica*. Recuperado de: <https://bit.ly/2NO7pDo>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento & Fundação João Pinheiro (2017). *Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras Florianópolis, Sorocaba, Rida Grande Teresina, Rida Petrolina-Juazeiro*. Brasília: Autores.
- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (2017). *Retrato das desigualdades de raça e gênero: de 1995 a 2015*. Brasília: Autor.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico de feminismo* (pp. 67-75). São Paulo: Ed. Unesp.
- Lei 13.467, de 13 de julho de 2017 (2017, 14 de julho). Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União*.
- Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015 (2015, 2 de junho). Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro

- de 2005; revoga o inciso I do art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Martins, A. (2018). “Porque eu faço o que eu gosto”: emoções e sentimentos na vida cotidiana de docentes do ensino superior. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Melo, H. P. de & Thomé, D. (2018). *Mulheres e o poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Monticelli, T. A. (2013). *Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Preuss, M. R. G. (1997). Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. In M. I. D’ávila Neto & C. A. Garcia (Orgs.), *Mulher, cultura e subjetividade* (pp. 53-65). Rio de Janeiro: Anpepp.
- Rocha, A. S. da. (2013). “Nós não temos nada a ver com a Baixada!”: problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da Uniabeu*. 4 (3), 1-22.
- Sato, L. & Oliveira, F. (2008). Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia*, (27), 188-197.
- Sawaia, B. B. (2000). A emoção como locus de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. In *III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural* (pp. 1-25). Campinas, SP
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio do Janeiro (2015). *Painel regional: Baixada Fluminense: Observatório Sebrae/RJ*. Rio de Janeiro: Autor.
- Soratto, L. H. (2006). *Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Teixeira, J. C., Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2015). O lugar das empregadas domésticas. *O&S: Organização e Sociedade*, 22 (72), 161-178.
- Toassa, G. (2011). *Emoções e vivências em Vigotski*. Campinas, SP: Papirus.
- Tosta, T. L. D. (2016). Relações de gênero e divisão sexual do trabalho: articulando trabalho produtivo e reprodutivos. In J. H. Nunes, T. L. D.; Tosta, R. A. de Freitas & C. P. dos Santos, *Trabalho, gênero e serviços: aproximações sociológicas* (pp. 17-35). Belo Horizonte: Fino Traço.
- Vidal, D. (2012). A afetividade no emprego doméstico: um debate francês à luz de uma pesquisa realizada no Brasil. In I. P.H. Georges & M. de P. Leite (Orgs.), *Novas configurações do trabalho e economia solidária* (pp. 173-192). São Paulo: AnnaBlume.
- Vigotski, L. S. (1999). *Psicologia da arte* (P. Bezerra, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1925)
- Vigotsky, L. S. (2007). O pensamento e a Palavra. In *Obras escolhidas* (M. S. Pereira, trad., (pp. 313-373)). Lisboa: Relógio D’Água. (Originalmente publicado em 1934)

Endereço para correspondência

mariachacout@gmail.com, geruzad@yahoo.com.br, tiellypsi@gmail.com, madmrs@yahoo.com

Recebido em: 30/10/2018
Avaliado em: 21/01/2019
Aprovado em: 14/02/2019